



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Ronaldo Silva Melo

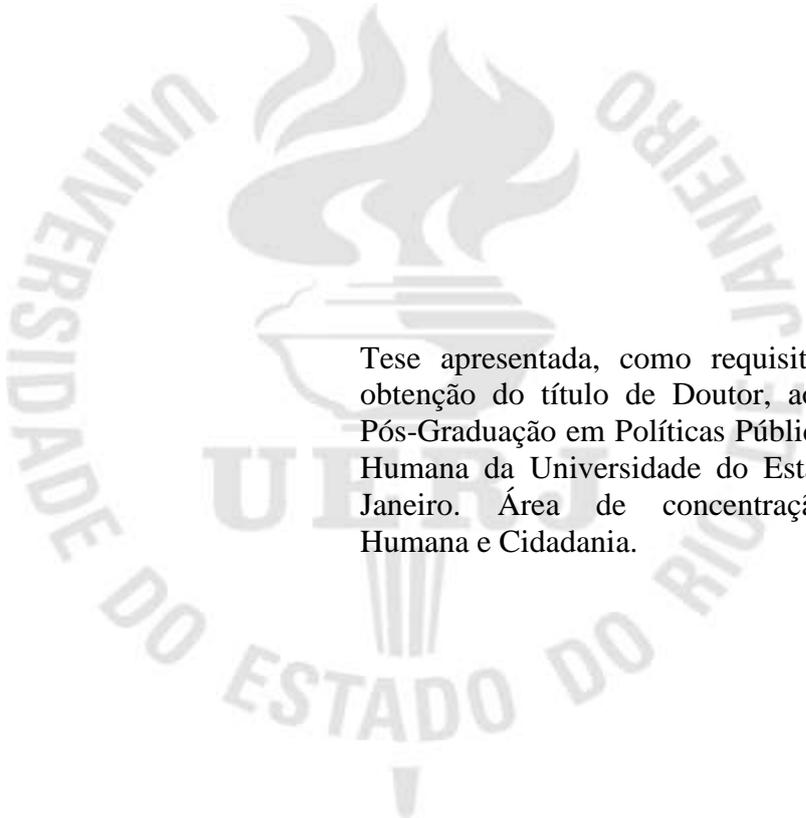
**Construção de recurso educacional para indivíduos privados de liberdade:
as possibilidades de retorno à convivência em sociedade**

Rio de Janeiro

2021

Ronaldo Silva Melo

Construção de recurso educacional para indivíduos privados de liberdade: as possibilidades de retorno à convivência em sociedade



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Orientadora: Profa. Dra. Eloiza da Silva Gomes de Oliveira

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

M528 Melo, Ronaldo Silva.
 Construção de recurso educacional para indivíduos privados de liberdade: as possibilidades de retorno à convivência em sociedade / Ronaldo Silva Melo. – 2021.
 196 f.

 Orientadora: Eloiza da Silva Gomes de Oliveira.
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades.

 1. Formação humana – Teses. 2. Privação de liberdade – Teses. 3. Qualificação profissional – Teses. 4. Reinserção social – Teses. I. Oliveira, Eloiza da Silva Gomes de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

bs CDU 37.015

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ronaldo Silva Melo

Construção de recurso educacional para indivíduos privados de liberdade: as possibilidades de retorno à convivência em sociedade

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Formação Humana e Cidadania.

Aprovada em 28 de junho de 2021.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Eloiza da Silva Gomes de Oliveira (Orientadora)
Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias - UERJ

Prof. Dra. Fabiana de Moura Maia Rodrigues
Departamento de Educação e Sociedade – UFFRJ

Prof. Dr. Alexandre Magno Teixeira de Carvalho
Departamento de Saúde Coletiva – UNIRIO

Prof. Dr. Ricardo Alexsandro de Medeiros Valentim
Faculdade de Engenharia – UFRN

Prof. Dr. António José Marques Moreira
Departamento de Educação e Ensino a Distância – Universidade Aberta

Rio de Janeiro

2021

DEDICATÓRIA

Às mulheres e aos homens pretas e pretos que teimosamente sobrevivem nas periferias do Rio de Janeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela possibilidade de construir esta tese aos Orixás que me permitiram chegar até aqui.

Às mães do bairro Cidade de Deus, que, juntas com a minha mãe Alice, ajudaram na formação do meu caráter.

Aos meus irmãos biológico e de fé.

Ao querido professor Ricardo Vieralves de Castro, por ter acreditado em mim.

À minha querida orientadora, professora Eloiza da Silva Gomes de Oliveira, presente de Yemanjá na minha vida.

Aos amigos da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro e do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da UERJ pela paciência e colaboração.

RESUMO

MELO, R. S. *Construção de recurso educacional para indivíduos privados de liberdade: as possibilidades de retorno à convivência em sociedade*. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

A tese *Construção de recurso educacional para indivíduos privados de liberdade: as possibilidades de retorno à convivência em sociedade* pretende apresentar para o leitor, além da trajetória pessoal que levou ao desenho do objeto de estudo e da análise da legislação e do referencial teórico pertinente, a construção e a testagem do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo, arquitetado pela equipe do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFHT/UERJ) em parceria com a Fundação Santa Cabrini (FSC). A Fundação tem a missão de promover o trabalho remunerado de pessoas que se encontram em situação de privação de liberdade no estado do Rio de Janeiro. Há a possibilidade de os presos e internados, quando estão no regime aberto ou semiaberto, trabalharem em órgão do governo ou na iniciativa privada. Pela especificidade da missão do IFHT de utilização da mediação das tecnologias de informação e comunicação em suas ofertas educacionais, o curso foi elaborado para ser oferecido a distância, visando à qualificação profissional desses indivíduos. O formato piloto do curso permitiu que fizéssemos, após a sua oferta, a avaliação do conteúdo, do ambiente virtual onde foi oferecido e dos recursos educacionais nele presentes. Assim, desenvolvemos a pesquisa, que utilizou um questionário para a coleta de dados, a tabulação dos dados obtidos e as informações inerentes a ela, para que o leitor tenha o entendimento do percurso feito e dos seus resultados. A partir da avaliação positiva do curso obtida na pesquisa e feitos os pequenos ajustes indicados, esperamos que, após o término da pandemia, com todos vacinados e seguros, possamos oferecê-lo na modalidade semipresencial, como foi inicialmente proposto. O público-alvo justifica plenamente todos os esforços, pois o curso foi feito para a grande população prisional, coberta de invisibilidade e que não tem os recursos adequados e necessários a para a qualificação profissional indispensável à sua reinserção social.

Palavras-Chave: Formação humana. Educação mediada por tecnologias. Privação de liberdade. Qualificação profissional. Reinserção social.

ABSTRACT

MELO, R. S. *Construction of an educational resource for individuals deprived of their liberty: the possibilities of returning to living in society*. 2021. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana). – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The thesis “Construction of an educational resource for individuals deprived of their liberty: the possibilities of returning to living in society” intends to present to the reader, in addition to the personal trajectory that led to the design of the object of study and the analysis of the legislation and the pertinent theoretical framework, the construction and testing of the Training and Professional Training Course of Administrative Assistant, which was designed by the team of the Multidisciplinary Institute of Human Training with Technologies of the State University of Rio de Janeiro (IFHT / UERJ) in partnership with the Santa Cabrini Foundation (FSC). The Foundation's mission is to promote the paid work of people who are in a situation of deprivation of liberty in the state of Rio de Janeiro. There is the possibility that prisoners and interned persons, when they are in the open or semi-open regime, work in a government agency or in the private sector. Due to the specificity of IFHT's mission of using the mediation of information and communication technologies in its educational offerings, the course was designed to be offered at a distance, aiming at the professional qualification of these individuals. The pilot format of the course allowed us, after its offer, to evaluate the content, the virtual environment where it was offered, and the educational resources present in it. Thus, we developed the research, which used a questionnaire for data collection, the tabulation of the data obtained and the information inherent to it, so that the reader has an understanding of the path taken and its results. From the positive evaluation of the course, obtained in the research, and made the small adjustments indicated, we hope that, after the end of the pandemic, with everyone vaccinated and safe, we will be able to carry out this offer in the semi-presential modality, initially proposed. The target audience fully justifies all efforts, as the course was designed for the large prison population, covered in invisibility and who does not have the adequate and necessary resources for the professional qualification indispensable for their social reintegration.

Keywords: human formation; technology-mediated education; deprivation of liberty; professional qualification; social reinsertion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Planta Baixa do C.E Mario Quintana do Lado “A”	24
Figura 2 –	Planta Baixa do C.E Mario Quintana do Lado “B”	25
Figura 3 –	Eixos norteadores das legislações e leituras	31
Figura 4 –	Convite para que o aluno participe da pesquisa	104
Figura 5 –	Mostra um exemplo de questão fechada	106
Figura 6 –	Mostra um exemplo de questão relacionada	106
Figura 7 –	Mostra um exemplo de questão aberta	106
Figura 8 –	Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo	109
Figura 9 –	Avaliação do acesso à assistência educacional e assistência à saúde	110
Figura 10 –	Tempo que estudou na prisão	111
Figura 11 –	Avaliação das disciplinas da grade curricular	112
Figura 12 –	Avaliação da disciplina de que mais gostou e porque	112
Figura 13 –	Avaliação da disciplina que menos gostou e justificativa	113
Figura 14 –	Avaliação da sala de aula virtual “Facilidade de acesso”, “Suporte técnico” e “Aspecto Visual”	115
Figura 15 –	Avaliação do recurso “imagem”, “Textos”, “Vídeos” e “Charges”	116
Figura 16 –	Divulgação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo	118
Figura 17 –	Cartaz de divulgação da cerimônia de certificação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo	119
Figura 18 –	Quanto tempo estudou em escola em prisão	129
Figura 19 –	Qual a última série estudada na prisão	130

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Brasil: número e taxa de homicídios (2007-2017)	57
Gráfico 2 –	Taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF (2017) no Brasil	60
Gráfico 3 –	Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016	66
Gráfico 4 –	População prisional no Brasil por Unidade da Federação	67
Gráfico 5 –	Distribuição etária da população carcerária no Brasil, em 2009	67
Gráfico 6 –	Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil	68
Gráfico 7 –	Gênero	121
Gráfico 8 –	Cor	121
Gráfico 9 –	Orientação sexual	122
Gráfico 10 –	Faixa de idade	123
Gráfico 11 –	Acesso a itens de saúde	125
Gráfico 12 –	Escolaridade antes de entrar na prisão	127
Gráfico 13 –	Escolaridade de pessoas privadas de liberdade no Brasil	128
Gráfico 14 –	Escolaridade no Brasil	128
Gráfico 15 –	Estudo em escola dentro da prisão	129
Gráfico 16 –	Avaliação do conteúdo do módulo “Informática aplicada ao mundo do trabalho”	132
Gráfico 17 –	Avaliação do conteúdo do módulo “Língua Portuguesa ao mundo do trabalho”	132
Gráfico 18 –	Avaliação do conteúdo do módulo “Cidadania, ética e sustentabilidade”	133
Gráfico 19 –	Avaliação do conteúdo do módulo “Matemática aplicada ao mundo do trabalho”	133
Gráfico 20 –	Avaliação do conteúdo do módulo “Aspectos do mundo do trabalho”	134
Gráfico 21 –	Qual a disciplina de que mais gostou	135
Gráfico 22 –	Qual disciplina menos gostou	136
Gráfico 23 –	Facilidade de acesso na sala de aula virtual	137
Gráfico 24 –	Suporte Técnico na sala de aula virtual	138

Gráfico 25 –	Aspecto Visual na sala de aula virtual	138
Gráfico 26 –	Avaliação do recurso “Imagem”	139
Gráfico 27 –	Avaliação do recurso “Textos”	140
Gráfico 28 –	Avaliação do recurso “Vídeo”	140
Gráfico 29 –	Avaliação do recurso “Charges”	141

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Brasil: proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil (2017)	58
Tabela 2 –	Custo econômico da violência no Brasil	59
Tabela 3 –	Eixo Comum aos dois cursos de Treinamento e Qualificação Profissional e de Assistente Administrativo e de Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas. (1 mês – 90h)	84
Tabela 4 –	Eixo de Aprofundamento e Oficinas (1 mês – 90h) do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo	86
Tabela 5 –	Eixo de Aprofundamento e Oficinas (1 mês – 90h) do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Trabalhador de Serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (CBO.5142-15)	87

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 –	Sala de aula do C. E. Bruno Trombetta	27
Fotografia 2 –	Sala de leitura do C. E. Bruno Trombetta	27
Fotografia 3 –	Certificação dos alunos do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Instituições e membros que participaram da Tese-Guia	32
Quadro 2 –	Enquadramento do Aluno no Ambiente Escolar	50
Quadro 3 –	Crescimento da população penitenciária nos países da América Latina (1999 – 2006)	65
Quadro 4 –	Estrutura didática do conteúdo	95
Quadro 5 –	Número de estabelecimentos por tipo de destinação originária por UF	131

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEPLIERJ	Associação dos Educadores nos Espaços Privados de Liberdade do Estado do Rio de Janeiro
AVEA	Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CC	Classes de Cooperação
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos
CEE	Conselho Estadual de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPCP	Conselho Nacional de Política Criminal de Penitenciária
COESP	Coordenadoria Especial de Escolas Prisionais e Socioeducativas
CONFITEA	Conferências Internacionais de Educação de Adultos
CQPRO	Centro de Qualificação Profissional
CV	Comando Vermelho
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DIESP	Diretoria Regional de Escolas Prisionais e Socioeducativas
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FSC	Fundação Santa Cabrini
GLP	Gratificação por Lotação Prioritária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFHT/UERJ	Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
INFOPEN	Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEP	Lei de Execução Penal
LIED	Laboratório de Informática e Educação
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCC	Primeiro Comando da Capital

PEEP	Plano Estadual de Educação em Prisão
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE	Plano Nacional de Educação
PRELAC	Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
REA	Recursos Educacionais Abertos
RED/TIC	Escala de Tecnoestresse
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEEDUC	Secretaria de Estado de Educação
SIEXT	Sistema de Extensão
SIM/MS	Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SUPED	Superintendência Pedagógica
SUPGE	Superintendência de Gestão das Regionais Pedagógicas
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TRF	Tribunal Regional Federal
UF	Unidade da Federação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
VEP	Vara de Execução Penal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 A TRAJETÓRIA QUE LEVOU À TESE: UM RELATO MEMORIAL.....	21
1.1 A elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisão.....	28
2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA PRISÃO.....	34
3 A PONTE ENTRE O MESTRADO E O DOUTORADO.....	41
3.1 O Termo de Cooperação Técnica SEEDUC / SEAP.....	44
3.2 Uma indagação feita na dissertação.....	47
4 A SOCIEDADE BRASILEIRA, O SUBDESENVOLVIMENTO E A HERANÇA ESCRAVISTA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO.....	53
4.1 A realidade do Brasil atual.....	61
4.2 A prisão: dialogando com os dados.....	64
5 A POSSIBILIDADE DE RETORNO DO INDIVÍDUO APRISIONADO À CONVIVÊNCIA EM SOCIEDADE.....	69
5.1 A Educação a Distância para privados de liberdade e a mediação tecnológica..	73
6 A CONSTRUÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL UTILIZADO NOS CURSOS.....	79
6.1 A parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.....	80
6.2 O efeito da pandemia e a transformação da arquitetura do curso.....	88
6.3 Ações da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para a Educação Prisional, no contexto da pandemia.....	90
6.4 A transformação da arquitetura dos Cursos do “Programa Virar o Jogo”.....	92
6.5 A produção dos módulos, a avaliação do aluno e do Curso.....	98
7 O PERCURSO DA PESQUISA REALIZADA: A COLETA DOS DADOS.....	101
7.1 A estrutura do instrumento de pesquisa.....	108
8 O PERCURSO DA PESQUISA REALIZADA: A ANÁLISE DOS DADOS.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	147
ANEXO A – Manifesto educação em tempos de pandemia para os sujeitos privados de liberdade no Rio de Janeiro.....	154
ANEXO B – Template para elaboração de conteúdo do Curso de Treinamento e	

Qualificação Profissional de Assistente Administrativo.....	165
ANEXO C – Template preenchido pelos professores e com comentários da equipe do IFHT/UERJ.....	171
ANEXO D – Telas de uma aula da Fundamentos de Assistente Administrativo conforme aparece no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.....	181

INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objetivo apresentar, construir e testar o formato piloto do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo, que é oferecido pela Fundação Santa Cabrini (FSC), construído pedagogicamente pela equipe do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFHT/UER). A Fundação Santa Cabrini tem como missão a organização e a promoção, em bases racionais e produtivas, do trabalho remunerado do interno, visando ao retorno de homens e mulheres presos e sob custódia do Sistema Prisional do Rio de Janeiro ao convívio social em atividade laboral.

O Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo foi oferecido a distância no segundo semestre do ano de 2020. Originalmente, essa primeira oferta seria feita na modalidade semipresencial, mostrarei essa arquitetura pedagógica e a sua transformação para a modalidade totalmente a distância ao longo desta tese, o que foi necessário devido ao contexto de pandemia de COVID-19.

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu que o mundo vivia uma pandemia do novo coronavírus, posição reafirmada pelo Governo brasileiro e pelo estado do Rio de Janeiro, cenário da pesquisa, ao decretar estado de calamidade pública devido à transmissão comunitária do novo coronavírus. Assim, foi necessário mudar a arquitetura do curso.

Portanto, o Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo foi oferecido a distância, no formato autoinstrucional, mas poderá ser adaptado ao formato semipresencial, e foi elaborado com o uso da mediação tecnológica, tendo como interlocutores os gerenciados (termo usado pela FSC para homens e mulheres presos e sob custódia do Sistema Prisional do Rio de Janeiro).

A interlocução com o curso, com a finalidade da pesquisa, foi feita através da resposta de um questionário previamente elaborado, no qual foram abordadas questões relacionadas ao perfil dos gerenciados, ao acesso à assistência ao preso e ao internado, previsto na Lei de Execução Penal, de nº 7.210, de julho de 1984 (BRASIL, [2019a], n. p.), e também aos temas e conteúdos necessários para a formação de Assistente Administrativo, com ênfase na formação humana e em direitos humanos, visando ao retorno ou acesso de homens e mulheres ao mercado de trabalho.

O diálogo se estabeleceu entre o IFHT/UERJ e a FSC no sentido de selecionar o conteúdo programático do curso. Já havia um trabalho prévio com esses gerenciados feito pela Fundação através dos assistentes sociais, pedagogos e psicólogos, policiais penais e também pela equipe do Instituto Multidisciplinar, através de ações extensionistas.

Após apresentação da versão inicial do Curso aos interlocutores da FSC foi realizada a primeira oferta, monitorada e avaliada para validar as posteriores.

O Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias, Unidade Acadêmica da UERJ, por toda a *expertise* que tem em cursos usando a mediação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), foi compreendido pela FSC como parceiro de primeiro momento na caminhada de formação desses sujeitos egressos do sistema prisional.

Como hoje sou professor convidado do IFHT e por minha trajetória dentro do Sistema Penitenciário fluminense, decidi aceitar o desafio da elaboração do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo. Lembro que essa elaboração foi possível porque sou professor da rede estadual de educação do Rio de Janeiro e fiz o Mestrado em Psicologia Social na UERJ, momento em que tive como reflexão a ressocialização de alunos que estudam em escolas intramuros, ou seja, dentro de penitenciárias.

Neste caminhar, vivenciando a educação em prisões, eu me pergunto se é possível usar de modo favorável à população carcerária brasileira as tecnologias da comunicação e informação, com impacto positivo em suas vidas.

O Brasil, que atingiu no ano de 2016 o patamar de terceira população carcerária no mundo e que tem como política o aprisionamento, precisa ser estudado. É necessário construir e possibilitar alternativas e estratégias que visem ao retorno desses homens e mulheres que, não havendo alteração na legislação, voltarão ao seio social. O questionamento é: como queremos que eles retornem?

A tese tem como objetivo, como já foi dito, apresentar, descrever o processo de construção e testar a arquitetura do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo usando as tecnologias da informação para pessoas privadas de liberdade, fazendo com que seja significativo para eles, de modo que os ajude no retorno ou acesso ao mundo do trabalho e à sociedade.

Alguns objetivos específicos permeiam a tese, um deles será mostrar a minha trajetória na área de educação e evidenciar como considero importante um olhar diferenciado para pessoas que estão presas ou sob custódia do Estado, para entender meu percurso desde que

adentrei pela primeira vez a penitenciária Lemos Brito, no ano de 2007, e se acendeu em mim a vontade de compreender a educação ofertada para aquele público privado de liberdade.

A tese está diretamente ligada ao caminho que percorri durante os anos em que dei aula no Sistema Prisional. Haverá um momento em que explicarei como foi a minha chegada a uma escola estadual que funcionava em ambiente de privação de liberdade e como construí o objeto de pesquisa do mestrado em Psicologia Social, considerado o nascedouro desta tese. Assim, estabeleço o quanto essas experiências influenciaram diretamente a tese que ora apresento.

Penso que entender a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em contexto de privação de liberdade também é muito necessário para a compreensão do Curso. Visitarei algumas legislações que demonstram que a educação para esse público, além de significativa, deve ser voltada para os direitos humanos, para a formação humana e para o retorno ao convívio social mais ampliado, buscando a sua inclusão no mercado de trabalho.

Outro objetivo específico será mostrar um “olhar sociológico” sobre a sociedade brasileira, tendo como norte alguns conceitos ligados ao subdesenvolvimento, à herança escravista e a uma elite brasileira que prima pelo atraso. Dessa maneira, sem querer esgotar a literatura que trata das grandes diferenças encontradas na sociedade brasileira, principalmente as de cunho econômico e social, procurarei mostrar como, num país marcado por tantas diferenças, chegamos ao ano de 2016 com a terceira população maior carcerária do mundo, segundo os dados dos Infopen (Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias), sistema de informações estatísticas sobre o sistema penitenciário brasileiro.

Apresentarei dados que indicam avanço na taxa de aprisionamento. Em 2013, quando defendi minha dissertação, éramos o quarto país que mais aprisionava no mundo, atrás dos Estados Unidos, China e Rússia, e hoje já somos o terceiro porque ultrapassamos a Rússia.

Penso que, com uma população carcerária de 726.000 pessoas, a educação mediada por tecnologias de qualidade pode ajudar no retorno dessas pessoas ao convívio social e laboral. Os Recursos Educacionais Abertos (REA), elaborados com o comprometimento de serem significativos para os alunos, são extremamente importantes nessa perspectiva.

Abordarei ainda a ponte que me fez chegar ao mestrado em Psicologia Social pensando na ressocialização de apenados e buscarei explicitar como o objeto estudado me proporcionou a chegada ao doutorado pensando na construção de um recurso educacional para os gerenciados pela Fundação Santa Cabrini.

Discutirei a mediação como elemento constitutivo da aprendizagem, apresentando a visão de alguns teóricos, como Demerval Saviani (2020), que aborda a mediação sob o olhar

dialético. Farei, portanto, uma apresentação dessa modalidade de educação, sendo este mais um objetivo específico, tendo como norte a escala do número de encarcerados, e fruto do conteúdo abordado no capítulo sobre o subdesenvolvimento brasileiro, a herança colonial e a elite do atraso.

Pretendo apresentar os cursos de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo e de Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas que foram construídos a partir da demanda da FSC. Destaque-se que, com o reconhecimento do estado de calamidade decretado no Brasil devido à pandemia, somente o segundo curso pôde ser ofertado totalmente a distância.

Fruto da parceria entre a Fundação Santa Cabrini e o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), o curso pretende dar formação para pessoas que ainda estão sob custódia do estado, mas que já têm condições de trabalhar, porque já podem sair com autorização da SEAP, para que não cheguem ao mercado de trabalho tão despreparadas em relação à formação profissional.

Por fim, pretendo apresentar a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, a pesquisa e o resultado da testagem do Curso trabalhando com as respostas ao questionário elaborado.

No capítulo I, procurarei mostrar minha trajetória na área de educação e minha chegada ao ambiente de privação de liberdade para lecionar numa escola estadual na cidade do Rio de Janeiro.

1 A TRAJETÓRIA QUE LEVOU À TESE: UM RELATO MEMORIAL

Por entender ser fundamental para o entendimento da pesquisa, pensar sobre a trajetória que me levou ao objeto de análise, inicio este capítulo com informações de como cheguei ao objeto de análise.

Sou professor da Rede Estadual de Ensino do Rio de Janeiro, através da qual comecei trabalhar em escolas em ambiente de privação de liberdade, no ano de 2007, No Colégio Estadual Mario Quintana, localizado na Penitenciária Lemos Brito, no complexo Gericinó, em Bangu, zona oeste do município do Rio de Janeiro.

O colégio estadual Mario Quintana funciona desde a década de 1960. Em 2007, quando a penitenciária foi transferida do Centro do Rio de Janeiro, do extinto Complexo da Frei Caneca, no bairro do Estácio, a escola acompanhou a migração para Gericinó. Até o ano de 1993, as escolas estaduais que funcionavam em prisões recebiam o nome da própria penitenciária. Nesse caso, a Penitenciária Lemos Brito dava o nome à escola Lemos Brito, que passou se chamar Mario Quintana.

Na ocasião da minha chegada, em 2007, eu estava com dificuldades financeiras e precisava trabalhar em outras escolas para poder ajudar equilibrar as contas.

Um amigo me disse que existiam colégios estaduais que funcionavam dentro de presídios e que era muito fácil conseguir tempos de Gratificação por Lotação Prioritária (GLP), justamente porque ninguém queria trabalhar naquele ambiente. A GLP era uma forma de conseguir turmas extras, aumentando o salário do professor no fim do mês, devido à carência de professores concursados que pudessem ocupar esses tempos de aula. Foi assim que comecei. A partir da informação do amigo, comecei uma peregrinação para chegar até uma escola no Complexo Penitenciário de Bangu.

Quando se chega à portaria do Complexo, é preciso se identificar, dizer o que se pretende fazer e quem o receberá. Claro que eu não tinha os elementos que possibilitassem a entrada. Tentei inúmeras vezes até que consegui entrar, após várias explicações dadas aos responsáveis pela autorização de entrada ao Complexo.

Posso garantir que foi muito difícil conseguir fazer essa GLP, porque há dificuldades para ingressar no Complexo Penitenciário por questão de segurança, mas consegui. Foi assim a minha chegada àquele universo.

Depois dessa peregrinação de entrada no Complexo, conseguir falar com o diretor da Unidade Escolar se tornou outro problema. Eu já havia consultado o Quadro de Horário

disponibilizado no portal da Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), no qual apareciam as ofertas de tempos de GLP e percebi que o Colégio Estadual Mario Quintana tinha uma grande oferta desses tempos. Na primeira vez que atravessei a portaria do complexo, consegui chegar à entrada da Lemos Brito, porém não pude entrar porque um agente penitenciário¹ disse-me, após duas horas de espera, que a diretora da Unidade Escolar só poderia me receber no dia seguinte.

No dia seguinte, às 9h, eu estava na entrada do Complexo e consegui entrar. Fui até a porta da Penitenciária e, quando a diretora do colégio, professora Maria Estella Barghigiani, chegou, eu estava à sua espera. Entrei finalmente na penitenciária e, em seguida, no colégio. Começou ali uma transformação da minha vida.

Em conversa com a diretora, ela me disse que precisava de um professor de Português e Literatura, já que o colégio oferecia o Ensino Fundamental e o Médio e só havia uma professora de português na escola, e ela não tinha disponibilidade para fazer GLP. A professora Stella me ofereceu 16 tempos de aula. Dei início, assim, à minha trajetória de professor em ambiente de privação de liberdade.

Passo agora a relatar o dia a dia de quem, à época, se dispunha a dar aulas nesse ambiente. Na ocasião, quando se chegava à porta do Complexo, se o professor utilizasse o transporte coletivo, que é o que ocorre normalmente, poderia pegar o ônibus, denominado “Expresso da paz”, que levava os familiares em visita aos presos, ou poderia aguardar uma carona de um colega ou ainda caminhar vinte minutos. Depois desse momento, chegava-se à penitenciária.

Na chegada, o procedimento era tocar a campainha e aguardar até que um agente penitenciário viesse fazer a abordagem e autorizasse o acesso às dependências da Penitenciária. Autorizada a entrada, passava-se para uma nova etapa, a revista pessoal, quando são verificados os pertences pessoais: bolsa, carteiras, livros, bolsos de casacos. Se fosse um dia chuvoso, era obrigatório abrir o guarda-chuva, para que fosse verificada a inexistência de objetos proibidos, como drogas, celulares, chips, algum tipo de alimento fechado como biscoito, balas etc, que também poderiam ter, no seu interior, algo cuja entrada era proibida pela administração da penitenciária.

Ainda era solicitado que se retirasse todo material de metal, como cinto, sapatos, óculos, aparelhos eletrônicos em geral para que se procedesse o uso de detector de metais.

¹ Os agentes de segurança das unidades prisionais eram chamados agentes penitenciários à época, por isso uso o termo aqui.

Tudo que não pode adentrar nas dependências da penitenciária fica acautelado, aguardando a saída do funcionário, neste caso, do professor.

Na época, a Lemos Brito tinha duas alas —A e B — que não se comunicavam entre si. Também chamada de Bangu 6, a unidade era de regime fechado, sua população era formada por ex-policiais militares, ex-bombeiros, guardas municipais, milicianos e assaltantes não ligados às facções, além de pessoas condenadas por estupro. A clientela do lado “B” era composta apenas por criminosos ligados a uma facção criminosa.

Na ala “A”, a escola tinha cinco salas de aula, uma biblioteca, o Laboratório de Informática e Educação (LIED), equipado com computadores não ligados à rede, sala da direção, uma cozinha e dois banheiros, um para os servidores e um para os alunos. Na ala “B”, havia cinco salas de aulas, um espaço pequeno com uma estante e uma mesa que servia para colocar livros que seriam emprestados e dois banheiros para alunos e profissionais da escola.

O ambiente escolar era bastante arejado e claro. O chão era feito de cimento trabalhado e as paredes, pintadas de branco. A biblioteca chamava a atenção pela cor amarela e verde nas paredes e pelas mesas e cadeiras na cor azul, lembrando as cores da bandeira brasileira. As paredes das salas de aula tinham murais que rememoravam, e muito, uma escola fora do espaço intramuros.

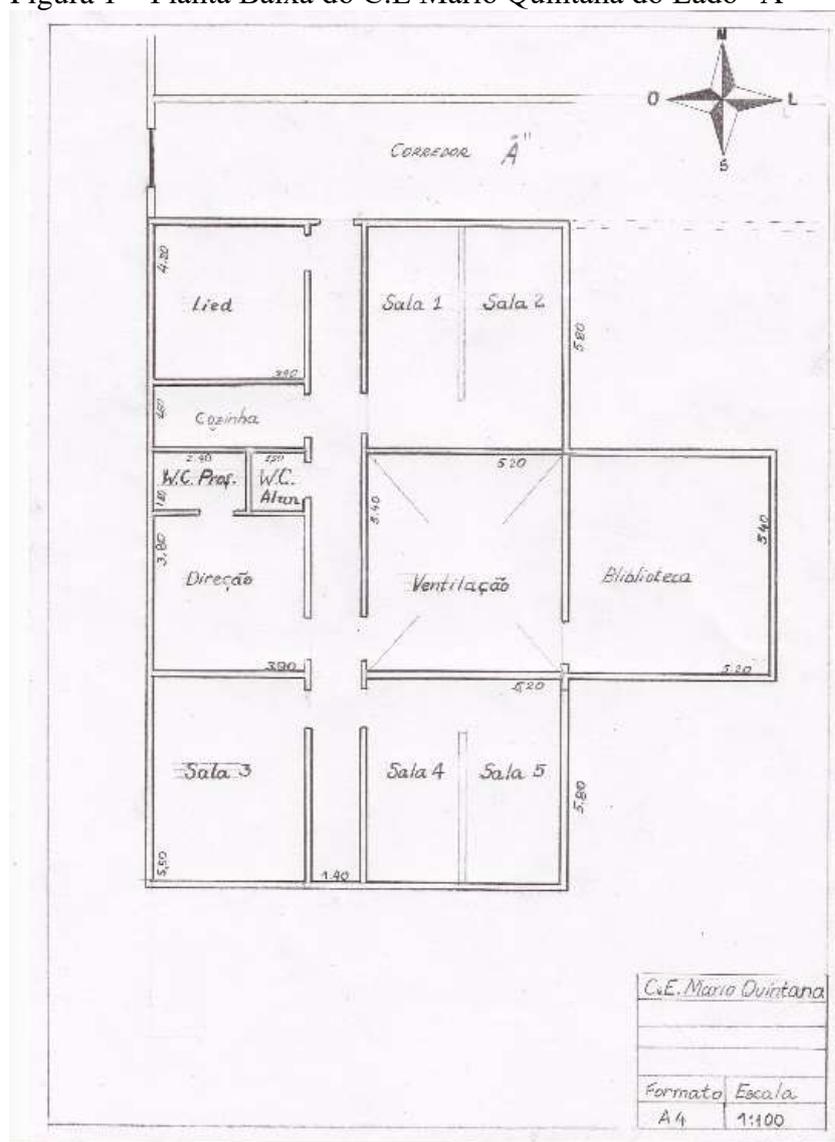
Os murais eram confeccionados pelos professores e alunos para apresentar trabalhos feitos pela turma ou para marcar épocas comemorativas, como o Natal, a Páscoa, o Dia Internacional da Mulher e outras. Esse aspecto me incomodava, porque nessas datas como a Páscoa ou o Natal, por exemplo, eram comuns desenhos de famílias brancas, felizes, com ovos da páscoa e com direito a coelhinhos estampados nos papéis; bem como Papai Noel e uma mesa com peru assado e outras delícias natalinas típicas de ambientes abastados. Eu achava aquilo ruim, porque, em sua maioria, os estudantes não sabiam o que era Natal e nem o significado da Páscoa, pois muitos ali não tinham família ou nunca tinham passado por uma ceia natalina ou pelo entendimento do significado dessas datas comemorativas.

A escola atendia às duas galerias, conforme já foi dito anteriormente, mas era dividida também. As duas alas da escola não se comunicavam porque seus alunos não podiam ser colocados em um mesmo espaço devido haver facções diferentes. Porém os professores, que atendiam os alunos em turnos e horários diferentes, transitavam com certa tranquilidade nos dois ambientes. A escola oferecia a modalidade de Educação de Jovens e Adultos presencial, numa matriz criada exclusivamente para a educação em prisão no Estado do Rio de Janeiro. Mais à frente, falarei mais dessa modalidade e inclusive dos seus aspectos legais.

Os alunos eram matriculados desde os anos iniciais até os anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Ao chegar à escola, um aluno analfabeto poderia, dependendo do tempo de reclusão, ser alfabetizado e terminar o Ensino Fundamental e o Médio durante o cumprimento de sua pena.

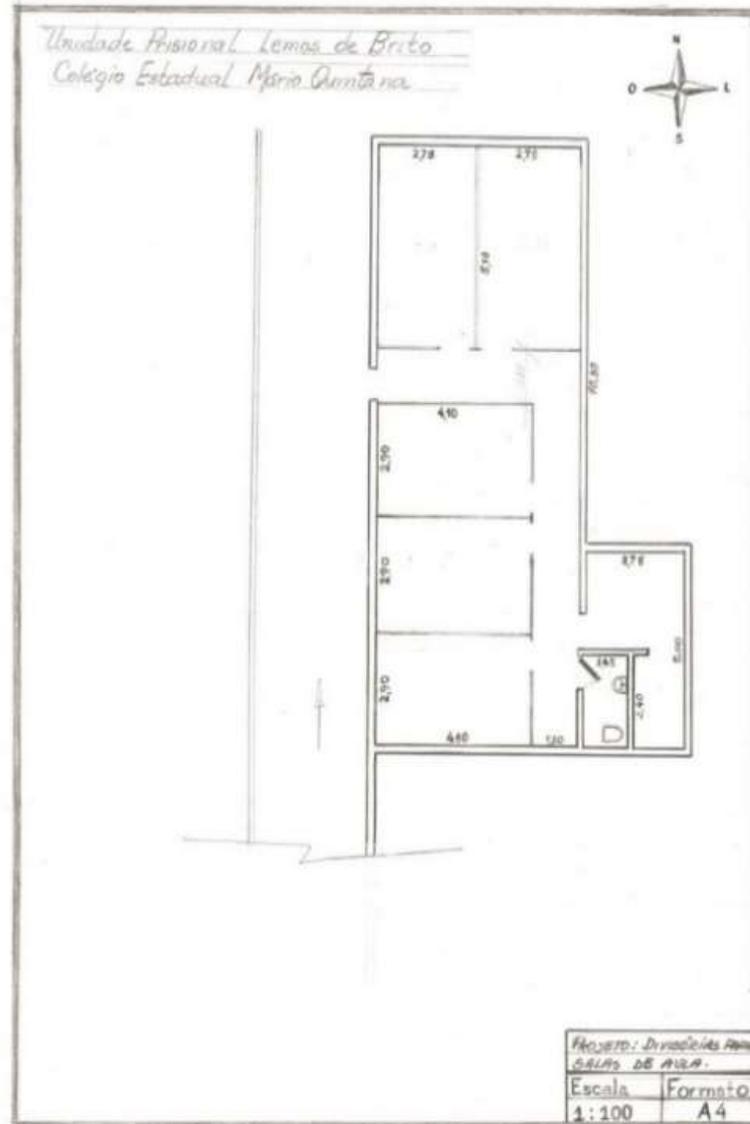
A seguir, compartilho a planta do Colégio Estadual Mario Quintana, para melhorar o entendimento espacial dele.

Figura 1 – Planta Baixa do C.E Mario Quintana do Lado “A”



Fonte: Arquivo da Secretaria do C.E. Mario Quintana.

Figura 2 – Planta Baixa do C.E Mario Quintana do Lado “B



Fonte: Arquivo da Secretaria do C. E. Mario Quintana

Não consegui imagens do Colégio Mario Quintana, mas, de qualquer maneira, creio ser possível ter uma ideia da estrutura escolar a partir das fotos do Colégio Estadual Padre Bruno Trombetta, que mostrarei adiante. Também de regime de reclusão fechado, esse colégio funcionava com a EJA e eram similares.

Vejamos aqui os tipos de regime a que estão submetidos os sujeitos que cumprem pena no Brasil e aos quais me refiro constantemente neste trabalho.

O **regime fechado** ocorre quando a pena é cumprida em estabelecimento de segurança máxima ou média. Nele, a pessoa é presa durante todo o dia, podendo sair dos pavilhões para banhos de sol e trabalhos internos. É o regime aplicado para as pessoas condenadas à reclusão e, normalmente, se aplica a penas superiores a 8 anos.

O **regime semiaberto** é executado em estabelecimentos coloniais agrícolas, industriais ou semelhantes. A pessoa presa deve trabalhar durante o dia na própria penitenciária ou fora das suas dependências e voltar para dormir. Aplicado para penas de reclusão e de detenção entre 4 e 8 anos, ou para pessoas tiveram direito à progressão do regime fechado.

Por fim, o **regime aberto** é adotado para pessoas condenadas à detenção ou reclusão com penas inferiores a 4 anos ou que já obtiveram progressão do regime semiaberto. A pessoa trabalha durante o dia e deve se recolher em uma casa de albergado ou em sua própria residência (prisão domiciliar), tendo suas atividades monitoradas. O Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo em estudo nesta tese foi ofertado a presos no regime aberto. Toda essa parte de regimes e progressão de penas estão previstas em Lei, principalmente no Código Penal Brasileiro.

Feitos esses parênteses para melhor entendimento do universo pena, volto a falar da minha trajetória. Dei aula para quase todas as turmas da Escola Estadual Mario Quintana, do lado A e do B. Em minha primeira matrícula iniciada no ano de 2005, fora do Sistema Prisional, vinculei dezesseis tempos de aula de GLP do Colégio Mario Quintana, onde só havia uma professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, disciplina que eu lecionava.

Assim, lecionei no Colégio Estadual Pierre Plancher, em Mesquita, com a carga horária do meu concurso de origem, com 16 tempos de GLP, na penitenciária.

No ano de 2008, fui aprovado em um primeiro concurso da SEEDUC que contemplava especificamente unidades escolares em ambiente de privação de liberdade, inclusive com questões específicas dessa realidade sendo cobradas na prova.

Além disso, decidi levar minha matrícula anterior, do Colégio Estadual Pierre Plancher para escola Mario Quintana. Dessa forma, fiquei na unidade com 32 tempos da minha carga horária prevista nos dois concursos e mais alguns tempos de Gratificação por Lotação Prioritária (GLP). Com uma carga horária tão extensa, pude conhecer todas as turmas da escola. Eu trabalhava ali todos os dias.

Creio que, devido ao fato de ficar tanto tempo na escola, eu me tornei muito mais próximo da direção e da coordenação pedagógica, o que, de certa maneira, serviu para que me aproximasse de outros atores da penitenciária. Particpei de reuniões com diretor e vice-diretor da unidade prisional e com assistente social, já que muitas vezes a escola precisava de documento dos alunos para efetuar a matrícula, eles não tinham, então precisávamos da Assistência Social. A escola ficou grudada em mim como uma tatuagem que trazia uma marca, a privação da liberdade, marca que me intrigava e angustiava.

Fotografia 1 – Sala de aula do C. E. Bruno Trombetta



Fonte: Acervo do Colégio Estadual Padre Bruno Trombetta

Com uma aproximação tão grande com a escola e com tanto aprofundamento político sobre o fazer pedagógico, fiquei cada vez mais envolvido em sua atmosfera. Foi assim que me deparei com a formulação do primeiro Plano de Educação em Prisão, para o qual fui delegado. Nele, houve a possibilidade de discutir a Educação em ambiente prisional e possíveis soluções para as questões prementes a ela relacionadas.

Em 2009, fui convidado para trabalhar na Coordenadoria Especial de Escolas Prisionais e Socioeducativas (COESP), através da qual pude conhecer quase todas as escolas estaduais que funcionavam em prisão no estado do Rio de Janeiro e pude ainda ampliar a visão sobre o trabalho desenvolvido.

Fotografia 2 – Sala de leitura do C. E. Bruno Trombetta



Fonte: Acervo do Colégio Estadual Padre Bruno Trombetta

Destaco que esse trabalho foi importante pra mim porque, através das discussões das quais participei, pude pensar no objeto do mestrado e no atual objeto do doutorado: os Cursos

de **Treinamento e Qualificação Profissional** e de **Assistente Administrativo** e de **Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas**, frutos da parceria com a Fundação Santa Cabrini com a UERJ, mais especificamente com o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias, unidade acadêmica à qual estou vinculado, cedido para a UERJ desde 2014.

Esse Plano Estadual de Educação em Prisões [2021?]. já era pensado pelo grupo de professores que davam aula no Sistema Prisional. Por parte dos profissionais da Educação, professores, direção e equipe pedagógica, havia uma necessidade de discutir o que era feito nessas escolas, bem como os rumos a serem trilhados. Neste contexto, já com a Coordenadoria de Escolas Prisionais e Socioeducativas criada, o debate sobre educação em ambiente de privação de liberdade tornara-se muito mais acalorado.

Em 2008, como já informado, foi criada a Coordenadoria Especial de Escolas Prisionais e Socioeducativas (COESP), através do Decreto 41.348, de 11 de junho de 2008 (RIO DE JANEIRO, 2008), que passou a tratar pedagógica e administrativamente dessas unidades escolares, o que facilitou muito as ações específicas para esses alunos, professores e gestores escolares. A COESP passou, no ano de 2010, a ser DIESP, Diretoria Regional de Escolas Prisionais e Socioeducativas.

Foi no âmbito dessa efervescência que o plano Estadual de Educação em Prisão caiu em nossos colos. No próximo item, vou apresentá-lo e reafirmo sua importância, porque foi fruto de discussão de diversos atores, de diversas instâncias e com pluralidade de saberes.

1.1 A elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisão

O Plano Estadual de Educação em Prisão (PEEP), [2021?] começou ser discutido em 2010 e, após as discussões, foi enviado para o Ministério da Justiça e para o Ministério da Educação, para que fosse revisado. Acontece que, mesmo tendo passado por todas essas instâncias, o Plano ainda não foi publicado até a presente data.

Esse mesmo Plano retornou da esfera federal com solicitação à Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) que fizesse uma nova revisão e o publicasse. O certo é que foi revisado no ano de 2018 por outros atores, porém até hoje, como disse anteriormente, a publicação não ocorreu. Considerando que, mesmo sem sua a publicação, foi elaborado por pessoas comprometidas com essa Educação, fico muito à vontade para divulgá-

lo. Percebo que torná-lo público é deveras respeitoso para aqueles que, mesmo tendo muitas coisas a serem feitas, seja na esfera profissional ou particular, entenderam a importância daquele debate e nele se envolveram.

Trabalharei, portanto, com o Plano que foi revisado em 2018 e elaborado em 2010, no qual está presente a ressalva de que somente os dados foram refeitos, mas sua essência continua a mesma. Segundo o Plano revisado [2021?].

A necessidade de elaboração deste Plano tem por base que o contexto da educação nos espaços de privação de liberdade, deverá contemplar seu alunado com atividades educacionais para jovens e adultos que sejam adequadas às especificidades desta educação diferenciada, integrando as práticas pedagógicas à rotina da Unidade Prisional, preservando os marcos legais, principalmente os preconizados na Constituição Brasileira, podendo citar seu Artigo 205 que garante a todos os cidadãos deste país o direito à educação, destacando que esta é dever do Estado e da família, devendo visar o desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, na Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB e na Lei Nº 7210/84 – Lei de Execuções Penais – LEP.

O Plano aponta para a fundamental participação dos autores que podem garantir o seu sucesso porque vivenciam a rotina de uma Unidade Escolar. São eles:

Diretores das Unidades Escolares, Diretores das Unidades Prisionais, coordenadores pedagógicos, professores regentes, agentes penitenciários e alunos. Na elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisões do Estado do Rio de Janeiro, além dos colaboradores já mencionados, participaram deste evento autoridades do cenário da educação, do sistema penitenciário, além de representantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), representantes da AEPLIERJ (Associação dos Educadores dos Privados de Liberdade do Estado do Rio de Janeiro), representante do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro, tendo como principal meta o desenvolvimento e a implantação nas Unidades Escolares que se encontram nos espaços prisionais, de uma educação de qualidade, perpassando pela readequação do trabalho realizado e a valorização do profissional alocado nessas Unidades. (RIO DE JANEIRO, [2021?], p. 6)

A criação da Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas (DIESP) foi apontada como uma possibilidade de melhoria da educação nesses espaços, articulando a coordenação e acompanhamento das atividades inerentes às escolas que se encontram nesses espaços. Finaliza com a necessidade da garantia da dignidade e da cidadania aos sujeitos privados de liberdade, o que não significa constituir privilégio e, sim, direito.

Após a conclusão dos trabalhos, o documento foi enviado para o Ministério da Educação (MEC) para análise, ainda em 2012; no final do ano de 2014, o MEC fez a devolutiva para a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/SEEDUC, sendo definido o prazo de 30 de agosto de 2015 para os ajustes sugeridos. Desta forma, em 2015, foi formado um grupo composto por servidores da SEEDUC – Superintendência Pedagógica (SUPED), Superintendência de Gestão das Regionais Pedagógicas (SUPGE), Diretoria

Regional de Unidades Prisionais e Socioeducativas (DIESP) e da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP) – Coordenação de Inserção Social, para a atualização do Plano.

O Plano Estadual de Educação em Prisão é um documento primário, porque foi obtido diretamente por mim, construído por atores que atuam no sistema carcerário. Seus temas norteadores ainda não foram abordados em pesquisa. Nele, há muitas coisas que precisam ser publicizadas e que são fruto de trabalho de pessoas que estavam vivenciando a educação nesses espaços de restrição de liberdade. Gostaria de destacar alguns pontos do breve histórico da educação em prisão no estado do Rio de Janeiro que consta no Plano. Um deles é que o primeiro registro da oferta de educação em ambiente de privação de liberdade foi feito no ano de 1967.

Naquela época, havia seis Classes de Cooperação (CC) que ministravam as aulas. O interessante é que cada uma dessas Classes de Cooperação recebia o seu nome de acordo com a penitenciária à qual era vinculada, ou seja, se um aluno precisasse de uma declaração, nela viria o nome da penitenciária, marcando, por assim dizer, o aluno como oriundo do Sistema Prisional.

Somente em 1993, na tentativa de descaracterizar as declarações de escolaridade dos alunos, as escolas existentes no Sistema Prisional tiveram seus nomes modificados, após a escolha de um patrono. Como exemplo, relembro a Escola Estadual Lemos Brito que passou se chamar Escola Estadual Mario Quintana, já mencionada anteriormente nesta tese.

Em 2003, dez anos após essa transformação, todas as escolas passaram a ser colégios estaduais. É interessante destacar que, por meio de luta de alunos, professores e equipe gestora das unidades escolares, houve a tentativa de aproximar as escolas localizadas em prisão das escolas extramuros.

Mais um ponto levantado no histórico refere-se à desvinculação das unidades escolares das coordenadorias regionais das quais faziam parte através da Resolução SEEDUC nº 3528/2007, datada de 21 de maio de 2007, e da Resolução SEEDUC nº 3539, de 26 de junho de 2007. Com a desvinculação das unidades escolares das variadas regionais a que pertenciam, criou-se a possibilidade de construção de ações que atendessem às demandas dessas escolas. Houve cursos de formação continuada para gestores e professores, inclusive ofertados pelo próprio IFHT/UERJ. A possibilidade de se ter um diretor adjunto além do diretor geral é uma conquista que se enquadra nessa lista.

Nesta tese, como disse anteriormente, proponho a apresentação, a testagem e a avaliação de um material didático para utilização a distância visando, justamente, a pessoas

que estão presas ou que são egressas do sistema prisional. Isso não foi sem motivo, como veremos a seguir.

A elaboração desse material nasce de uma das demandas originárias do grupo que se reuniu para a tarefa de elaboração do Plano. Sinto-me na obrigação de falar sobre sua composição, até porque percebo que há um registro histórico nele contido que não pode ficar sem divulgação.

Em 2010, a direção de COESP fez uma reunião com todos os diretores das unidades escolares prisionais, alertando para a necessidade de elaboração do Plano Estadual. Em seguida, houve o convite para que outros atores participassem da elaboração da Tese-Guia (passo para a elaboração de plano estadual) com os eixos norteadores para a construção do documento. Foram chamados os diretores das unidades escolares, diretores das unidades prisionais, agentes penitenciários, coordenadores pedagógicos dos colégios, professores, alunos e ex-alunos.

Naquele momento, o debate foi ampliado, tendo como elementos norteadores as legislações e leituras sobre educação prisional, bem como a realidade e as vivências de cada colégio. Eram seis os eixos norteadores, distribuídos da seguinte maneira:

Figura 3 – Eixos norteadores das legislações e leituras



Fonte: elaborada pelo autor, a partir do Plano Estadual de Educação em Prisão (2021?), 2020.

Após a apresentação desses eixos, a orientação era de que cada Unidade Escolar debatesse internamente com a equipe diretiva, professores, alunos e agentes penitenciários, para produzir um documento daquela unidade. Além disso, deveria eleger cinco delegados da unidade escolar para participarem da elaboração do Plano final, tendo por base o documento norteador criado pelo grupo.

O passo seguinte foi a realização de um encontro com a presença de dois representantes de cada unidade escolar (U.E.), sendo que um deles seria obrigatoriamente o diretor da U.E. e o outro um delegado já eleito, o diretor da unidade prisional e/ou representante, tendo por base o documento gerado anteriormente nos colégios, para elaborar um documento norteador final para servir de base para o Plano Estadual de Educação em Prisões. Esse momento aconteceu sob a coordenação e orientação dos profissionais da DIESP/SEEDUC. Por fim, o documento elaborado, a Tese Guia Final, foi entregue à DIESP, com o nome de todos os participantes, os cargos e as respectivas unidades escolares e unidades prisionais.

A revisão do Plano foi feita pela UERJ, onde eu tinha uma trajetória e por isso fui buscar apoio para esta revisão. O Magnífico Reitor, professor Ricardo Vieiralves de Castro, ao perceber a importância daquele documento, orientou-me a procurar o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT), para que fizesse a revisão pedagógica do Plano. Procurei a sua diretora, professora Eloiza da Silva Gomes de Oliveira, que entendeu a necessidade de a universidade participar de momento tão importante para o Rio de Janeiro e para o Brasil.

A seguir, apresento um quadro com as instituições e os membros que participaram da Tese-Guia, o que demonstra exatamente a amplitude e a legitimidade do Plano.

Quadro 1 – Instituições e membros que participaram da Tese-Guia

ÂMBITO FEDERAL	
Ministério de Educação e Cultura	
ÂMBITO ESTADUAL	
Secretaria de Estado de Educação	<p>SUGEN</p> <ul style="list-style-type: none"> • Superintendência de Gestão da Rede • Superintendência Pedagógica • Diretoria de Ensino Regular e Profissional • Coordenação de Ensino Fundamental • Coordenação de Ensino Religioso • Coordenação de Diversidade Educacional • Unidades Escolares / SEEDUC – Delegados eleitos representando as Unidades Escolares
	<p>Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas - DIE SP</p> <ul style="list-style-type: none"> • Diretoria Pedagógico-Administrativa • Coordenação de Gestão da Rede • Coordenação de Administração • Coordenação de Gestão de Pessoas • Coordenação de Ensino, Avaliação e Acompanhamento • Unidades Escolares / SEEDUC - Delegados eleitos representando as Unidades Escolares
	<p>Direção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Penitenciária Nelson Hungria • Penitenciária Joaquim Ferreira de Souza • Penitenciária Industrial Esmeraldino Bandeira • Penitenciária Alfredo Trajan • Presídio Elizabeth Sá Rêgo • Penitenciária Vicente Fogaça • Penitenciária Talavera Bruce • Penitenciária Lemos Brito • Instituto Penal Benjamin de Moraes Filho • Penitenciária Jonas Lopes de Carvalho • Penitenciária Laércio da Costa Pellegrino • Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho • Penitenciária Dr. Semano Neves • Penitenciária Gabriel Ferreira Castilho • Direção do Presídio Evaristo de Moraes • Direção da Penitenciária Moniz Sodré
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	<p>Coordenação</p> <ul style="list-style-type: none"> • De Inserção Social • De Segurança de Gestão
	<p>Universidade do Estado do Rio de Janeiro</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direção do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias; • Representação docente.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do Plano Estadual de Educação em Prisões, 2020.

E mais:

- Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro
- Presidência da Comissão de Diversidade.
- AEPLIERJ - Associação dos Educadores nos Espaços dos Privados de Liberdade do Estado do Rio de Janeiro
- Presidência;
- Vice-Presidência;
- Tesouraria;
- Representante dos associados.

Encerro aqui a narrativa de como se construiu o Plano Estadual de Educação em Prisão do Rio de Janeiro, que, reitero, encontra-se ainda aguardando publicação, mas isso não impede que se perceba o quão meritosa é a sua construção.

Tive a oportunidade de, no ano de 2018, em uma reunião com o então secretário de Estado de Educação do Rio de Janeiro, Sr. Wagner Granja Victor, perguntar sobre a publicação do documento. Ele respondeu que ficaria para o próximo governo. Vamos aguardar.

Em 2014, as unidades escolares do Sistema Prisional, foram inseridas na Resolução SEEDUC nº 5151, que estabelecia os critérios de classificação em categorias das unidades escolares da Rede, as quais passaram a ser contempladas com direção adjunta, corpo técnico-pedagógico e administrativo, como as demais unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino. Essa conquista possibilitou que as ações puderam ser mais bem planejadas e houve maior campo de debate e de espaços nos locais de discussão e de planejamento.

Neste capítulo, procurei traçar a minha trajetória até chegar ao sistema penitenciário fluminense, quando decidi lecionar em colégios que funcionam em ambiente de privação de liberdade. No capítulo dois, trarei o tema da Educação Jovem e Adultos.

2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA PRISÃO

Como indiquei anteriormente, farei neste capítulo uma breve análise da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que ocorre em contexto de privação de liberdade. Relembro que, nesta tese, apresentarei o Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, que precisou ser feito inteiramente a distância devido à pandemia instaurada no ano de 2020, por causa da disseminação do vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19.

Fruto da parceria entre a Fundação Santa Cabrini e o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da UERJ, o curso visa a qualificar homens e mulheres privadas de liberdade para o exercício profissional e foi pensado dessa maneira justamente porque há, na Lei de Execução Penal, na Seção V, Artigo 17 (BRASIL, [2019a], n. p.), a previsão de que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Como a modalidade da Educação de Jovens e Adultos está presente nas escolas localizadas em presídios do Rio de Janeiro, compreendo que entender a EJA em ambiente de privação de liberdade significa entender o papel que a Educação pode desempenhar na formação humana desse público.

A Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, é um marco legal importante para entendermos a EJA em prisão. Em seu Art.1 a resolução diz:

Art. 1º A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.(BRASIL, 2010, n. p.).

As Diretrizes Curriculares Nacionais são baseadas no direito de a pessoa ter pleno desenvolvimento, estar preparada para a cidadania e para o trabalho, sendo o Estado brasileiro, a família e a sociedade os propulsores da garantia da democratização do acesso, da inclusão, da permanência e da conclusão da aprendizagem, incluindo os jovens e os adultos.

Na mesma resolução, no Capítulo II do Título V, que trata das modalidades da educação básica, a Seção I também versa sobre a EJA, com a deliberação de que a EJA deve destinar-se aos que se situam na faixa etária superior à considerada própria a cada ano de escolaridade, quando da conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Portanto,

caberia aos sistemas educativos viabilizar a oferta de cursos gratuitos aos jovens e aos adultos, dando-lhes oportunidades educacionais apropriadas, levando-se em consideração suas características, seus interesses e suas condições de vida e de trabalho.

No § 2º, prevê-se que:

Os cursos de EJA, preferencialmente tendo a Educação Profissional articulada com a Educação Básica, devem pautar-se pela flexibilidade, tanto de currículo quanto de tempo e espaço, para que seja(m):

I - rompida a simetria com o ensino regular para crianças e adolescentes, de modo a permitir percursos individualizados e conteúdos significativos para os jovens e adultos;

II - providos o suporte e a atenção individuais às diferentes necessidades dos estudantes no processo de aprendizagem, mediante atividades diversificadas;

III - valorizada a realização de atividades e vivências socializadoras, culturais, recreativas e esportivas, geradoras de enriquecimento do percurso formativo dos estudantes;

IV - desenvolvida a agregação de competências para o trabalho;

V - promovida a motivação e a orientação permanente dos estudantes, visando maior participação nas aulas e seu melhor aproveitamento e desempenho;

VI - realizada, sistematicamente, a formação continuada, destinada, especificamente, aos educadores de jovens e adultos. (BRASIL, 2010, n. p.).

Lembro aqui que o Curso de Treinamento e Qualificação profissional de Assistente Administrativo foi pensando justamente para ajudar no retorno à sociedade desses homens e mulheres, para que, após a garantia por lei de que pudessem desempenhar função laboral, estivessem mais bem preparados. Dessa forma, o curso agiria em consonância com que espera a sociedade. Outro ponto que considero relevante é o fato de que, na mesma resolução, ainda tratando de modalidades, há a Seção VI, que se refere à Educação a Distância (EaD).

Nessa seção, a modalidade EaD é caracterizada pela mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e de aprendizagem com a utilização de meios e de tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Há também a previsão de que a competência para o credenciamento para a oferta de cursos e programas de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional Técnica de nível médio e tecnológica, na modalidade a distância, seria de responsabilidade dos sistemas estaduais de ensino, desde que se atenda o regulamento federal e as normas complementares desses sistemas. Dessa maneira, o Curso de Treinamento e Qualificação Profissional também estaria embasado e norteado pela Educação a Distância.

Quando trabalhei com a população privada de liberdade, pude perceber que o conteúdo aplicado naquele espaço deveria ir além do que se vê num espaço educacional mais tradicional. Ali, a escola deve pensar na formação humana desses sujeitos. O currículo e o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar devem trazer temas que os façam compreender a própria condição. É necessário que tenham um entendimento histórico das

suas existências, algo que os ajude na reflexão de seu estado atual e que aponte para saídas que os tirem da margem social, a qual muitas vezes nem entendem por que habitam.

Perceber a estrutura ou desestrutura familiar de onde vêm; sua condição sociocultural e financeira; as condições territoriais de onde habitam: oferta de educação, falta de saúde, ausência de saneamento básico, insegurança, entre outros, são temas que precisam ser abordados sem medo pelos sujeitos que estão dentro da estrutura das penitenciárias. Neste caso, a compreensão, o apoio e um olhar mais acurado dos que ali atuam são elementos que podem colaborar. Aqui, penso que a escola, a assistência social, a psicologia, a saúde e principalmente a direção da unidade prisional devem dialogar permanentemente e sem temas tratados como tabu. Assim, o retorno de homens e mulheres ao convívio social estará norteado pela perspectiva de começo de fase, compreendendo que a cidadania é o entendimento de direitos e deveres de todos e para todos.

Em meu mestrado, de que falarei mais detidamente adiante, listei cinco atividades que são previstas na Lei nº 7.210, de julho de 1984, a Lei de Execução Penal (LEP), que poderiam ajudar homens e mulheres no cumprimento das suas penas e no retorno ao convívio social. Perguntei a internos de unidades prisionais masculinas de segurança máxima e de regime fechado onde a pesquisa foi feita quais atividades, nas suas visões, mais poderiam ajudar na concretude daquilo previsto pela lei citada. Foram listadas as seguintes atividades: visita familiar, visita íntima, acesso à escola, atividade religiosa e banho de sol.

Na perspectiva desses homens, a atividade que mais assumia o caráter de socializar era a visita familiar. Para eles, a família trazia o “mundo de fora”. Portanto, penso que qualquer trabalho que vise à recondução de presos ao mundo extra muros deve levar em conta ações que dialoguem com suas famílias, se houver, e que também discuta, caso não haja esse esqueleto, o motivo de sua não existência.

Em artigo denominado “Política nacional de educação nos espaços de privação de liberdade: análise da organização da educação escolar e não escolar nos Planos Estaduais de Educação nas Prisões”, de autoria dos pesquisadores Elionaldo Fernandes Julião, Fabiana Rodrigues e Ana Cláudia Godinho (2019), é feita uma análise bem oportuna da educação em ambiente de privação de liberdade, na qual os autores se dedicam a traçar um histórico da EJA, além de mostrarem o avanço da legislação, chegando à Educação de Jovens e Adultos nas penitenciárias. Sinalizam também que a história da política nacional de educação para jovens e adultos em situação de restrição e privação de liberdade no Brasil se inicia em 2005. Segundo os autores, nesse momento, o Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), assume a educação nas

prisões, trazendo temas da diversidade e inclusão social na política de educação, o que inicia o processo de discussão para implementação de uma política nacional.

Como desdobramento dessas e outras ações, foram feitas sugestões para Diretrizes Nacionais para oferta de educação em espaços de privação de liberdade, aprovadas em 2009 pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (Resolução CNPCP nº 3, de 2009) e, em 2010, pelo Conselho Nacional de Educação (Resolução CNE/CEB nº 2, de 2010), avançando na discussão e na legislação da educação em privação de liberdade.

Os autores mostram ainda que os anos de 2011 a 2014 foram tempos de organização de quatro seminários nacionais promovidos pelos Ministérios da Educação e da Justiça, em busca da consolidação de uma política nacional. A proposta era:

Em linhas gerais, procuraram fortalecer as instituições estaduais responsáveis pela implementação da política nos estados; ampliar as discussões sobre o tema no país, mobilizando intelectuais, governos e a sociedade civil para o tema; bem como ampliar investimentos em projetos estaduais, assegurando, em alguns estados, maior eficiência na execução das suas ações de educação junto aos internos penitenciários. A partir de então, esperava-se que os estados, por suas secretarias estaduais de educação, assumissem a política de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade, reconhecendo-a não mais como uma ação pontual, isolada, voluntária, mas sim como uma política pública de educação. No contexto da discussão sobre a diversidade dos sujeitos da EJA, a educação nas prisões efetivamente passa a ser reconhecida como educação para jovens e adultos, sendo, assim, necessário um investimento em uma proposta política e pedagógica que leve em consideração as particularidades, especificidades e características dos sujeitos em situação de restrição e privação de liberdade. (JULIÃO; RODRIGUES; GODINHO, 2019, p.66).

Assistiu-se ao avanço da política nacional da EJA nas prisões do Brasil sendo norteadas por legislações educacionais vigentes e por tratados internacionais, inclusive com vistas aos Direitos Humanos. Como experiência mais próxima, no estado do Rio de Janeiro, no âmbito da SEEDUC, em 2018, foram aprovadas as matrizes curriculares da Educação de Jovens e Adultos para as unidades escolares prisionais e socioeducativas e também no modelo semipresencial.

Houve alguns atos do secretário estadual de Educação, como a Resolução SEEDUC nº 5666, de 06 de agosto de 2018, que fixou as diretrizes para a implantação das matrizes curriculares para as Unidades Escolares Prisionais da Rede Pública do estado do Rio de Janeiro. Além dessa, no dia 10 do mesmo mês, a Resolução 5667 fixou as diretrizes curriculares de EJA no modelo semipresencial para as unidades escolares localizadas em presídios do estado do Rio de Janeiro e deu outras providências. Desta maneira, as matrizes implementadas foram baseadas, conforme Julião, Rodrigues e Godinho (2019), nas legislações vigentes e em acordos internacionais. Faço aqui a transcrição do diário oficial que legislou sobre a matriz semipresencial.

Ato do secretário Resolução SEEDUC nº 5667 de 10 de agosto de 2018.

Fixa diretrizes para a implantação das matrizes curriculares de educação de jovens e adultos no modelo semipresencial para as unidades escolares prisionais da rede pública do estado do rio de janeiro, e dá outras providências.

O secretário de estado de educação, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no Processo nº E03/001/100151/2018.

Considerando:

- a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988;
- a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que incumbe os governos estaduais da tarefa de definir sua política educacional e estabelecer normas para o seu sistema de ensino, em consonância com as diretrizes curriculares nacionais;
- a Lei Federal nº 7.210, de 11 de julho de 1984, que institui a Lei de Execução Penal e versa sobre a assistência do Estado ao preso e ao internado;
- a Lei Federal nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça e suas ações educativas implementadas pelo Ministério da Educação, em aliança com a UNESCO;
- a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE, e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 3.459, de 14 de setembro de 2000, que dispõe sobre Ensino Religioso confessional nas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro;
- a Lei Estadual nº 4.528, de 28 de março de 2005, que estabelece as diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro e define a Secretaria de Estado de Educação como um dos órgãos executivos deste Sistema;
- o Decreto Estadual nº 31.086, de 27 de março de 2002, que regulamenta o Ensino Religioso nas escolas da Rede Pública de Ensino do Estado do Rio de Janeiro;
- a Resolução CNE/CEB nº 02, de 19 de maio de 2010, que dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais;
- a Resolução CNE/CEB nº 03, de 15 de junho de 2010, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância;
- a Resolução CNE/CEB nº 04, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;
- a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
- a Resolução CNE/CEB nº 3, de 16 de maio de 2012, que define as define Diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância;
- a Resolução CNE/CEB nº 02, de 30 de janeiro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio;
- a Deliberação CEE/RJ nº 344, de 22 de julho de 2014, que define Diretrizes Operacionais para a organização curricular do Ensino Médio na rede pública de ensino do Estado do Rio de Janeiro;
- a Resolução SEE Nº 3.248, de 22 de agosto de 2006, que estabelece que as Unidades Escolares Prisionais identificam-se como pertencentes à modalidade de Educação de Jovens e Adultos e dá outras providências;
- as Conferências Internacionais de Educação de Adultos (V CONFINTEA - 1997 e VI CONFINTEA - 2009) quanto à “preocupação de estimular oportunidades de aprendizagem a todos, em particular, os marginalizados e excluídos”, por meio do Plano de Ação para o Futuro, que garante o reconhecimento do direito à aprendizagem de todas as pessoas encarceradas, proporcionando-lhes informações e acesso aos diferentes níveis de ensino e formação;
- o plano específico da educação em prisões, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que destaca a importância e as especificidades do trabalho educativo com presos e presas dentro do campo mais

amplo da educação de jovens e adultos, incluindo, na Agenda para o Futuro, uma seção sobre a questão: o Tema VIII (artigo 47), que destaca o direito dos detentos à aprendizagem;

- o Projeto Regional de Educação para a América Latina e Caribe (PRELAC, 2002);
- a XV Cúpula Ibero-americana, de 2005, que tratou da educação para as pessoas privadas de sua liberdade como um direito humano ao longo de toda a vida;
- o Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos - PIA;
- os quatro pilares da Educação, estabelecidos a partir do Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI para a UNESCO, coordenado por Jacques Delors;
- os dados de 2014 do Relatório Anual do Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, ligado à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro;
- o II Seminário Nacional de Consolidação das Diretrizes para a Educação no Sistema Penitenciário, Brasília - 2007; e
- o Encontro Regional Latino-americano de Educação em Prisões, Brasília – 2008. (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 24-25)

Usei inserir uma citação tão extensa em virtude da riqueza de documentos que utiliza nas suas “Considerações” e que são úteis para o tema em estudo.

Voltando agora ao Curso de Treinamento e Qualificação profissional de Assistente Administrativo, que será detalhado mais adiante nesta tese, relembro que ele foi pensado à luz da perspectiva da Educação de Jovens e Adultos, mas também com a visão de que o conteúdo nele apresentado seja significativo para a existência desses sujeitos, que seja também um momento de reflexão dessa existência e que aponte para novos caminhos que não estejam à margem social. Busca-se efetivar o direito à educação aos jovens e aos adultos privados de liberdade por meio de modelo pedagógico próprio, no qual o desenvolvimento das competências exigidas para a participação social e participação produtiva do século XXI integre e articule o currículo.

Observamos que aí já existe um norte, no sentido de entrelaçar o currículo com os desafios do século XXI, criando um modelo pedagógico próprio. Notamos também haver um diálogo com o Plano Estadual de Educação em Prisão, apresentado anteriormente, mostrando, dessa maneira, necessidades apontadas pelos profissionais que atuam nas unidades escolares, como veremos abaixo.

Mais adiante na tese, quando fizer referência ao termo de cooperação técnica SEEDUC / SEAP, poderá também ser observada essa demanda. Por ora, sinalizarei para as competências que nortearão as ações, que são: responsabilidade, resolução de problemas, autoconhecimento, colaboração, comunicação, abertura para o novo, criatividade e pensamento crítico. Todas são competências presentes no Plano Estadual de Educação em Prisão [2021?]:

Responsabilidade: agir de forma organizada, perseverante e eficiente na busca de objetivos, mesmo em situações adversas;

Resolução de problemas: identificar problemas, desenvolver e lançar mão de conhecimentos e estratégias diversas para resolvê-los;

Autoconhecimento: compreender a si mesmo, conhecendo seus limites e potencialidades, podendo rever sua trajetória e estabelecer seu projeto de vida, bem como atuar em seu entorno social;

Colaboração: atuar em sinergia e responsabilidade compartilhada, respeitando diferenças e decisões comuns, planejar, trabalhar e decidir em grupo;

Comunicação: interação com o(s) outro(s) e com o conhecimento, desenvolvendo, criticamente o domínio da leitura e da escrita em letramentos múltiplos, fazendo-se entender e ser entendido, localizando, acessando e usando melhor a informação acumulada;

Abertura para o novo: aguçar a curiosidade e o espírito investigativo, ousando novas experiências, desenvolvendo a prática da experimentação, imprescindível à realização da pesquisa científica.

Criatividade: desenvolver a capacidade de identificar e estabelecer caminhos criativos para vencer problemas e desafios e, no mesmo sentido, encontrar repostas e soluções criativas.

Pensamento crítico: receber criticamente os meios de comunicação em suas diversas mídias e linguagens, podendo analisar, sintetizar, interpretar dados, fatos e situações;

Nesta parte da tese, em que tratei da EJA em prisão, salientei como o ensino para o público privado de liberdade deve ser diferenciado, deve ser significativo e buscar o entendimento do seu universo e de tudo aquilo que o rodeia. Portanto, todas essas competências devem ser levadas em consideração quando pensamos no ensino para esse público e um curso que vise à formação para o trabalho não poderá se distanciar desse norte.

3 A PONTE ENTRE O MESTRADO E O DOUTORADO

Neste capítulo, discorrerei sobre a ponte que atravessei dentre a apresentação do mestrado até a construção desta tese. Porém, antes vou dialogar com a Lei de Execução Penal e com o Termo de Cooperação Técnica entre a SEEDUC e a SEAP.

Esta nasceu de diversos fatores e da busca por respostas a perguntas que passaram a fazer parte de minha vida a partir da entrada em penitenciárias, para exercer a atividade docente. O fato de me tornar um dos delegados que colaborou para a elaboração do Plano Estadual de Educação em Prisão (PEEP) foi um desses disparadores. Todavia, não foi o único.

No ano de 2011, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.433, de 29 de junho (BRASIL, 2011) daquele ano, que regulamentou a remição de pena em um dia para cada doze horas de frequência na escola, divididas em, no mínimo, três dias.

Percebi que estava diante de objeto incrível para ser analisado. Pensei: então a escola é tão importante no presídio que a sua frequência por alunos presos deve converter-se em menos dias de cumprimento de pena?

Naquele momento, o espírito indagador tomou conta de mim. Em conversas com colegas das variadas instâncias que compõem uma penitenciária, notei que havia algumas discussões que acabavam por nortear o debate. Uma delas era a discussão da remição da pena.

Foi aí que comecei me apropriar de alguns marcos legais, como a Constituição Brasileira de 1988, a Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação e também a Lei 7.210 de 11 de julho de 1984, de Execução Penal.

Foi exatamente ao visitar a LEP que percebi que existia a previsão da orientação do retorno à convivência em sociedade do indivíduo preso através de algumas atividades, ou seja, o Estado acreditava na possibilidade de prepará-lo para o retorno à liberdade no seio social. Em seu Artigo 17, Seção V, já citado, que trata da assistência educacional, determina a Lei da Assistência Educacional:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 18-A. O ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, será implantado nos presídios, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 1º O ensino ministrado aos presos e presas integrar-se-á ao sistema estadual e municipal de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 2o Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

§ 3o A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas. 7.627. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

Art. 21-A. O censo penitenciário deverá apurar: (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

I - o nível de escolaridade dos presos e das presas; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

II - a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

III - a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

IV - a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo; (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015)

V - outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas. (Incluído pela Lei nº 13.163, de 2015). (BRASIL, [2019a], n. p.).

Como se pode perceber, uma seção discorre sobre a educação no ambiente carcerário desde a criação da Lei 7.210/84 e agora há outro elemento que dá mais força à atividade educacional: a remição de pena através do estudo, prevista na Lei 12.433/2011. Isto já é algo intrigante, ainda mais quando nos deparamos com dados atuais sobre escolaridade no sistema penitenciário brasileiro. Esse aspecto será abordado mais adiante.

Um motivo que também levou à elaboração do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional para Assistente administrativo foi que ele, além de toda a preocupação com a formação humana, poderia servir para a remição da pena, conforme a previsão da Lei.

Na redação da Lei 12.433/2011, chamo atenção, dentre outras coisas, para o parágrafo segundo, que diz: “as atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.” (BRASIL, 2011, n. p.).

É justamente à luz desse parágrafo que propusemos atividades educacionais a distância, conforme a elaboração do Curso de Qualificação Profissional de Assistente Administrativo que apresentarei mais à frente, quando termos acesso a ele e à sua estrutura. Neste momento, para facilitar o entendimento e conhecimento da Lei 12.433/2011, vejamos alguns aspectos.

O primeiro é que ela altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), porque dispõe sobre a remição de uma parte da pena através do estudo e do trabalho e altera o Art. 1º e os Art. 126, 127, 128 e 129, que, a partir daquela data, passaram vigorar com redação diferente:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 2º As atividades de estudo a que se refere o § 1º deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 3º Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 4º O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 6º O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 7º O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

§ 8º A remição será declarada pelo juiz da execução, ouvidos o Ministério Público e a defesa.” [NR]

“Art. 127. Em caso de falta grave, o juiz poderá revogar até 1/3 (um terço) do tempo remido, observado o disposto no art. 57, recomeçando a contagem a partir da data da infração disciplinar.” [NR]

“Art. 128. O tempo remido será computado como pena cumprida, para todos os efeitos.” [NR]

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar.

§ 2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.” [NR]

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. (BRASIL, 2011, n. p.).

Ainda em diálogo com a Lei de execução Penal, na Seção I, em que determina que a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, com objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade, prevendo justamente o seu retorno, apresento a seguir algumas assistências que considerei mais pertinentes, lembrando que todas constam na Lei.

A assistência do preso e do internado será material e prevê o fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. A saúde deve ser preventiva e curativa,

compreendendo o atendimento médico, farmacêutico e odontológico e, nos casos das mulheres presas ou internadas gestantes, elas terão acesso ao pré-natal e ao pós-parto sendo extensivo ao recém-nascido (BRASIL, 2011).

Além dessas garantias, assegura-se assistência jurídica, educacional, social e religiosa, com destaque para os seguintes pontos: a assistência jurídica será destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituição de advogado; a assistência educacional, já contemplada anteriormente nesta tese; a assistência religiosa prevê a liberdade de culto, prestada aos presos e aos internados, permitida a posse de livros de instrução religiosa, porém nenhum preso poderá ser obrigado a participar de atividades com esse viés.

Por fim, temos a assistência social, que tem a finalidade de amparar o preso e o internado e prepará-lo para o retorno à liberdade e, dentre outras coisas, a promoção, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação, a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho.

3.1 O Termo de Cooperação Técnica SEEDUC / SEAP

Outro documento que me fez refletir muito e avançar no sentido da elaboração desta tese foi o Termo de Cooperação Técnica (RIO DE JANEIRO, 2011) firmado entre a SEEDUC e a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro (Termo de Cooperação Técnica SEEDUC nº 2, publicado em D.O em 12 de agosto de 2011, assinado em 08 de agosto de 2011).

Em sua cláusula primeira, o Termo (2011) trata do objeto: “Oferecimento da Educação Básica aos internos das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro” (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 30). Nele, uma série de regras caracterizam o espaço escolar, inclusive há competências presentes na cláusula segunda, que trata dos deveres dos partícipes. Nas competências da SEEDUC, o Plano prevê que cabe à Secretaria ministrar a educação básica em todos os colégios que funcionam dentro de unidades prisionais, prevendo, que aja em consonância com as diretrizes abordadas na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em atendimento aos artigos 17 e 18 da Lei nº 7.210 (LEP).

A Secretaria de Educação deve equipar o mobiliário com material permanente e de consumo e ofertar a merenda escolar. O fornecimento do material pedagógico e didático, além

dos recursos humanos e qualquer tipo de equipamento voltado para a qualidade da educação para garantir a eficiência do serviço oferecido e sua manutenção também está em suas obrigações.

Além disso, à SEEDUC cabe a coordenação e administração das ações de implantação e implementação dos planos e projetos referentes à qualidade da Educação, fornecendo o apoio logístico à gestão de escola, à administração financeira e aos dados estatísticos referentes às unidades escolares prisionais.

E ainda:

Planejar a definição de metas, diretrizes e dinâmicas no desenvolvimento de programas que estabeleçam uma política pedagógico-administrativa que atenda às especificidades das Unidades Escolares, com o objetivo de executar os planos e projetos, zelando pelo cumprimento da legislação em vigor, em consonância com a política educacional em vigência.

Incentivar e promover encontros, palestras, seminários e fóruns, visando conhecer, discutir e aprofundar temas relacionados à educação dos sujeitos privados de liberdade.

Garantir o cumprimento do calendário escolar anualmente.

Zelar pela organização do espaço da Unidade Escolar, de maneira que as atividades propostas e nela desenvolvidas não comprometam o esquema de segurança da penitenciária. (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 2).

Outro ponto descrito era a expedição de históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis, revestindo-os do aspecto legal, conforme preconiza a Lei 9.394/96. É ainda atribuição da escola encaminhar, bimestralmente, ao setor de classificação da unidade prisional as planilhas de remição devidamente preenchidas, viabilizando a classificação e a remição pelo estudo dos apenados matriculados nas escolas, de maneira que o documento possa chegar à Vara de Execução Penal.

Trata-se de um documento muito importante e, ao relê-lo, pensei na possibilidade de levar o Curso de Treinamento e Qualificação Profissional, após o término da pandemia, se fosse considerado importante na avaliação dos alunos da primeira edição, para as escolas em prisão. Assim, teríamos a possibilidade de aumentar o público formado e também estabelecer nova parceria entre a UERJ e a SEEDUC.

É interessante observar que, no Termo, nota-se uma preocupação forte com a segurança do Sistema Prisional, mas também dos profissionais que lá atuavam. Em relação à SEEDUC, caso houvesse, por avaliação da SEAP e/ou da SEEDUC, a possibilidade de risco, por atos e procedimentos, o servidor deveria ser remanejado, o que seria feito sem que implicação de demissão do servidor, o que só poderia ocorrer sobre a égide daquilo que é previsto na lei.

Esse Termo me fazia pensar muito sobre comportamento, atitudes e a forma de apresentar os conteúdos naquele universo de prisão que passou a fazer parte da minha vida. Percebia que determinados procedimentos eram mais delicados ali. O cuidado com a frequência dos alunos, por exemplo, porque poderia haver algum problema na prisão e, se eu houvesse dado presença sem o aluno estar na sala, poderia gerar um mal-estar enorme ou até problemas maiores.

Também fiquei pensativo: por que a preocupação da segurança da penitenciária relacionada às condutas de profissionais da educação? Será algo comum? A previsão de afastamento do servidor das unidades penitenciárias, prevista no Termo de Cooperação, acendia imediatamente o alerta de que aquilo poderia ocorrer com frequência, mas que deveria ser combatido com afinco.

No mesmo Termo, havia a determinação das competências relacionadas à SEAP, começando por construir e/ou reformar os locais com instalações físicas e sanitárias adequadas à criação ou funcionamento da Unidade Escolar, devendo garantir as condições de desenvolvimento das ações pedagógicas e culturais que permeiam o dia a dia de um espaço educacional, visando à sua qualidade.

A direção da penitenciária deveria encaminhar o interno para que fosse procedida a matrícula por parte da unidade escolar, através do Serviço de Classificação e Tratamento das Unidades Prisionais da SEAP.

Por sua vez, a SEAP deveria garantir a segurança e a assistência aos professores e demais funcionários, guardar e conservar os equipamentos e mobiliário dos colégios, providenciar a liberação dos internos matriculados, nos horários determinados para o início das aulas, assegurando sua presença nas salas de aula, respeitando a carga horária determinada ao aluno, assim como o calendário escolar fixado pela SEEDUC, tendo em vista o que determina a Lei 9.394/96.

Além desses quesitos, as orientações para a Administração Penitenciária apontavam para a norma de bom convívio entre as partes. Isso significa, entre outros aspectos, respeitar o espaço determinado à Unidade Escolar, entendendo que sua utilização deveria seguir normas e diretrizes emanadas pela SEEDUC, principalmente no que diz respeito à sua cessão para atividades educacionais ou culturais que não estejam sob as orientações dos profissionais da Educação.

E ainda mais:

Tomar os cuidados necessários para evitar a dispersão dos internos, bem como garantir a efetiva preservação das normas de segurança, selecionando, entre a

população carcerária, pessoal necessário para realizar as tarefas de limpeza e apoio na Unidade Escolar.

Garantir a classificação dos presos regularmente matriculados nos Colégios, viabilizando o que determina a Portaria 772 — Remição pelo Estudo — possibilitando a classificação dos que desenvolviam atividades laborativas na escola. Quando houvesse algum problema com profissional da SEEDUC, a SEAP deveria, através da Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas – DIESP, enviar documento solicitando o afastamento do servidor do Sistema Prisional, entendendo que tal documento deveria conter argumentos que justificassem a exclusão do profissional da Unidade Escolar.

Providenciar, por intermédio do setor de Assistência Social da unidade prisional, a documentação necessária para a matrícula do interno na UE, principalmente o seu documento de identidade civil, visto que os documentos serão necessários para a pasta do aluno no colégio, assim como na ocasião de sua certificação. (RIO DE JANEIRO, 2011, p. 3)

O Termo de Cooperação Técnica foi considerado um marco para os profissionais que atuam no Sistema Prisional do Rio de Janeiro. O debate travado para a sua elaboração foi feito por sujeitos que vivenciavam a realidade da cadeia como professores, psicólogos, assistentes sociais, policiais penais. Havia um entendimento de que as escolas funcionavam como uma ocupação importante no cotidiano da prisão. Cheguei a ouvir, numa reunião com diretores de unidades prisionais, que uma penitenciária com escola era muito mais tranquila. Cada vez que mergulhava naquela realidade, mais eu percebia o quanto o discurso de que a educação era um elemento fundamental para a ressocialização desses presos se tornava mais forte. Porém, uma questão me angustiava: será que o preso acredita que a educação na prisão ajuda na ressocialização? Como ocorre isso?

3.2 Uma indagação feita na dissertação

Em dissertação de mestrado, apresentada em 2013, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, intitulada *A (im)possibilidade de ressocialização: representações sociais da ressocialização por meio do estudo da população carcerária masculina no Estado do Rio de Janeiro*, pude discutir um pouco e entender o universo novo que se apresentava para mim naqueles últimos anos, o da educação em espaços de privação de liberdade. O fato de, no ano de 2007, ter passado a lecionar em uma escola que funciona dentro desse espaço fez-me pensar sobre o amparo ao preso e ao internado e sobre a necessidade de prepará-los para o retorno à liberdade.

O desenvolvimento daquela dissertação, além de outros apontamentos, levou-me à reflexão sobre como poderíamos pensar na reinserção desses presos. Conforme veremos a

seguir, a escola poderia funcionar como um disparador da reintegração, pensando na formação. O curso proposto pela Fundação Santa Cabrini, que apresentarei adiante, tendo como objetivo a formação para o trabalho de homens e mulheres sob a tutela do Estado é, justamente, a possibilidade de trilhar o caminho da reinserção.

Os discursos feitos por autoridades políticas, da esfera jurídica, da sociedade civil, eclesiásticas, e até mesmo por pessoas das camadas populares, compartilham a ideia de que a educação no cárcere pode significar o retorno do presidiário à sociedade, ressocializado. Tendo como norte essa premissa, formulei o problema da dissertação. Farei, a partir de agora, a apresentação de parte dos resultados.

A pesquisa foi feita com um total de 80 alunos das escolas Mario Quintana, na penitenciária Lemos Brito, e Rubem Braga, no Instituto Penal Benjamim de Moraes. Listei cinco atividades cujo objetivo era prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade: a visita familiar, o parlatório, a atividade educacional escolar, o banho de sol e a atividade religiosa (MELO, 2013).

Para compreender o resultado, é necessário entender que trabalhei com o comportamento no presídio e que este se resume ao conceito de enquadramento, que significa uma série de atitudes e de pensamento que permitem a sobrevivência no interior da penitenciária.

Também norteou a pesquisa, a teoria das Representações Sociais. Denise Jodelet (2011), em sua clássica definição sobre as representações sociais, estabeleceu uma série de interfaces e de possíveis entendimentos e aplicações da teoria das Representações Sociais:

[...] é uma forma de conhecimento elaborada e compartilhada, com objetivo prático, e que contribui para construção da realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber do senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (JODELET, 2011, p. 22).

É à luz desses parâmetros que sigo na exposição dos apontamentos. Os resultados da pesquisa permitiram fazer algumas considerações. O primeiro resultado, de grande impacto, relaciona-se ao cruzamento das tabelas entre prática religiosa e atividades que ressocializam. Em relação às práticas religiosas, os resultados da pesquisa demonstram que a maioria dos sujeitos, 73,75%, declarou ter práticas religiosas e que entre eles há um número maior de evangélicos: 79,66% do total de sujeitos declararam ter uma religião e práticas religiosas, 16 % de católicos e 4 % de espíritas (MELO, 2013).

O proselitismo religioso no cárcere e a própria representação social da religião estabelecem que ela muda o comportamento e que pode ser considerada um instrumento poderoso de ressocialização. As igrejas e as religiões se consideram um grande agente

ressocializador. Entretanto, quando foi perguntado quais os agentes mais importantes para a ressocialização, organizadas em ordem crescente de frequência das respostas, as religiões e suas práticas ocuparam o terceiro lugar, com 18,75% da manifestação dos entrevistados (MELO, 2013).

Na pesquisa, ficou clara a influência do líder religioso no presídio, que é substantiva e tem eficácia. Ele age em consonância com a direção da penitenciária e oferece benefícios, na vida cotidiana no presídio, para aqueles que aderem a práticas religiosas. Entretanto, o que se pode concluir, a partir dos dados, é que essa adesão está relacionada à “vida interna” do presídio, às condições que o indivíduo enfrenta, enquanto a ressocialização se refere a “vida externa” ao presídio, vivida quando ele “vai embora”.

A representação da religião no cárcere está associada ao conceito de compensação. A barganha, o escambo, a troca são as estratégias para o cotidiano no interior do cárcere, a inexistência de redes sociais de apoio no mundo externo e a “prova” da conversão com o “bom comportamento” ou, melhor, com o enquadramento, estabelecem a religião como representação do “mundo de dentro” do presídio, ao passo que a ressocialização significa o “mundo de fora”.

Dos entrevistados, 32,5% consideraram que a escola é a atividade que mais promove a ressocialização (MELO, 2013). É um indicador baixo, que avalia todo o sistema penitenciário brasileiro e sua própria identidade e finalidade. A proposta brasileira é ressocializar e o princípio republicano da educação como formadora de novas condutas é o centro deste conceito de ressocialização.

Ensino escolar no presídio é uma atividade recente na história brasileira, não desenvolve atividades profissionalizantes, é limitada por motivos de segurança e tem que estar no “enquadramento” geral do presídio. Entretanto, foi bem avaliada pelos estudantes, permitiu benefícios correlatos que constituíram uma vida melhor intramuros e possibilitou, através do ensino da língua portuguesa, que se comunicassem com o mundo fora.

Quando são apresentados os dados referentes ao enquadramento dos alunos no ambiente escolar, percebe-se que, na escola, consegue estudar quem está em consonância com as regras estabelecidas.

Quando perguntados sobre a nota que atribuiriam para o seu próprio enquadramento e para o enquadramento do colega, o resultado foi, respectivamente, 88,75% e 70% para "Ótimo Enquadramento". O quadro abaixo ajuda a entender um pouco mais esse dado.

Quadro 2 – Enquadramento do Aluno no Ambiente Escolar

ENQUADRAMENTO DO ALUNO NO AMBIENTE ESCOLAR						
	CONCORDO		INDIFERENTE		DISCORDO	
	S	F(%)	S	F (%)	S	F(%)
Indo à escola todos os dias	77	96,25	01	1,25	01	1,25
Priorizando a escola nos dias de semana	29	36,25	09	11,25	41	51,25
Fazendo atividades propostas pelo professor	75	93,75	02	2,5	02	2,5
O aluno deve participar de atividades que gosta	46	57,50	06	7,5	27	33,75
Importante o aluno escolher a aula que quer ter	9	11,25	7	8,75	63	78,75
Não destruir o material didático fornecido	75	93,75	01	1,25	03	3,75
Não trazer conflitos da galeria para a escola	76	95	-	-	03	3,75
O aluno pode solicitar material sempre que quiser	45	56,25	07	8,75	28	42,5
O aluno tem que comprovar que precisa de material	58	72,5	07	8,75	15	18,75
O aluno tem obrigação de chegar na hora	75	93,75	03	3,75	02	2,50
Na falta de professor, o aluno pode ir onde quiser	08	10	07	8,75	64	80
O aluno pode ir ao banheiro quando quiser	11	13,75	07	8,75	60	75

Fonte: elaborada pelo autor, 2021.

Se observarmos as afirmativas "O aluno pode solicitar o material didático sempre que quiser" e "O aluno tem que comprovar que precisa de material", os resultados mostram como as regras do jogo estão postas. O material didático pode servir de moeda de troca na cadeia e, portanto, a entrega dele e o seu consumo devem ser controlados pela ordem interna do presídio.

Na prisão, itens como caneta, lápis e mesmo uma simples folha de papel A4 podem servir para comunicação com o mundo extramuros. O contato com a família, muitas vezes, é feito por meio de cartas, bilhetes etc. Assim, o material distribuído pela escola tem um grande valor para estabelecer escambo na penitenciária.

As afirmativas "Na falta do professor o aluno pode ir onde quiser" e "O aluno pode ir ao banheiro quando quiser" apresentaram percentuais altíssimos de discordância, porque, no banheiro, assim como no espaço de intervalo, podem ocorrer algumas trocas, seja de coisas ou de informações. A movimentação na escola não pode chamar a atenção dos agentes penitenciários e nem da equipe escolar. É interessante verificar que a escola apresenta características da estrutura do próprio controle exercido pelo presídio.

É, talvez, o momento de se pensar em uma escola de reinserção, e isto significa voltar-se para o mundo de fora. Essa escola não pode ser representada como derivada do próprio enquadramento dos presidiários.

A visita familiar apareceu com o percentual mais alto em relação à atividade que mais ajuda na ressocialização: 42,5%. A visita familiar traz o “mundo de fora”, de maneira não clandestina e ilegal (como é o caso do “contrabando” de eletrônicos, em especial o telefone

celular), é de forte impacto emocional, e provavelmente pelas origens sociais dos prisioneiros do Brasil, quase todos pobres, devem ser relatos de dificuldades e de discriminações.

Não há nenhuma ação formal com as famílias dos prisioneiros que, talvez se apoiadas, seriam uma possibilidade real e eficaz deste ideário de ressocialização. As atividades desenvolvidas pela escola no presídio, com os familiares, estão associadas a datas comemorativas, como Natal e Dia das Mães. Os prisioneiros produzem atividades para os familiares referentes a essas datas comemorativas (cartazes, cartões, canções). Considero que a escola deveria atuar com os familiares e precisaria trazer o “mundo de fora” e todas as suas possibilidades de reinserção social. A família pode ser, na representação destes sujeitos e na eficácia da ação pública, uma real possibilidade do ideal de ressocialização.

Quando falo em escola atuando para o mundo de fora, penso ser aquela que trabalha no sentido de reinserir homens e mulheres presos, principalmente no sentido da sua formação, no mundo fora dos muros da prisão, de maneira que possa exercer a sua cidadania na plenitude. Há fortes indícios de que a escola pode funcionar como agente ressocializador, mas para isso seria preciso que ela se voltasse para o mundo externo ao muro da prisão.

A escola, mesmo “enquadrada”, ainda foi representada de maneira diferenciada na possibilidade de ressocialização e no conceito de sua finalidade: 36,25% dos sujeitos, quando perguntados se deviam priorizar a escola em relação à visita familiar (há algumas vezes em que a escola concorre no mesmo horário da visita familiar), disseram que sim.

A afirmação de que “a família que representa o mundo de fora, o mundo externo àquela realidade, e onde o presidiário se sente acolhido e constrói a sua expectativa” teve 53,75% dos sujeitos dizendo que, na escolha, a família “vem na frente”.

A análise dos resultados à afirmativa “Na escola ganho uma formação para o trabalho e me informo sobre o mundo que me cerca”, mostrou que mais de 86,25% dos alunos concordaram com a sentença. Tal fato é demonstrado também quando dos resultados para “A escola ajuda a encontrar trabalho quando sair”: 83% consideraram que a escola contribui para a inserção no trabalho. Quando da afirmativa “Não acredito que a escola mude minha condição”, as respostas apontaram que 87,5% acreditavam que a escola pode mudar a sua condição. A família, entretanto, mesmo com toda esta representação positiva da escola, é quem tem maior papel na promoção de ressocialização, de acordo com os alunos entrevistados.

A escola aproxima-se da família quando possibilita a comunicação permitida e legalizada através de cartas. Isso foi reconhecido por 88% dos entrevistados. Assim, considero que a escola terá um papel ressocializador real se estiver focada no “mundo de fora” e menos

“enquadrada”, o que pode significar atuar mais para o mundo do trabalho e auxiliar e promover a constituição de redes de apoio no “mundo de fora”.

Nesta tese, conforme foi dito anteriormente, farei a apresentação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, além disso, pretendo colocar conteúdos que podem ajudar justamente no retorno ao mercado de trabalho de indivíduos mais preparados. A seleção do conteúdo e as disciplinas que fazem parte dessa trajetória construída foram pensadas por profissionais da área do serviço social, psicologia e pedagogia da Fundação Santa Cabrini, em diálogo permanente comigo, que trabalhei longos anos com a EJA em ambiente de privação de liberdade, e com a equipe do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT / UERJ)..

Como também já procurei demonstrar, o curso foi arquitetado pensando no mundo extramuros, na formação humana, prevendo uma abordagem significativa para esses homens e mulheres, com foco no retorno à liberdade com cidadania.

No próximo capítulo, será apresentado um olhar sociológico da sociedade brasileira e serão abordados temas como o subdesenvolvimento e a herança escravista que até os atuais dias está presente, marginalizando um contingente enorme de brasileiros das necessidades básicas estabelecidas inclusive nas leis.

4 A SOCIEDADE BRASILEIRA, O SUBDESENVOLVIMENTO E A HERANÇA ESCRAVISTA: UM OLHAR SOCIOLÓGICO

A literatura das Ciências Humanas e Sociais que serão citadas ao longo deste texto, mesmo com todas as diferenças conceituais, têm como consenso a constatação de que a sociedade brasileira é marcada por grandes desigualdades econômico-sociais. São frequentes os trabalhos de autores brasileiros que buscam essa análise. Como pretendo discutir o sistema carcerário no Brasil e algumas possibilidades de reinserção de homens e mulheres egressos do sistema prisional na sociedade, entendo ser fundamental a reflexão sobre essas diferenças.

Estas desigualdades acentuadas entre brancos e negros, pobres e ricos, interior e centro, cidade e campo, dentre tantas outras, são derivadas da herança histórica na formação do Estado e da sociedade civil brasileira. As relações políticas entre Portugal e Brasil no período colonial, a forma como se organizou o império brasileiro, as monoculturas, a escravidão, a república brasileira, e a maioria dos outros fatos e acontecimentos históricos ajudaram a formar uma sociedade desigual e em intenso conflito social.

A luta no Quilombo dos Palmares, ainda no período colonial brasileiro, é vista até os dias atuais como resistência de um povo que sonhava com a liberdade e com uma vida mais cidadã e que teve em Zumbi dos Palmares seu grande líder.

A Inconfidência Mineira ou Conjuração Mineira, pouco tempo antes do período do império brasileiro nascer, também é um exemplo de resistência de um grupo da elite que buscava algumas melhorias na relação com a Coroa Portuguesa. Além dessas duas, durante o período da Primeira República, em 1910, ocorreu a Revolta da Chibata cujo líder, João Cândido, organizou a luta de marinheiros, em busca de condições mais humanas de trabalho.

Mencionar esses dois movimentos de resistência tem como propósito nos levar a pensarmos no quanto de conflito está presente em nossa sociedade, porém, em função dos limites deste trabalho, não farei uma análise profunda dos episódios citados.

Não existe a pretensão de esgotar toda a literatura, que é robusta, sobre a formação e a reprodução dessas desigualdades, porém entendemos que as variadas etapas do nosso país reelaboram, ora mais ora menos, essas desigualdades.

Florestan Fernandes (1989) em *Significado do protesto negro* mostra que não houve um projeto de inclusão de negros e brancos pobres na sociedade surgida com a abolição da escravatura e com o advento da República. O autor sinaliza, já nos anos 1990, que:

[...] as diferenças entre a situação racial brasileira de 1951 (e 1954, quando ampliei a sondagem empírica) e a situação racial de hoje são de pequena monta. Quase quatro décadas depois, a maioria da população negra forma um bolsão de excluídos - da riqueza, da cultura e do poder. Aumentou a participação relativa de uma rala minoria, as migrações internas elevaram sua concentração em diferentes tipos de cidades inchadas e a ascensão social - especialmente em São Paulo, objeto da investigação - escancarou algumas vias para o aparecimento de uma diferenciação mais acentuada dentro da população negra, pondo lado a lado os “peões” e os operários qualificados, uma pequena burguesia negra mais ou menos consolidada, um agregado de “classe média de cor” e uns poucos “negros ricos ou milionários”. Trata-se do início de uma nova era, dentro do capitalismo. Mas um começo nada promissor, porque o processo de diferenciação é lento, sinuoso, com constantes vaivéns. (FERNANDES, 1989, p. 9, grifos do autor).

Passados mais de 28 anos da publicação da obra, em 2019, vimos o Congresso Nacional brasileiro aprovar uma reforma da previdência que aumentará, em muito, o fosso entre aqueles poucos ricos do país e uma enorme população miserável e trabalhadora. De fato, não somente essa reforma, há outras questões presentes que acabam por ampliar o distanciamento social. O congelamento dos gastos sociais encaminhado pelo governo do presidente Michel Temer (2016-2018), por meio da Proposta de Emenda Constitucional número 55, de 2016, também colaborou para a ampliação das diferenças sociais.

O impedimento “forjado”, sofrido pela Presidente Dilma Rousseff no ano de 2016, fez ascender ao poder central do Brasil um grupo que já reivindicava mudanças nas políticas colocadas em prática nos governos do Partido dos Trabalhadores a partir de 2002, com a eleição de Luís Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato.

Naquele mesmo ano de 2016, o Congresso Nacional brasileiro promulgou a Emenda Constitucional nº 95, que limitava por 20 anos os gastos públicos. Com esse congelamento, o país se viu diante de um quadro que fez aumentar mais ainda as diferenças de que falamos.

Obras mais recentes buscam uma conversa com autores clássicos sobre a questão da diferença. Jessé Souza (2017), dialogando com Florestan Fernandes, mostra como a abolição serviu para abandonar os ex-escravizados à própria sorte, bem como serviu para que a elite brasileira pudesse escolher a sua mão de obra mais barata.

Diz o autor:

O dado essencial de todo o esse processo foi o abandono do liberto a sua própria sorte (ou melhor, ao próprio azar). Como todo o processo de escravidão pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. e foi exatamente isso que aconteceu entre nós. (SOUZA, 2017, p. 75).

Ainda sob essa ótica, quando mais à frente analisarmos os dados de cor no sistema carcerário brasileiro, constataremos um número expressivo desses sujeitos em situação de prisão no nosso país. Por ora, continuo com Jesse de Souza (2017) e sua análise.

O ex-escravo é jogado dentro de uma ordem competitiva, como diz Florestan, que ele não conhecia e para qual ele não havia sido preparado. Para os grandes senhores da terra, a libertação foi uma dádiva: não apenas se viram livres de qualquer obrigação com os ex-escravos que antes exploravam, mas puderam “escolher” entre a absorção dos ex-escravos, o uso da mão de obra estrangeira, que chegava de modo abundante ao país - cuja importação os senhores haviam conseguido transformar em “políticas de Estado” - e a utilização dos nacionais não escravos. Esses últimos haviam evitado os trabalhos manuais como símbolo de degradação quando monopolizados pelos escravos. (SOUZA, 2017, p. 75, grifos do autor).

É necessário considerar dados recentes do desemprego brasileiro que acena para um número de 13% de trabalhadores desempregados, sem contar com os desalentados, aqueles que não mais procuram trabalho.

Vejamos a seguinte informação do ano de 2019: Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)², o número de desempregados no Brasil foi de 13,4 milhões de pessoas. Isso representa alta de 10,2% em relação ao trimestre anterior (12,2 milhões). Na comparação com o mesmo período de 2018, a variação não foi estatisticamente significativa (13,6 milhões).

Estamos no ano de 2021 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 31 de março, sinaliza que a taxa de desocupação (14,2%) do trimestre móvel de novembro de 2020 a janeiro de 2021 ficou estável frente ao trimestre de agosto a outubro de 2020 (14,3%) e teve alta de 3,0 pontos percentuais em relação ao mesmo trimestre móvel de 2020 (11,2%), acarretando alta nesse patamar.

Dessa maneira, vimos mais uma vez as “elites do atraso” trabalhando para estagnar o contingente dos mais pobres, que cada vez ficam mais pobres e vendem suas forças de trabalho cada vez mais baratas.

Em *Formação do mundo contemporâneo*, Caio Prado Júnior (1961) também aponta a organização do Brasil Colônia e de como as relações sociais e econômicas funcionavam aqui como causa de vários problemas no país. O autor aponta uma série de contradições na sociedade que até os dias de hoje persistem, ou que até mesmo foram agravadas. Afirma, por exemplo, que as raças escravizadas foram inseridas na sociedade colonial e que foram mal preparadas e adaptadas, formando um corpo estranho. Até hoje sentimos o reflexo da não preparação desses grupos.

A perspectiva de mudança no sentido de diminuição da diferença entre ricos e miseráveis no Brasil se tornou mais difícil com a ascensão de Jair Messias Bolsonaro ao poder executivo central, em 2019, fruto de uma eleição questionada pelo uso de *fake news* e de outros recursos midiáticos de manipulação. Trata-se de um governo de extrema direita, que

² Matéria disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/04/30/desemprego-pnad-ibge.htm>. Acesso em: 13 ago. 2019.

tem feito um esforço enorme no sentido de privatizar conforme podemos ver na reportagem do Jornal o Globo³.

Numa manobra entre forças do judiciário, principalmente da “república de Curitiba”, com apoio da Procuradoria Geral da República (PGR) e do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF), ancorada na mídia, promoveu-se a maior vergonha judiciária mundial ao retirar-se o principal candidato das eleições de 2018, Luiz Inácio Lula da Silva, e encarcerá-lo. Promoveu-se um crime e o juiz, algoz considerado suspeito e incompetente no ano de 2021, Sérgio Moro, ainda aceitou ser Ministro da Justiça do governo que ele ajudou a eleger.

A expressão “república de Curitiba” nasce porque, em uma conversa interceptada pela polícia federal, o ex-presidente Lula diz estar assustado com a “república de Curitiba”, fazendo referência ao juiz de 1ª Instância, Sergio Moro e os investigadores. A conversa foi estabelecida com Presidenta da República Dilma Rouseff. O Brasil assistiu a uma tentativa de fundação de um “estado paralelo”, tendo como protagonistas pessoas vinculadas ao Judiciário.

Essa conjuntura política, somada à História do país, em que não tivemos, nesses anos de República, principalmente por parte das elites nacionais, uma política de distribuição de renda e mais herança escravista que marca a nossa História, torna impossível atingirmos a pacificação social, alardeada pelos liberais e objeto de desejo das sociedades capitalistas modernas. Assim, o Brasil, que tem uma das maiores economias do mundo, porém marcado pela grande desigualdade social e econômica da sua população, vê agravada a sua situação de violência em vários espaços como na família, campo e cidades.

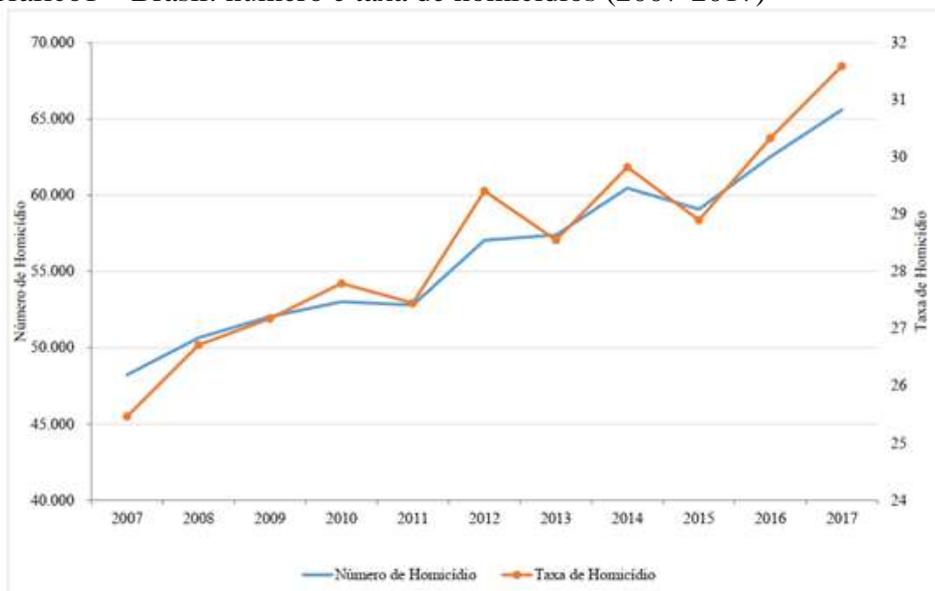
O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), uma fundação pública federal ligada ao Ministério da Economia, divulgou, em 2019, um relatório com dados da violência no Brasil. Os dados são alarmantes e uma grande preocupação é o número de homicídios que ocorrem no território nacional, bem como o aumento do poder de grandes facções criminosas como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) e seus aliados regionais, principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Al-Qaeda, Estados Unidos e Sindicato do Crime. É importante lembrar que as suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

³ Informações sobre essa discussão em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/08/mapa-das-privatizacoes-governo-tem-119-projetos-anunciados-e-preve-realizar-mais-22-leiloes-ate-fim-do-ano.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Com tanta desigualdade no território brasileiro, é claro que temos um problema decorrente disso, que é o aumento significativo do número de pessoas encarceradas nos últimos anos. Antes de nos aprofundarmos nos dados referentes ao cárcere, vejamos ainda sobre os dados do IPEA.

Os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 informa que houve 65.602 homicídios no Brasil, equivalente a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes, tratando-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Observemos o gráfico 1.

Gráfico 1 – Brasil: número e taxa de homicídios (2007-2017)



Legenda: O número de homicídios na UF de residência da vítima foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal.

Fonte: Atlas da violência, p. 5. IPEA; FBSP, 2019.

O problema fica pior ainda quando levamos em conta que a violência letal acomete principalmente a população jovem. Conforme a tabela a seguir, 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio.

Tabela 1 – Brasil: proporção de óbitos causados por homicídios, por faixa etária – Brasil (2017)

Faixa etária =>	10 a 14	15 a 19	20 a 24	25 a 29	30 a 34	35 a 39	40 a 44	45 a 49	50 a 54	55 a 59	60 a 64	65 a 69	Total
Masculino	18,4%	59,1%	55,7%	45,1%	35,3%	23,9%	14,3%	8,2%	4,5%	2,5%	1,4%	0,8%	14,7%
Feminino	7,4%	17,4%	15,5%	12,2%	8,8%	5,2%	3,0%	1,6%	1,0%	0,5%	0,3%	0,2%	2,2%
Total	14,1%	51,8%	49,4%	38,6%	28,6%	18,2%	10,5%	5,8%	3,2%	1,7%	0,9%	0,5%	10,4%

Legenda: Os homicídios incluem agressões e intervenções legais (CID-BR-10). Não se levou em conta os óbitos cujo sexo da vítima era ignorado. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Atlas da violência, p. 6. IPEA; FBSP, 2019.

O Relatório do IPEA (2019) citado ainda evidencia outras implicações com tão alta taxa de homicídios. Diz o documento:

No atual cenário, enquanto está em curso a mais profunda transição demográfica de nossa história, rumo ao envelhecimento da população, a alta letalidade de jovens gera fortes implicações, inclusive sobre o desenvolvimento econômico e social. De fato, a falta de oportunidades, que levava 23% dos jovens no país a não estarem estudando nem trabalhando em 2017, aliada à mortalidade precoce da juventude em consequência da violência, impõem severas consequências sobre o futuro da nação. Para além da questão da juventude, os dados descritos nesse relatório trazem algumas evidências de um processo extremamente preocupante nos últimos anos: o aumento da violência letal contra públicos específicos, incluindo negros, população LGBTI, e mulheres, nos casos de feminicídio. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 6).

Essa violência constante, que parece não ter fim, torna mais assombroso o cenário econômico. Numa economia periférica, como no caso do Brasil, esse alto índice de violência impacta diretamente no cotidiano. A “elite do atraso”, expressão cunhada por Jessé de Souza (2017), caminha no sentido de perpetuar uma sociedade cruel, forjada na escravidão. De fato, quando isolamos algumas informações sem perceber a sua totalidade, é possível que construamos equívocos na análise. Observemos o seguinte texto, que também está presente no Relatório do IPEA (2019):

A criminalidade violenta constitui um grande problema econômico, uma vez que afeta o preço dos bens e serviços, além de contribuir para inibir a acumulação de capital físico e humano, bem como o desenvolvimento de determinados mercados [...]. No que tange à esfera fiscal, importantes e escassos recursos do Estado são drenados para lidar com o enfrentamento e com as consequências da violência. Nesse contexto, apenas para citar um exemplo do que pode significar o impacto no custo de logística, no auge dos roubos de cargas no Rio de Janeiro, em 2017, 13% das empresas transportadoras faliram, sendo que os preços de algumas mercadorias podem ter aumentado até 30%, devido ao custo do frete e do seguro. Portanto, além da sociedade pagar mais caro por seus produtos, a mesma ainda dispende recursos para seguros e segurança privada. Em outra mão, o Estado gasta para manter o seu sistema de segurança pública e prisional, além de alocar recursos no sistema público de saúde e de assistência social para o pagamento de pensões, licenças médicas e aposentadorias para atender as vítimas de violência. Contudo, o maior custo da violência diz respeito às perdas prematuras de vida, devido ao homicídio. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 12)

É importante observar que há também uma indústria que lucra — e muito — com essa sensação de caos instaurada. Creio que a “elite do atraso” aufere proveitos com o aumento de produtos decorrentes do roubo de cargas, lucra com a alimentação que chega aos presídios, com a indústria farmacêutica que cresce com o uso cada vez maior de medicamentos, inclusive por conta de agrotóxicos que são liberados sem a mínima preocupação com os impactos para a população. Enfim, escrevo isto porque entendo que todo esse movimento faz parte da lógica capitalista de uma economia periférica, como é o nosso caso. Justamente por perceber que há uma lógica do capital, chamei a atenção para uma análise mais ampla e não tão setorial e isolada.

Tabela 2 – Custo econômico da violência no Brasil

Componente	Ano de cálculo	Percentual do PIB	Bilhões de RS (PIB 2016)
Custos privados (I)		4,2%	262
Custos intangíveis com homicídios*	2012	2,5%	157
Gastos com segurança privada e seguros	2004	1,7%	105
Despesas públicas (II)		1,7%	111
Sistema de saúde	2003	0,1%	9
Segurança pública (polícia)	2015	1,4%	88
Sistema prisional**	2013	0,2%	14
Custo da violência no Brasil (I+II)		5,9%	373

Legenda: *Trata-se de uma aproximação com base em Cerqueira (2014) e Cerqueira *et al.* (2007), atualizados com base no PIB corrente de 2016. **Consideramos os valores apurados pela CPI do sistema carcerário brasileiro (2015, p. 67) para os estados e acrescentamos os gastos diretos da União.

Fonte: Atlas da violência, p. 12. IPEA; FBSP, 2019.

Ainda na perspectiva de que há uma elite do atraso que pactuou para perpetuar uma sociedade cruel que foi forjada na escravidão, continuo pensando sobre a taxa de homicídios de pessoas jovens, pois acredito que não venceremos o atraso sem a preocupação com os jovens.

O óbito de jovens entre 15 e 29 anos por homicídio tem aumentado muito no Brasil desde a década de 1980. Os dados do Relatório do IPEA revelam que, em 2017, 35.783 jovens foram mortos no Brasil INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). São dados que ainda não foram atualizados.

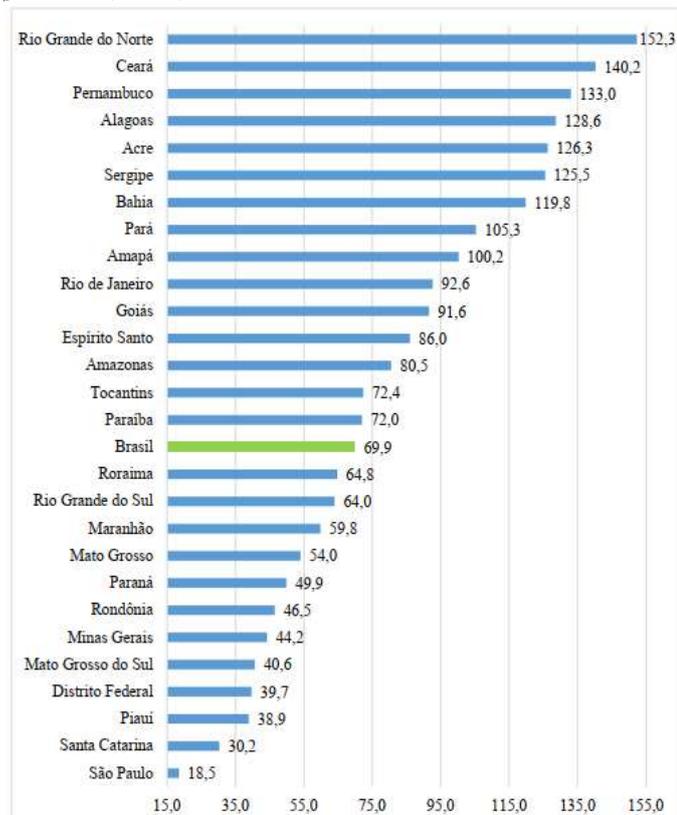
Temos, portanto, uma taxa de 69,9 homicídios para cada 100 mil jovens no país, o que é um número recorde nos últimos dez anos. Homicídios foram a causa de 51,8% dos óbitos de jovens de 15 a 19 anos, de 49,4% das pessoas de 20 a 24 e de 38,6% das mortes de jovens de 25 a 29 anos. Isto é muito sério. Não se pode pensar em desenvolvimento diante desse cenário. A sociedade brasileira está em transição para o seu envelhecimento e tem essa realidade diante de nós. Veja como o Atlas da Violência nos alarma:

As taxas por 100 mil habitantes jovens permitem a comparação da magnitude desse fenômeno nos diferentes estados do país. Em 2017, 15 UFs apresentaram taxas de homicídios de jovens acima da taxa nacional de 69,9 por 100 mil. A comparação entre os estados também evidencia a heterogeneidade do fenômeno entre as unidades federativas, com taxas variando de 18,5 até 152,3 para cada 100 mil habitantes jovens. Em 2017, os estados com as menores taxas de homicídios entre jovens foram São Paulo (18,5), Santa Catarina (30,2) e Piauí (38,9). Já as três taxas mais elevadas foram as dos estados de Rio Grande do Norte (152,3), Ceará (140,2) e Pernambuco (133,0).

Entre 2016 e 2017, o Brasil experimentou aumento de 6,7% na taxa de homicídios de jovens. Na última década, essa taxa passou de 50,8 por grupo de 100 mil jovens em 2007, para 69,9 por 100 mil em 2017, aumento de 37,5%. Entre 2016 e 2017, os estados com os maiores aumentos na taxa de homicídios de jovens foram Ceará (+60,0%), Acre (+50,5%), Pernambuco (+26,2%), Rio Grande do Norte (+21,3%) e Espírito Santo (+20,2%). As diminuições mais expressivas ocorreram no Distrito Federal (-21,3%), no Piauí (-13,9%) e no Paraná (-13,3%) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 25-26).

Podemos acompanhar abaixo o gráfico que ajuda a visualização nos estados.

Gráfico 2 –Taxa de homicídios de jovens, por grupo de 100 mil, por UF (2017) no Brasil



Legenda: O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma das seguintes CIDs 10: X85-Y09 e Y-35-Y36, ou seja: óbitos causados por agressão mais intervenção legal. Consideram-se jovens indivíduos entre 15 e 29 anos. Elaboração Diest/Ipea e FBSP.

Fonte: Atlas da violência, p. 26. IPEA; FBSP, 2019.

Esta breve análise do Brasil é necessária porque entendo que não podemos pensar no sistema carcerário brasileiro sem falar da escravidão, da elite não desenvolvimentista e de uma história forjada nos golpes dessa elite, que visam, essencialmente, à manutenção de seu *status quo*. Adiante caminharei no sentido de analisar dados do encarceramento no Brasil, mas não sem antes viajar um pouco pela história das prisões.

4.1 A realidade do Brasil atual

Ao falar sobre a prisão, não poderia deixar de citar dois autores dos quais passo a falar. Carlos Eduardo Moreira de Araújo, em “Entre dois cativos: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro 1790-1821”, capítulo de *História das prisões no Brasil* (2009), ao analisar o Rio de Janeiro no período colonial, procurou traçar um panorama dos cárceres na capital do Vice-reino do Brasil, no final do século XVIII. Em sua obra, o autor mostra aspectos da escravidão urbana⁴ e mostra como escravizados, transformados em prisioneiros, eram utilizados em obras públicas a fim de baratear o custo e mantê-los sob controle.

Já no Brasil Império, assistimos à construção da Casa de Correção e do Hospício de Pedro II. A Casa de Correção começou ser construída nos anos 30 do século XIX e passou funcionar, efetivamente, a partir do ano de 1850. A segunda autora que destaco, Marilene Antunes Sant’Anna, diz:

A Casa de Correção começou oficialmente a funcionar a partir do ano de 1850, por ocasião da promulgação de seu primeiro regimento. Ali ficou estabelecido que os prisioneiros condenados a cumprir a pena de prisão com trabalho seriam divididos em duas seções: a correccional e a criminal. Na primeira, incluíam-se os menores, vadios e mendigos condenados por um período que variava de oito a trinta dias, de acordo com os artigos 295 (“não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta e útil”) e 296 (andar mendigando) do Código criminal de 1830; já na divisão criminal ficavam os homens livres condenados pela justiça à pena de prisão com o trabalho. (SANT’ANNA, 2009, p. 47).

De fato, a Casa de Correção, inaugurada em 1850 foi uma tentativa de a elite brasileira estabelecer um contrato que acreditava ser a reclusão o caminho para que delinquentes, mendigos, assassinos, desordeiros pudessem, por meio da privação de liberdade, estabelecer uma relação dócil com a sociedade.

Há ainda, na literatura, poucos trabalhos que retratam as prisões no Brasil. É muito importante que esses possam ser feitos, com vistas a descortinar esse universo ainda sombrio, mas que pode nos ajudar no entendimento dos atores que lá se encontram e das suas relações com o mundo de fora do cárcere.

Um dado interessante apresentado em “Trabalho e conflitos na casa de correção do Rio de Janeiro”, (SANT’ANNA, 2009) capítulo de *História das Prisões no Brasil* (MAIA *et al*, 2009) é a constatação de que houve um aumento significativo do número de presos na Casa de Correção no ano de 1888. Eram 166 presos em 1883, 187 em 1887 e o número chegou a 231 em 1888, justamente no ano da abolição da escravatura.

⁴ Escravidão urbana é a que ocorre nos centros urbanos, envolve aquele negro, então chamado “escravo de ganho”, que trabalha para levar algum dinheiro para os senhores e senhoras que não trabalham ou têm renda insuficiente, e que o colocam para realizar o ganho.

Após a abolição da escravidão, o país ganhou uma massa humana em suas ruas e esquinas, pois esse processo não foi acompanhado de políticas públicas de inclusão dos novos cidadãos livres. As primeiras favelas cariocas surgem neste período, quando os senhores de escravos, desobrigados de ofertar moradia aos negros, “despejaram” um contingente significativo de pessoas nas ruas.

Para Carvalho (1987), a República fundada no ano posterior à abolição também não promoveu quase nenhum projeto político-social para inserir a população oriunda das senzalas na economia do país e, nesse contexto, a proibição do voto de analfabetos e o controle dos coronéis da república velha mantiveram essa população apartada dos benefícios sociais. Nenhuma escolaridade, ambiência inadequada — neste caso designando os ambientes a que foram expostos em favelas —, ruas e esquinas insalubres, desemprego e outras graves mazelas sociais contribuíram para que crimes e delitos cometidos por esse grupo se tornassem constantes nas cidades brasileiras, estimulando a construção de penitenciárias para abrigar essa população marginal, formada mormente por negros e mulatos.

Mais de um século após a abolição da escravidão e a criação da República, o Brasil tem passado por aumento significativo de sua população que vive em cárcere. Em minha dissertação de mestrado (MELO, 2013), pontuei que muitos desses detentos, após saírem da prisão, retornam a elas por reincidirem em infrações ou crimes.

Foucault (2010), ao discutir a prisão na França do século XIX, indica que a instituição prisional já era denunciada, à época, como um grande fracasso da justiça penal. Diz ele:

Pois logo a seguir a prisão, em sua realidade e seus efeitos visíveis, foi denunciada como o grande fracasso da justiça penal. Estranhamente, a história do encarceramento não segue uma cronologia ao longo da qual se sucedessem logicamente: o estabelecimento de uma penalidade de detenção, depois o registro de seu fracasso; depois a lenta subida dos projetos de reforma, que chegariam à definição mais ou menos coerente de técnica penitenciária; depois a implantação desse projeto; enfim a constatação de seus sucessos ou fracassos. Houve na realidade uma superposição ou em todo caso outra distribuição desses elementos. E do mesmo modo que o projeto de uma técnica corretiva acompanhou o princípio de uma detenção punitiva, a crítica da prisão e de seus métodos aparece muito cedo, nesses mesmos anos de 1820-1845; ela aliás se fixa num certo número de formulações que —a não ser pelos números — se repetem hoje sem quase mudança nenhuma. As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável ou, ainda pior, aumenta. (FOUCAULT, 2010, p. 250-251).

Nessa mesma análise, o autor cita o jornal *La Fraternité*, de 1842, para demonstrar o que foi dito anteriormente:

Avalia-se na França em cerca de 108 mil o número de indivíduos que estão em condições de hostilidade flagrante à sociedade. Os meios de repressão de que dispomos são: a forca, o pelourinho, 3 campos de trabalhos forçados, 19 casas centrais, 86 casas de justiça, 362 cadeias, 2800 prisões de cantão, 2.238 quartos de segurança nos postos de polícia. Apesar desta série de meios, o vício conserva sua

audácia. O número de crimes não diminui;... o número de reincidências aumenta mais que decresce. (FOUCAULT, 2010, p. 251).

Em minha experiência vivida em estabelecimento prisional, quando trabalhei em escola ou no órgão que administrava as escolas, pude notar que essa realidade de retorno do preso colocado em condicional ou em liberdade era muito presente na fala dos alunos.

Como trabalhei na DIESP, tinha acesso a todas as unidades prisionais prisões que dispunham de escolas ou que estavam interessadas em criar uma, o que me possibilitou conhecer um grande número de homens e mulheres presos, proporcionando-me, empiricamente, a comprovação de haver reincidência de cometimento de crimes.

Ainda sobre esse tema, Foucault (2010) afirma que a detenção provoca a reincidência e que, depois de sair da prisão, o preso tem mais chance de voltar a ela, o autor mostra que os condenados são, em proporção considerável, antigos homens presos:

[...] 38% dos que saem das casas centrais são condenados novamente e 33% são forçados; de 1828 a 1834, de cerca de 35.000 condenados por crime, perto de 7.400 eram reincidentes (ou seja, um em cada 4,7 condenados); em mais de 200.000 contraventores, quase 35 mil o eram também (1 em cada 6); no total, um reincidente para 5,8 condenados; em 1831, em 2.174 condenados por reincidência, 350 haviam saído dos trabalhos forçados, 1.682 das casas centrais, 142 das 4 casas de correção submetidas ao mesmo regime que as centrais. E o diagnóstico torna-se cada vez mais pesado ao longo de toda a monarquia de julho: em 1835, contam-se 1.486 reincidentes em 7.223 condenados criminosos; em 1839, 1.749 em 7.858; em 1844, 1.821 em 7.195. Entre os 980 detentos de Loos, havia reincidentes, em Melun, 745 dos 1.088 prisioneiros. A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinqüentes perigosos [...] (FOUCAULT, 2010, p. 251-252).

Podemos chegar à conclusão de que alguns problemas apresentados na instituição Prisão, como a reincidência de crimes após a liberdade de homens e mulheres e o seu retorno ao ambiente de privação de liberdade, ainda precisam ser levados ao cerne do debate sobre encarceramento. É extremamente necessário que se faça uma pesquisa em que se mostre o diagnóstico de quantas pessoas presas atualmente nas penitenciárias brasileiras estão lá por reincidir na delinquência. Enquanto não nos apropriarmos desses dados e de suas análises, não poderemos falar seriamente, embasados em políticas para esse grupo da população composto por indivíduos que são, a cada dia, mais invisíveis.

Considero também que as informações oficiais dos dados oriundos do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), sistema do Ministério da Justiça e Segurança Pública criado em 2004, que fornece dados/estatísticas do sistema prisional brasileiro, poderiam abarcar esse dado. Dessa forma, seria possível manter mais atualizadas as informações estatísticas da população carcerária.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) tem como principal objetivo acompanhar e controlar a aplicação das diretrizes da Política Penitenciária Nacional e da Lei

de Execução Penal. Desde sua implantação, o processo de coleta e análise dos dados foi continuamente aprimorado, em um processo de valorização da cultura de análise de dados como ferramenta estratégica para a gestão prisional, mas, nos últimos anos, temos avançado muito pouco sobre esses dados e a sua divulgação. Após a destituição da presidenta Dilma Rousseff, em 2016 do governo brasileiro, pouco se tem produzido em relação aos dados e relatórios e pouco adianta falar do sistema carcerário brasileiro se não houver a análise de seus dados na busca de soluções para os problemas que se apresentem.

4.2 A prisão: dialogando com os dados

Neste item, apresentarei dados que indicam o avanço na taxa de aprisionamento nos últimos 10 anos. Como já foi dito, em 2013, quando defendi minha dissertação, éramos o quarto país que mais aprisionava no mundo, atrás dos Estados Unidos, China e Rússia. Hoje somos o terceiro, porque ultrapassamos a Rússia.

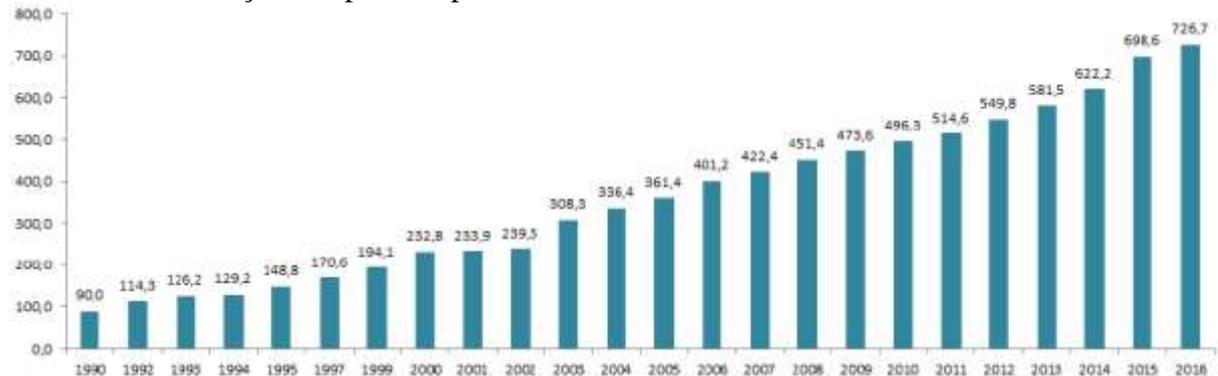
Farei uma breve análise de alguns dados que considero importantes, a partir de informações fornecidas pela secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC) e pelo Levantamento de Dados Penitenciários (Infopen), na tentativa de mostrar o quanto o aprisionamento no país é preocupante e pensando sempre no retorno de homens e mulheres ao convívio extramuros.

A população carcerária do Brasil, segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2017) divulgado em 2017, mostra que o total de presos no Brasil passou de 698 mil no fim de 2015 para 726 mil, em junho de 2016, ultrapassando, pela primeira vez na história, a marca de 700 mil pessoas privadas de liberdade. Com isso, houve um aumento da ordem de 707% em relação ao total registrado no início da década de 1990.

No relatório, aparece o número de 726.712 de pessoas privadas de liberdade e, desse total, 689.510 estão em locais administrados pelas secretarias de administração penitenciárias e de justiça estaduais. As outras 36.765 estavam custodiadas em carceragens de delegacias ou em outros espaços de custódia administrados pelas secretarias de segurança pública. As 437 restantes se encontravam em unidades penitenciárias federais. Para fins comparativos, vamos retomar alguns dados, como os de Melo (2013), em relação à população encarcerada no Brasil e no mundo, comparando-os com outros, mais recentes.

verdade, a prisão passa a ocupar um lugar central na organização das relações sociais, seja por punir aquele que comete o crime ou por canalizar o desejo coletivo de vingança e punição concretizado naquela prisão. Nisso talvez tenhamos a explicação do motivo de aprisionarmos tanto. Embasando melhor essa afirmação, vejamos o cujo gráfico demonstra o aumento da população prisional no Brasil de 1990 até 2016.

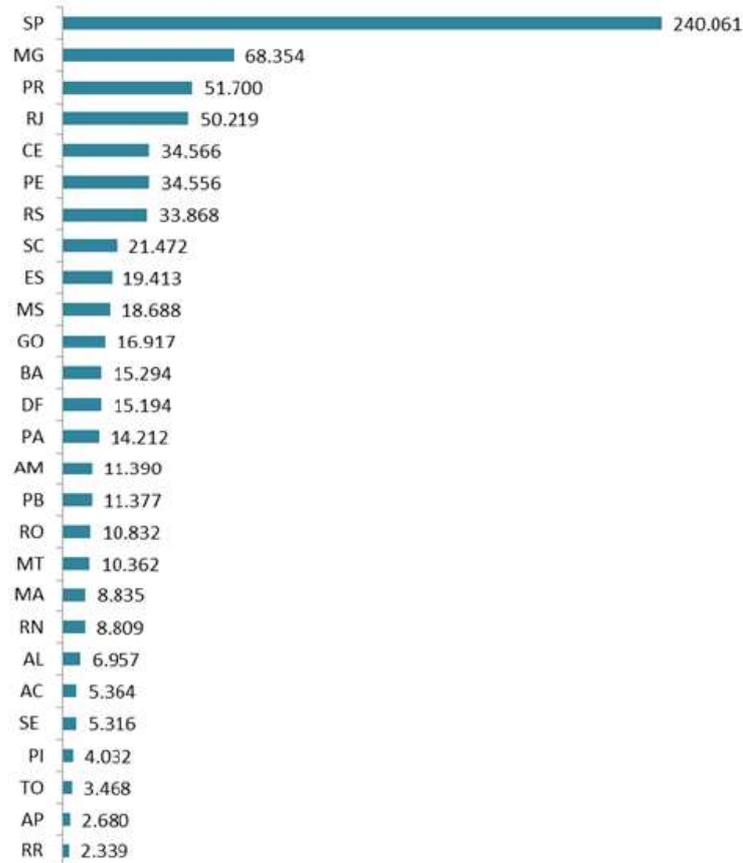
Gráfico 3 – Evolução das pessoas privadas de liberdade entre 1990 e 2016



Fonte: Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, p. 9. Infopen, 2017.

Agora, observemos a distribuição dessa população privada de liberdade pelas unidades da federação brasileiras. O estado do Rio de Janeiro, objeto desta tese, aparece em quarto lugar, com 50.219 presos e, desse total, apenas 3.518 homens e mulheres estão matriculados em escola em ambiente de privação de liberdade. Demonstramos isso no gráfico.

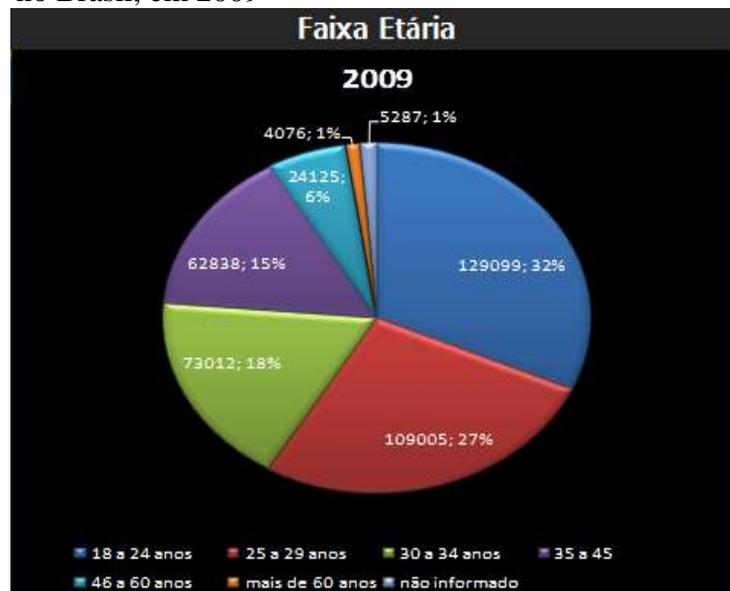
Gráfico 4 – População prisional no Brasil por Unidade da Federação



Fonte: Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, p. 10. Infopen, 2017.

Relevante é o fato de que grande parte dessa população encontra-se em idade produtiva e poderia, ao sair da prisão, construir novos caminhos, com a preocupação de ter um trabalho que a tirasse da marginalidade, como Melo (2013) apresentou.

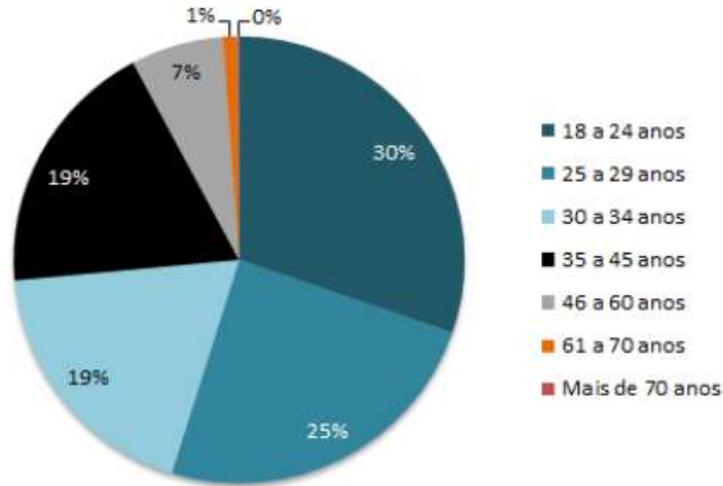
Gráfico 5 – Distribuição etária da população carcerária no Brasil, em 2009



Fonte: Ministério da Justiça. Depen.

Hoje, passados alguns anos, não houve uma mudança substancial dessa realidade. A distribuição etária pouco se alterou, mas tivemos um aumento da população carcerária que compromete cada vez mais pessoas descartadas pelo capital. Observe o gráfico que retrata a faixa etária.

Gráfico 6 – Faixa etária das pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, p. 30. Infopen, 2017.

Entendo, portanto, que precisamos nos debruçar sobre os dados apresentados e buscar, se for possível, saídas que constituam uma retomada de caminhos, trabalhos e também de sonhos. Para tanto, creio que a educação em privação de liberdade, que inclui a elaboração de material didático construído com os sujeitos que atuam no sistema prisional e no socioeducativo, seja de grande valia para a construção de uma nova história.

No próximo capítulo, procurarei apontar para possibilidade de retorno de indivíduos que cumprem pena de privação de liberdade retornarem ao convívio em sociedade fora dos muros da prisão.

5 A POSSIBILIDADE DE RETORNO DO INDIVÍDUO APRISIONADO À CONVIVÊNCIA EM SOCIEDADE

Nesta tese, sinalizo para a possibilidade de retorno social para privados de liberdade a partir de recursos educacionais. Neste capítulo, farei uma análise de como vejo o processo educacional para esse público e apresentarei algumas questões legais que, conforme entendo, podem ajudar na minha abordagem.

É também objetivo deste capítulo trazer à tona um debate muito recorrente nos últimos anos da República brasileira, principalmente após a chegada ao cargo máximo do poder executivo da “direita” representada por Jair Bolsonaro, em 2019. O fato é que a educação em Direitos Humanos é questionada em sua validade, porém há previsão legal para o seu desenvolvimento e implementação.

A Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, traz elementos que nos ajudam a entender por que o Curso de Capacitação Profissional de Assistente Administrativo, construído, como já informado neste trabalho, em parceria entre a Fundação Santa Cabrini (FSC) e Universidade do Estado Rio de Janeiro (UERJ), por meio do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT), é extremamente relevante para pensarmos a formação do preso ou do internado. Além disso, as Matrizes Curriculares aprovadas pela Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, publicadas nas Resoluções SEEDUC Nº 5667, de 10 de agosto de 2018, e SEEDUC Nº 5666, de 06 de agosto de 2018, nortearam o trabalho que embasou a parceria.

Na arquitetura do curso, dividida em módulos, está previsto o desenvolvimento de temas como ética, cidadania, sustentabilidade, mundo do trabalho, que norteam as resoluções.

A Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, no seu Art. 2º, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos, visando aos processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas. Outro ponto muito relevante é o papel que a universidade pode desempenhar:

Art. 12. As Instituições de Educação Superior estimularão ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública. (BRASIL, 2012, p. 3).

Observaremos, dessa maneira, que o curso proposto como atividade extensionista age em consonância com a previsão da resolução. As matrizes curriculares aprovadas e publicadas pela SEEDUC também preveem a integração da população privada de liberdade e a sua visibilidade. De maneira geral, elas têm o mesmo teor, alterando apenas o número do artigo. Neste caso, usarei a resolução 5666:

Art. 2o - As ações de educação em contexto de privação de liberdade devem estar calcadas na legislação educacional vigente no país, na Lei de Execução Penal, nos tratados internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das políticas de direitos humanos e privação de liberdade, devendo atender às especificidades dos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino, sendo extensivas aos presos provisórios, condenados, egressos do sistema prisional e àqueles que cumprem medidas de segurança.

Art. 3o - As atividades laborais e artístico-culturais deverão ser reconhecidas e valorizadas como elementos formativos integrados à oferta de educação, podendo ser contempladas no projeto político pedagógico como atividades curriculares, desde que devidamente fundamentadas e estruturadas de forma compatível com as atividades educacionais.

Art. 4o - O currículo da Educação Básica deve objetivar o desenvolvimento, pelos estudantes, de saberes cognitivos e de saberes não cognitivos, necessários para o exercício da cidadania, o sucesso na escola, na família, no mundo do trabalho e nas práticas sociais atuais. (RIO DE JANEIRO, 2018, p. 10).

Como já foi dito, a Lei 7.210, de julho de 1984 (LEP), em seu Capítulo II, seção I, que trata da assistência do preso e do internado, prevê, no Art. 10, que a assistência é dever do Estado e objetiva prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Além da assistência material, à saúde, jurídica, social e religiosa, a assistência educacional é garantida pela lei. (BRASIL, [2019a])

A Lei Federal no 11.530, de 24 de outubro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Ministério da Justiça, e suas ações educativas implementadas pelo Ministério da Educação, em aliança com a UNESCO, também fez alusão ao tema de educação para privados de liberdade. Vejamos os artigos 1º e 2º:

Art. 1º Fica instituído o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI, a ser executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, mediante programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, visando à melhoria da segurança pública.

Art. 2º O Pronasci destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas. (BRASIL, [2018], n. p.)

Observamos que, nas diretrizes do PRONASCI, está prevista a promoção dos Direitos Humanos, enfatizando a cultura de paz, o apoio ao desarmamento e enfrentamento sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural. Destaco, além disso, a ideia da ressocialização dos indivíduos que cumprem penas de privação de liberdade e egressos do sistema prisional, mediante a implementação de projetos

educativos, esportivos e profissionalizantes, bases em que foi constituído o Curso de Assistente Administrativo.

Creio ser importante apresentar ainda a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) e deu outras providências. O artigo 2º, propõe-se:

- I - erradicação do analfabetismo ;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental. (BRASIL, 2014, p. 1).

O documento é finalizado com metas, das quais destaco a de número 9, que prevê a elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência do PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

Como estratégia, o documento assegura a oferta de EJA nas etapas de ensino fundamental e ensino médio às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais e ainda a formação específica dos professores, além da implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração. Pretende também desenvolver programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixo nível de escolarização formal e para alunos/as com deficiência, articulando os sistemas de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população.

O Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo caminha justamente no sentido de capacitar, com conteúdo inerente ao desenvolvimento da profissão, como também para a capacitação tecnológica, tendo em vista que há um módulo básico de informática voltado ao mercado de trabalho, o que, aliado ao fato de todo o curso ocorrer numa plataforma virtual, pode dar início a um processo de letramento digital dos alunos.

Não posso deixar voltar à já citada Lei nº 12.433/2011, que dispõe sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Esse dispositivo permite que o condenado que cumpre pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena. A aplicação será feita para um dia de pena a cada 12 horas de efetiva frequência escolar em atividade de ensino fundamental, ensino médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional, porém com a orientação de divisão mínima de três dias. As atividades de estudo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados, o que ocorrerá com o curso construído na proposta que será apresentada adiante.

Conforme vimos, mas sem esgotar todas as leis ou resoluções que abordam direitos e deveres para a população encarcerada, é vasto o campo que pode nos orientar para explicar o curso desenvolvido. Porém, não podemos perder de vista que temos uma herança de desigualdades que são estruturais em nosso país. O capítulo que dediquei para pensarmos acerca dessas desigualdades e do papel da elite brasileira nesse processo serviu para mostrar o quanto precisamos avançar.

Durante todo o tempo que convivi com presos e internados, notei o quanto falta de formação humana, além das carências inerentes às populações marginalizadas, como as de saúde, de educação, de habitação, de conhecimento político, entre outras. Não podemos pensar o processo de encarceramento no Brasil a partir do ano de 1990, que acelerou essa política e nos coloca, atualmente, no terceiro lugar do *ranking* de países que mais encarceram no mundo, sem pensar em questões históricas.

No livro *Resgatar o Brasil* (SOUZA; VALIM, 2018), os coordenadores do livro retratam o momento dramático que vive a sociedade brasileira na atualidade, mostrando como o ódio e a ganância açoitam a nação. É interessante perceber que há uma tentativa diária, por parte da elite de que falamos aqui, de reavivar as desigualdades, a falta de emprego, o não acesso à saúde, a escravidão de grande parte da população, a miséria humana, a mortalidade infantil, o desprezo pelos desalentados. É assim que nos constituímos, ao menos nessa etapa da nossa história. No artigo integrante “O engodo do combate à corrupção ou como imbecilizar pessoas que nasceram inteligentes”, Jessé Souza (SOUZA, 2018) afirma, em uma análise dessa elite brasileira, ainda tratando daquilo que foi chamada de “República Velha”, no período dos anos de 1930, que havia:

Uma máscara pseudodemocrática da antiga sociedade escravocrata, que havia abolido apenas formalmente a escravidão, e mantido primeiramente negros, pobres e marginalizados fora do acesso à terra e depois fora do acesso à educação e

construído, conscientemente, uma sociedade para poucos baseada na exclusão, econômica e no gozo sádico e cotidiano da humilhação dos oprimidos e abandonados. (SOUZA, 2018, p. 15)

A análise feita pelo autor demonstra o quanto a chamada classe média dedica seu tempo em trabalhar em favor de uma elite, que é a grande detentora dos cofres públicos, contra o povo, colocando-o no pior patamar social. Talvez por isso exista o gozo caudaloso da classe média ao afirmar que “bandido bom é bandido morto”, ou preso.

De tudo que vi e vivi no sistema carcerário fluminense, penso que todas as mazelas construídas ao longo da nossa história se sintetizam na privação da liberdade dessa população que nunca teve direitos e acesso a nada. Não consigo imaginar que homens e mulheres, após a saída da prisão, tenham a menor condição de resgate ou construção da cidadania, se não houver, efetivamente — aqui sublinho “efetivamente” — políticas de acesso aos bens aos quais todos os cidadãos têm direito, como também políticas de garantias à permanência desses em liberdade com dignidade.

Com isso, reforço a ideia de que não adianta afirmar-se que há hospital, escola, habitação acessíveis a essa população e não se oferecer, por exemplo, a possibilidade de pagarem uma passagem ou comprar um remédio, ou, nos tempos atuais, o acesso ao ambiente virtual escolar, por exemplo. A proteção ao egresso do sistema deve ser tema de abrangência de toda a sociedade porque, a meu ver, a sua constituição tem no nascedouro aquilo que nunca foi feito para o dito “povo brasileiro”.

5.1 A Educação a Distância para privados de liberdade e a mediação tecnológica

Ao longo deste trabalho, venho apresentando alguns documentos oficiais que apontam para um ensino que seja significativo e possibilite a reinserção social de homens e mulheres privados de liberdade. Variadas legislações enunciam a possibilidade de oferecer ensino a distância (EaD), quando se referem à Educação de Jovens e Adultos. Esse é um elemento importante, porque, conforme vimos, houve uma mudança na arquitetura do curso objeto da pesquisa, em razão da pandemia da COVID-19 que assolou o planeta no ano de 2020, mudando completamente a organização da sociedade e também o ensino desenvolvido nas escolas, cursos técnicos, universidades etc. Portanto, torna-se necessário explicar que o curso construído encontra uma âncora de firmamento nas leis.

Na Resolução nº 3 de 15 de junho de 2010, que instituiu as diretrizes operacionais para a EJA nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos, há também a previsão da Educação a Distância. É claro que aqui estamos pensando nos Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas, ao arquitetar o curso, o norte dele foi dado com base em diretrizes como o reconhecimento do ambiente virtual como espaço de aprendizagem, indicado na resolução. Além disso, as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) devem ser usadas na busca inteligente e na interatividade virtual, preocupações do curso.

Na resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, que dispôs sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de Educação para Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais, também se destaca o planejamento das ações que contemplam educação para o trabalho na modalidade de Educação a Distância, propondo o incentivo de novas estratégias pedagógicas, de produção de materiais didáticos e das metodologias novas e tecnologias educacionais. Está contemplada ainda a Educação Profissional, que aproxima ainda mais a proposta do curso em tela.

A Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE) reforça na meta de número 9, estratégia 9.11, a necessidade de implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para alunos/as com deficiência, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população. O curso que propusemos é uma ação extensionista da UERJ, que vai ao encontro da meta e da estratégia proposta.

Por fim, no Artigo 80 da Lei 9.394/96, a Educação a Distância está proposta nos diferentes níveis. Vejamos:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público.

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. (BRASIL, [2019b], n. p.).

Encerrando a ancoragem legal, abrirei aqui um debate sobre a mediação e a mediação tecnológica no processo de aprendizagem. Saviani (2015) afirma que a mediação é uma categoria central da dialética que, quando se articula com ação recíproca, passa a compor uma totalidade e ocasiona a “contradição”, que é o arcabouço categorial básico da concepção dialética da realidade e do conhecimento.

Quando propusemos o Curso de Treinamento e Qualificação Profissional para Assistente Administrativo, com uma grade curricular construída em módulos como Língua Portuguesa, Matemática, Informática, Cidadania, Ética e Sustentabilidade entre outras, pensamos justamente numa abordagem que constituiria as categorias centrais que, em contato com as ações recíprocas, provocadas pela interação com o material didático construído e sistematizado, de maneira significativa, para os presos e internados, poderia deflagrar a contradição, que levaria à síntese.

Ao abordar a lógica dialética, Saviani (2015) explica se tratar do processo de construção do concreto do pensamento, diferenciando-a da lógica formal, que seria a abstrata. Resulta desse pensamento a compreensão de que a lógica dialética supera por inclusão/incorporação a lógica formal, ou seja, há a incorporação da segunda pela primeira. O autor sistematiza da seguinte maneira o papel da mediação:

Com efeito, o acesso ao concreto não se dá sem a **mediação** do abstrato. Assim, aquilo que é chamado de lógica formal ganha um significado novo e deixa de ser *a* lógica para se converter num *momento* da lógica dialética. A construção do pensamento ocorre, pois, da seguinte forma: parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto. Ou seja: a passagem do empírico ao concreto se dá pela **mediação** do abstrato. (SAVIANI, 2015, p. 28, grifos do autor).

O material didático foi elaborado exatamente pensando nessa lógica. A proposta formulada para o módulo “Matemática para o mundo do trabalho” deixa claro seu objetivo de colaborar no desenvolvimento e identificação da matemática no entorno dos alunos, em suas vidas e no ambiente de trabalho. Buscaria compreender, a todo instante, que ela pode ser muito útil para uma tomada de decisão correta e coerente no dia a dia.

Em relação à disciplina “Língua Portuguesa para o mundo do trabalho”, houve a preocupação com a comunicação no ambiente de trabalho, a sua coerência e precisão. Em tempos de tanta tecnologia, as novas linguagens também foram incorporadas ao curso, como a escrita de e-mail, no WhatsApp, no Facebook, na intranet etc.

O Módulo “Informática aplicada ao mundo do trabalho” teve como proposta reforçar o pensamento crítico e social, com o objetivo de promover a autonomia do pensar e a reflexão dos temas atuais para reinserção no mundo social e no mercado de trabalho. Para desenvolver essas competências, foram apresentados aspectos básicos e operacionais do uso do

computador e os conceitos de Microsoft Word e Microsoft Excel. Assim, os alunos devem desenvolver a *expertise* na utilização da mediação das tecnologias para a aprendizagem e para o desenvolvimento do ser humano.

No módulo “Fundamentos de Orientação Profissional de Assistente Administrativo para o desenvolvimento de aspectos relacionados à formação humana e ao Mercado de Trabalho”, foram apresentados temas como conhecimento do perfil profissional e da postura do assistente administrativo. Valorizou-se a compreensão das características, das exigências e dos aspectos legais da profissão, além da importância da organização laboral e das práticas de bom atendimento do assistente administrativo.

Ainda em Saviani (2015), em uma síntese muito própria sobre a mediação, há o registro de como uma boa abordagem garante o funcionamento da mediação como “uma rica totalidade de determinações”. Vejamos:

Em suma, com a lógica dialética supera-se a oposição entre indução e dedução incorporando-as numa síntese superior compreensiva do método do conhecimento científico. Nessa perspectiva o movimento global do conhecimento compreende dois momentos. Parte-se do empírico, isto é, do objeto tal como se apresenta à observação imediata, tal como é figurado na intuição. Nesse momento inicial, o objeto é captado numa visão sincrética, caótica, isto é, não se tem clareza do modo como ele está constituído. Aparece, pois, sob a forma de um todo confuso, portanto, como um problema que precisa ser resolvido. Partindo dessa representação primeira do objeto chega-se, pela **mediação** da análise, aos conceitos, às abstrações, às determinações mais simples. Uma vez atingido esse ponto, faz-se necessário percorrer o caminho inverso (segundo momento) chegando, pela **mediação** da síntese, de novo ao objeto, agora entendido não mais como “a representação caótica de um todo”, mas como “uma rica totalidade de determinações e de relações numerosas” (MARX, 1973, p. 229). Assim compreendido, o processo de conhecimento é, ao mesmo tempo, indutivo-dedutivo, analítico-sintético, abstrato-concreto, lógico-histórico. Supera-se, assim, a polêmica dedutivismo versus indutivismo que deixa de ter sentido. (SAVIANI, 2015, p. 33, grifos do autor).

Oliveira (2021) trouxe a mediação tecnológica em tempos de pandemia para o debate. Em diálogo estabelecido com a obra de Paulo Freire quando diz que “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em co-comunhão”. (FREIRE, 1970, p. 27), a autora lembra que em *Pedagogia do oprimido*” há expressão da categoria da mediação. Oliveira (2021) diz que, como categoria filosófica, ela é relativa ao pensamento, mas só tem sentido quando expressa o real. Tem função integradora das contradições, permitindo que sejam ligadas e reciprocamente determinadas, na direção da totalidade.

Continuando a sua explanação, Oliveira (2021) aborda o tema da mediação tecnológica e organiza o pensamento, referindo-se à utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) nas práticas educacionais. Também mostra que esse conceito está ancorado em Ramos (2008), que diz:

Chamamos Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aos procedimentos, métodos e equipamentos para processar informação e comunicar que surgiram no

contexto da Revolução Informática, Revolução Telemática ou Terceira Revolução Industrial, desenvolvidos gradualmente desde a segunda metade da década de 1970 e, principalmente, nos anos 90 do mesmo século. Estas tecnologias agilizaram e tornaram menos palpável o conteúdo da comunicação, por meio da digitalização e da comunicação em redes para a captação, transmissão e distribuição das informações, que podem assumir a forma de texto, imagem estática, vídeo ou som. Considera-se que o advento destas novas tecnologias e a forma como foram utilizadas por governos, empresas, indivíduos e sectores sociais possibilitaram o surgimento da Sociedade da Informação. (RAMOS, 2008, p. 5)

De fato, o advento da pandemia trouxe uma nova realidade para a população mundial, reconfigurando os processos de ensino-aprendizagem. Como alertamos, a mediação das tecnologias deve ser voltada para a aprendizagem significativa. Oliveira (2021) afirma que a aprendizagem significativa deve ser compreendida como a concebida por Ausubel (1978), algo que dá origem ao conhecimento mais durável e persistente, retido e lembrado por mais tempo, que aumenta a capacidade de aprender outros conteúdos relacionados entre si, ameniza o efeito do esquecimento, pois é retomada com mais facilidade, permitindo a reaprendizagem.

Dias-Trindade e Moreira (2020) em *Educação em estabelecimentos prisionais em Portugal: um programa para a inclusão social e digital e desenvolvimento de competências* apontam para a possibilidade de formação para privados de liberdade em Portugal. Os autores mostram uma e acelerada e constante mudança em decorrência da globalização que teria provocado o surgimento de uma “nova sociedade” baseada na informação e no conhecimento. O surgimento dessa sociedade evidenciou novas desigualdades educacionais, reforçando até a situação de exclusão social em que tantas pessoas se encontram, como é o caso daqueles que estão em situação de reclusão. Afirma eles:

O acesso dos reclusos ao sistema educativo deve envolver não só o desenvolvimento de competências em áreas que contribuam para facilitar a sua reintegração na comunidade, mas deve, também, procurar efetivamente uma formação integral, humanista, que contribua para a promoção de diferentes oportunidades de aprendizagem que se possam basear em experiências quotidianas e na capacidade de usar efetivamente essas experiências quer de caráter formal quer informal. (DIAS-TRINDADE; MOREIRA, 2020, p. 128).

Embora o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores tenha como foco a educação superior, compreendo que a metodologia desenvolvida no Programa “Educação para a Cidadania: trilhos de intervenção”, apresentado pelos autores corroboram o sentido de apontar para metodologias novas, como o Curso de Treinamento e Capacitação aqui apresentado.

Portanto, considero que a Educação a Distância proposta neste curso está fundamentalmente adequada e em consonância com a legislação. Além disso, uso das tecnologias no processo de mediação é a possibilidade mais adequada ao momento. Veremos mais adiante a arquitetura pedagógica do curso, pensada também na aprendizagem ao longo da vida e na educação em Direitos Humanos.

6 A CONSTRUÇÃO DO RECURSO EDUCACIONAL UTILIZADO NOS CURSOS

Neste capítulo, apresentarei os cursos de **Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo** e de **Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas**, pensados para fornecer a formação de homens e mulheres que, embora sob a custódia do estado do Rio de Janeiro, apresentam condições de sair para trabalhar em locais que os aceitam, mesmo ainda dentro do sistema carcerário.

A Fundação Santa Cabrini (FSC) é pessoa jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado de trabalho e Renda, com patrimônio próprio, sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, no bairro de Laranjeiras. Autorizada pelo Decreto-Lei nº 360, de 22 de setembro de 1977, é regida por seu Estatuto, aprovado pelo Decreto estadual nº 41.425/2008.

A representação e a direção da Fundação Santa Cabrini são feitas por um presidente nomeado. Embora não conste essa informação no seu Estatuto Social, a Fundação não tem fins lucrativos e é mantida pelo poder público nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto-Lei nº 360/1977, que autorizou a sua instituição.

A FSC tem como missão a organização e a promoção, em bases racionais e produtivas, do trabalho remunerado do interno do Sistema Penitenciário como fator de sua reintegração social. Seu Estatuto apresenta o objetivo de intensificar a atividade laborativa nos estabelecimentos penais, proporcionando a seleção vocacional e qualificação profissional do interno, em regimes fechado, aberto e semiaberto. Além desse, são seus objetivos:

Art. 2º [...]

II - promover os trabalhos industriais, artesanais, agropecuários, pesqueiros e atividades ligadas à construção civil, prestação de serviços mediante remuneração, mantendo pessoal especializado para fins de orientação ou direção, pertencente à administração pública;

III - promover a comercialização de produtos do trabalho carcerário;

IV - promover a prestação de serviços de apenados;

V - estimular novas práticas de formação profissional nos estabelecimentos prisionais;

VI - fornecer meios para ampliação, manutenção, reparos e funcionamento de instalações e equipamentos da Fundação Santa Cabrini localizados nas unidades prisionais;

VII - facilitar o pronto atendimento de outras necessidades correlatas ou complementares dos trabalhos industriais, agropecuários, artesanais, pesqueiros, construção civil e prestação de serviços.

[...]

1 - educação profissionalizante.;

2 - atendimento social ao interno vinculado à atividade laborativa e sua família.

3 - formação profissional aos que serão beneficiados por sursis, aos que se encontrarem em liberdade condicional e em término de cumprimento da pena. (RIO DE JANEIRO, 2008, n. p.).

A Fundação atua diretamente ou por intermédio de instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, mediante convênios, contratos ou concessões de auxílio, promovendo projetos de alta relevância, com destaque para a utilização da mão de obra do apenado na produção do mobiliário escolar, uniformes escolares, uniformes para a campanha contra a dengue, manutenção e reparo da frota oficial de veículos do estado nas oficinas das unidades prisionais, fabricação de tijolos, produção de mudas da mata atlântica e reflorestamento das encostas e, no último ano, manufatura de máscaras de proteção, ou seja, há a preocupação na ocupação profissional de egressos.

Com isso, a Fundação acumula conquistas no que se refere ao resgate da cidadania dos apenados e egressos por meio da oferta de trabalho, da capacitação profissional visando à implementação das políticas públicas relativas à segurança, à justiça, ao bem estar social e aos direitos humanos.

6.1 A parceria com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro

A parceria entre a FSC e a UERJ ocorreu por alguns motivos. Um deles refere-se à importância da UERJ no espaço acadêmico brasileiro, pelo valor da sua produção científica, pelas centenas de projetos de extensão em desenvolvimento, pela promoção da cultura e pelos inúmeros serviços prestados à população.

A FSC observou no Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias (IFHT/UERJ), Unidade Acadêmica da UERJ, a possibilidade de desenvolvimento de ações que pudessem avançar na reinserção desses homens e mulheres que estão sob custódia do Estado.

Foi assim que, no final de 2019, a Fundação propôs, num primeiro momento, a parceria para a elaboração dos Cursos de **Treinamento e Qualificação Profissional e de Assistente Administrativo e de Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas**. Toda a arquitetura dos cursos foi elaborada pensando em cursos semipresenciais. Seu plano de trabalho que orientava o trabalho no primeiro semestre de 2020 tinha o formato que passo apresentar a seguir.

O objeto da proposta era constituído de dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que apresentava crescimento da população privada de liberdade em comparação ao relatório de

2014, mostrando, inclusive, que o Brasil já ocupava a terceira posição nos países que mais encarceram no planeta. Apontava para a necessidade urgente de pensar no retorno e na reinserção de homens e mulheres quando se encontram aptos ao convívio social, pensando em seu protagonismo, visando ao mercado de trabalho, à produção, ao serviço, ao provento familiar e à geração de renda.

Naquele momento, o Plano de Trabalho constituía a criação do “**Programa Virar o Jogo**” como fruto da parceria entre a Fundação Santa Cabrini (FSC) e o IFHT/UERJ, assumindo como caráter essencial a capacitação de homens e mulheres para o mundo do trabalho, com perspectiva na formação humana.

O Programa constava de um conjunto de cursos, ações e atividades que possibilitariam a formação humana com vistas ao mundo do trabalho e ao convívio social, bem como a elaboração de pesquisas e seminários tendo como foco a reinserção de presos, com a possibilidade de utilização de Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA). Além dessas, havia a previsão de construir e implementar o Projeto Político Pedagógico para o CQPRO (Centro de Qualificação Profissional da Fundação Santa Cabrini) e assessorar a sua equipe, para buscar estruturar e modernizar seu processo de gestão, fornecer o apoio ao seu Núcleo de Atendimento Psicológico e mapear seus espaços destinados ao desenvolvimento do trabalho prisional.

O CQPRO é um centro de qualificação profissional localizado no bairro do Estácio, próximo ao Centro do Rio de Janeiro. O espaço, além de oferecer oficinas, serviria também para atendimento psicológico e de assistência social.

A primeira ação proposta foi uma oficina de treinamento com 10 horas de duração, para a construção de conteúdo pedagógico, ministrada pela equipe IFHT/UERJ, que ocorreu antes da pandemia, no mês de fevereiro de 2020. A oficina foi feita para a equipe pedagógica e mostrou todas as etapas necessárias para elaborar-se um bom material didático que pudesse ser oferecido aos alunos.

Conforme dito anteriormente, na proposta, havia o planejamento de oferecimento de dois cursos: Treinamento e Qualificação Profissional para Assistente Administrativo (CBO 4110-10) e Treinamento e Qualificação Profissional para Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas (CBO 5142-15).

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é um documento que retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho brasileiro e tem por filosofia sua atualização constante, de forma a expor, com a maior fidelidade possível, as diversas atividades

profissionais existentes em todo o país, sem diferenciação entre as profissões regulamentadas e as de livre exercício profissional.

Os cursos, previstos para oferta semipresencial, eram divididos por módulos, tinham carga horária de 180 horas, oferecidas na modalidade semipresencial, de segunda a sexta-feira, com 4h e 30m diárias de duração. Havia um núcleo comum entre os dois cursos, composto pelo Módulo Básico de 60 horas e pelo de Formação Inicial Transversal e Interdisciplinar, de 30h. Havia, ainda, um módulo específico para cada curso, com 90 horas.

O Plano apontava também para a necessidade de construção do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA), especialmente customizado pelo IFHT/UERJ para a hospedagem do conteúdo e apoio à realização dos dois cursos. As atividades de planejamento, elaboração de conteúdo, adequação da plataforma digital, suporte técnico para sua utilização e estruturação do encontro inaugural foram realizados em parceria entre o IFHT/UERJ e a Fundação Santa Cabrini.

Coube ao IFHT elaborar a arquitetura pedagógica das atividades formativas presenciais e com mediação tecnológica, monitorá-las através de tutoria especialmente proposta para essa finalidade e capacitar os profissionais envolvidos no Programa.

O IFHT tem como missão se constituir em órgão de referência em projetos, estudos e pesquisas da Formação Humana, com o apoio de tecnologias e tendo como objetivos principais a educação voltada para o progresso científico e tecnológico, o desenvolvimento humano contínuo, a ética e a efetividade na aprendizagem mediada por tecnologias de comunicação e informação.

Chamo atenção para o fato de que, neste plano, as ações eram presenciais ou semipresenciais, o que se tornou, conforme já apontamos anteriormente, impossível, devido ao avanço da pandemia.

A estrutura didática dos cursos foi pensada de maneira que teríamos, no eixo comum aos dois cursos, 90 horas, distribuídas em cinco módulos: Informática para o mundo do trabalho, Aspectos do mundo do trabalho, Língua Portuguesa para o mundo do trabalho, Matemática para o mundo do trabalho e Cidadania, Ética e Sustentabilidade. Na proposta, previa-se que essa etapa seria feita em um mês.

O conteúdo de Informática para o mundo do trabalho teria a carga horária de 13h e 30 minutos, com abordagem de aspectos básicos e operacionais do uso do computador, Intranet e Internet, acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem, Windows, Pacote Office – Word, Pacote Office – Excel. Dessa forma, buscava-se trazer uma aproximação entre os gerenciados pela FSC e o mundo virtual, através desse módulo.

Pensamos também em oferecer o módulo Aspecto do mundo do trabalho com carga horária de 13h e 30min. O conteúdo estaria relacionado ao mercado de trabalho, abordando seu conceito e evolução histórica, legislação e reforma da previdência. Além destes, traria conteúdos relacionados ao empreendedorismo, o seu conceito, tipos e características e aspectos da criação e do registro de um negócio.

Língua Portuguesa para o mundo do trabalho, com carga horária de 27 horas, foi abordada com vistas à comunicação no trabalho, na comunicação oral e escrita, nas variações da norma linguística, na organização de ideias. Como se pensou muito na comunicação e na sua importância no mundo do trabalho, aspectos mais formais também seriam abordados, como quem é o emissor, o receptor, a mensagem proferida e os variados entendimentos. Além disso, estão presentes aspectos mais formais da Língua Portuguesa, como o acordo ortográfico, a grafia de palavras, os tempos verbais, a concordância verbal e nominal.

Como o curso seria semipresencial, pensamos em momentos de perceber e construir textos coerentes, com precisão na comunicação. Para isso, lançaríamos mão da produção textual, da interpretação de textos. Por fim, haveria um diálogo com as tecnologias e as linguagens, como o e-mail, o Whatsapp, o Facebook, o Telegram e a Intranet. Observamos que todas as atividades e o material selecionado deviam ser relacionados às situações práticas e da vida cotidiana e do trabalho, valorizando a Língua Portuguesa e a Comunicação.

O conteúdo de Matemática para o mundo do trabalho também deveria se relacionar ao cotidiana e ao trabalho ao prever desenvolver as operações lógicas do pensamento. A carga horária do módulo foi fixada em 18 horas e versaria sobre a importância da Matemática na vida e no trabalho, com foco na resolução de atividades lógico-matemáticas (concretas). Lembrar as quatro operações fundamentais e o sistema métrico decimal. A Matemática financeira para o trabalho: regra de três simples e composta, juros e porcentagem. Haveria ainda um diálogo entre a Matemática e a Internet, em que se abordaria a construção e a análise simples de dados de pesquisas de mercado, leitura de gráficos, perspectivas (prognósticos) através da leitura de pesquisas.

O módulo de Cidadania, Ética e sustentabilidade, com carga horária de 18 horas, abordaria conteúdos como os conceitos básicos da cidadania, da ética e da sustentabilidade. Além de direitos e deveres civis políticos e sociais, políticas e segurança pública voltada para adolescentes e jovens e diversidade. A ética no ambiente de trabalho também estaria presente. Saúde e qualidade de vida – Conceito de Saúde e importância da prevenção; saúde e doenças mais frequentes; vícios, drogas e responsabilidade pessoal também são itens contemplados.

Com esse escopo, entendemos que avançaríamos na formação humana, proposta de primeiro momento desse curso.

Na tabela a seguir, farei uma sistematização da estrutura pedagógica do eixo comum aos dois cursos.

Tabela 3 – Eixo Comum aos dois cursos de Treinamento e Qualificação Profissional e de Assistente Administrativo e de Trabalhador de Serviço de Limpeza e Conservação de Áreas Públicas. (1 mês – 90h)

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO
Informática para o mundo do trabalho	13h30min	<ul style="list-style-type: none"> • Aspectos básicos e operacionais do uso do computador • Intranet e Internet • Acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem • Windows • Pacote Office – Word • Pacote Office - Excel
Aspectos do Mundo do Trabalho	13h30min	<ul style="list-style-type: none"> • Mercado de Trabalho – Conceito e evolução histórica, Legislação e Reforma da Previdência • Empreendedorismo – Conceito, tipos e características. Aspectos da criação e registro de um negócio • Qualificação Profissional – Perfil, Necessidades de aperfeiçoamento profissional, Comportamento Laboral; Processo Admissional • Educação para o Consumo e Educação Financeira
Língua Portuguesa* para o mundo do trabalho	27h	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da Língua Portuguesa e da comunicação no trabalho: Comunicação oral e escrita: variações da norma linguística, organização de ideias, figuras de linguagem • Elementos da comunicação: Emissor, receptor, mensagem, ofício, memorando, relatório, e outras formas de comunicação, aspectos formais e informais, uso de pronomes • Aspectos formais da Língua Portuguesa: Acordo ortográfico, grafia, tempos verbais, concordância verbal e nominal • Coerência e precisão na comunicação: Produção textual, interpretação de textos e os principais aspectos da língua portuguesa • O Português no uso das tecnologias: A linguagem nas tecnologias, e-mail, whatsapp, facebook, telegram, intranet
Matemática** para o mundo do trabalho	18h	<ul style="list-style-type: none"> • Importância da Matemática na vida e no trabalho: Resolução de atividades lógico matemáticas (Concretas); quatro operações fundamentais; Sistema métrico decimal. • Matemática financeira para o trabalho: Regra de três simples e composta, juros e porcentagem. • Matemática e Internet: Dados de pesquisas de mercado, leitura de gráficos, perspectivas (prognósticos) através da leitura de pesquisas.

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO
Cidadania, Ética e Sustentabilidade	18h	<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos Básicos da Cidadania – Direitos e deveres Cívicos Políticos e Sociais; Políticas e Segurança pública voltada para adolescentes e jovens, Cidadania e Trabalho; Diversidade • Conceitos Básicos de Ética - O que é ética; Ética no ambiente de trabalho. • Conceitos Básicos de Sustentabilidade – O que é sustentabilidade; Sustentabilidade e o Ambiente de Trabalho; Responsabilidade para administração doméstica e profissional. • Saúde e qualidade de vida – Conceito de Saúde e importância da prevenção; Saúde e doenças mais frequentes; Vícios, drogas e responsabilidade pessoal. • Segurança no Trabalho – Higiene e conforto no local de trabalho; alimentação do trabalhador; seguridade social; Equipamento de proteção individual.
TOTAL	90h	

Legenda:*(Todas as atividades e material selecionados devem ser relacionados a situações práticas e da vida cotidiana e do trabalho, valorizando a Língua Portuguesa a Comunicação)

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir do “Programa virar o jogo”, 2020.

Após os alunos cursarem o ciclo básico comum aos dois cursos, havia aqui o caminho de duas trilhas formativas específicas: uma de assistente administrativo e outra de trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas.

A FSC atende vários órgãos do estado, como a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Secretaria de Saúde do Estado, a Secretaria de Administração Penitenciária, a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), que necessitam da mão de obra dos gerenciados, oferecendo oportunidades para esse público.

Nesta etapa, os alunos deveriam ter mais 90 horas específicas da trilha desejada, de maneira que pudessem completar 180 horas de formação total. É importante também registrar que todas essas horas estudadas serviriam para a remição da pena junto à Vara de Execução Penal (VEP) do estado do Rio de Janeiro.

O Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo tinha, portanto, 180 horas no total e, no segundo eixo, a grade curricular era composta por mais três módulos. O primeiro, de 18 horas, correspondia à orientação profissional voltada para a profissão de assistente administrativo. Nele, o perfil profissional e a postura do assistente administrativo, bem como suas características e qualificação seriam apresentadas. Os aspectos legais que norteiam a profissão e os aspectos humanos, como competição, liderança, hierarquia, relações interpessoais também seriam exploradas no conteúdo.

Construímos dois outros módulos que dialogariam entre si: Práticas Administrativas e Educação Fiscal e Oficinas de Boas Práticas, de 36 horas, que funcionariam como reflexo um do outro. Dessa forma, um assunto abordado no módulo de Práticas Administrativas e Educação Fiscal teria um desdobramento no módulo de Oficinas de Boas Práticas, assim a aprendizagem seria colocada na realidade, podendo ser aprofundada e tornar-se significativa. Sistematizo esse eixo na tabela que se segue para o melhor entendimento dos conteúdos.

Tabela 4 – Eixo de Aprofundamento e Oficinas (1 mês – 90h) do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO
Orientação Profissional	18h	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil profissional e postura do assistente administrativo: Características e qualificação do profissional, exigências da função, aspectos legais. • Aspectos humanos: Competição, liderança, hierarquia, relações interpessoais. • Principais atividades profissionais.
Práticas Administrativas e Educação Fiscal	36h	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos e Correspondências: Nota Fiscal, Nota Promissória, Fatura e Duplicata, Recibos e tipos de notas fiscais, cheques; Ordem de Pagamento, Arquivo e Mídia digital, classificação de correspondências. • Organização laboral: Definição de empresa e seus departamentos: fluxograma, organograma e cronograma. Psicologia Organizacional; tarefas do auxiliar de escritório; qualidade e responsabilidade; tipos de reuniões, organização e apoio, Pesquisa de Preço • Atendimento: Atendimento telefônico, atendimento pessoal, atendimento online, situações específicas, procedimentos importantes na recepção, sistema telefônico, procedimento ético no atendimento telefônico • Gestão Financeira e de Pessoas: departamento pessoal/funções: etapas de admissão; registro e contrato de trabalho; fundo de garantia; preenchimento de recibos e pagamentos; folha de pagamento; imposto de renda (IRRF); descontos sindicais; horas extras; adicional noturno, faltas e atrasos; rescisão de contrato de trabalho/seguro desemprego; revisão e avaliação
Oficinas (Boas Práticas)	36h	<p>A carga horária será distribuída em 16 atividades, eminentemente práticas, como oficinas, simulações, vídeos acompanhados de debates, estudos de casos, dinâmicas de grupo, que contextualizem os temas do módulo Práticas Administrativas e Educação Fiscal.</p>
TOTAL	90h	

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do “Programa Virar o Jogo”, 2020.

A outra trilha formativa construída seguia para a Qualificação Profissional de Trabalhador de Serviços de limpeza e conservação de áreas. O modelo é parecido com o anterior. Dividido em três módulos, a orientação profissional de trabalhador de serviços de limpeza e conservação de áreas públicas, o primeiro dos três, tinha a carga horária de 18

horas. Nele, seria apresentado o perfil profissional e a postura do trabalhador do serviço de limpeza, suas exigências, os aspectos legais e as principais atividades inerentes à função.

Os outros dois módulos que completavam essa trilha também funcionavam como espelhamento um do outro. Com 36 horas cada, um assunto abordado no módulo de Boas Práticas para o Serviço de Limpeza – Abordagem técnica e prática correspondia a uma atividade no módulo de Oficina de Boas Práticas. Conforme ilustra a tabela a seguir.

Tabela 5 – Eixo de Aprofundamento e Oficinas (1 mês – 90h) do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Trabalhador de Serviços de limpeza e conservação de áreas públicas (CBO.5142-15)

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO
Orientação Profissional	18h	<ul style="list-style-type: none"> • Perfil profissional e postura do trabalhador de serviço de limpeza. • Características e qualificação do profissional, exigências da função, aspectos legais. • Principais atividades profissionais.
Boa Práticas para o Serviço de Limpeza – Abordagem Técnica e Prática	36h	<ul style="list-style-type: none"> • Atribuições do Poder Público: importância do serviço de limpeza urbana: aspectos sanitário, agentes químicos, agentes biológicos, aspectos estéticos e de bem estar, aspecto econômico financeiro, aspecto social, limpeza de logradouros (vias públicas), varrição, métodos de varrição, equipamentos e auxiliares de remoção, carrinho para varrição, carrinho de mão convencional, varredura mecanizada, cestas coletoras, plano de varrição, determinação do nível de serviço, remoção do lixo varrido, forma de utilização da mão de obra, ferramentas e equipamentos, roçagem, limpeza de boca de lobo ou bueiros, limpeza de córregos, pintura de guias, remoção de entulhos, recolhimento de pequenos animais mortos; EPI específico. • Higienização: Objetivos, aplicações e procedimentos. • Higienização de residências, escritórios, casas comerciais, e afins. Higienização de pisos e rodapés, paredes, portas, janelas, telas, interruptores e tomadas, lâmpadas e luminárias, bancadas, pias e torneiras, freezer, geladeira, fogão e forno, armários, prateleiras, mesas, pratos, talheres e panelas; EPI específico • Higienização hospitalar: coleta de resíduos sólidos, roupas sujas das unidades e manejo de cestos de roupas. Limpeza de coletores de resíduos, limpeza das diversas áreas do hospital, organização dos equipamentos e da rotina de trabalho. Desinfecção de dependências como enfermarias, salas, sanitários, por exemplo e abastecimento das mesmas com papel toalha, papel higiênico, sabonete e álcool; manuseio e descarte correto de material infectado e de perfuro cortante; EPI específico • Limpeza: Objetivos, aplicações e procedimentos. • Métodos e fases da operação de limpeza, manutenção e limpeza da escola, da biblioteca, da sala de aula, em pátios, materiais esportivos, nos refeitórios, escritórios,

MÓDULOS	CARGA HORÁRIA	CONTEÚDO
Oficinas (Boas Práticas)	36h	casas comerciais e hospitais. <ul style="list-style-type: none"> • Limpeza concorrente, limpeza terminal, limpeza manual úmida, limpeza manual molhada, limpeza com máquina de lavar e/ou enceradeira automática, limpeza seca. Protocolos de higienização das mãos, de limpeza da concorrente, de limpeza terminal, de etapas de procedimentos, de coleta de lixo. Varrição, lavagem, limpeza de sanitários, limpeza e desinfecção, produtos químicos. princípios básicos da operacionalização do processo de limpeza, o serviço de limpeza; EPI específico A carga horária será distribuída em 16 atividades, eminentemente práticas, como oficinas, simulações, vídeos acompanhados de debates, estudos de casos, dinâmicas de grupo, que contextualizem os temas do módulo Boas Práticas para o Serviço de Limpeza – Abordagem Técnica e Prática
TOTAL	90h	

Fonte: elaborado pelo autor, a partir do “Programa Virar o Jogo”, 2020.

A Avaliação de rendimento acadêmico foi pensada de três maneiras: uma avaliação de conteúdo, com o objetivo de observar se o aluno conseguiu aprender a sua essencialidade; avaliação prática por meio da simulação, com o objetivo de verificar se o aluno converte o conhecimento teórico em boas práticas; por fim, a autoavaliação, cujo objetivo é a responsabilidade da análise do aluno sobre si próprio.

6.2 O efeito da pandemia e a transformação da arquitetura do curso

Conforme citamos, a situação provocada pela pandemia da COVID-19 obrigou a uma abordagem emergencial em variadas áreas e a educação em ambiente de privação de liberdade também sofreu mudanças.

O artigo “A Educação para privados de liberdade no Rio de Janeiro, em época de pandemia: em busca de novas trilhas para a efetivação dos direitos humanos” (OLIVEIRA; MELO, 2021) apresenta alguns dados reais da população carcerária brasileira, um pouco do cenário no Rio de Janeiro, onde o curso foi oferecido, alguns marcos legais e um olhar com vistas aos Direitos Humanos.

De fato, a virose detectada em Wuhan, na China, espalhou-se em “ondas” que se sucederam por todas as partes do planeta. Com isso, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, classificou o surto da COVID-19 como pandemia. Por ser o vírus

extremamente contagioso a área de educação foi fortemente atingida, instituições de ensino foram fechadas e os períodos letivos foram suspensos.

A educação ofertada para privados de liberdade também foi muito afetada, aqui farei algumas considerações e tratarei de uma realidade que conheço, que é o espaço educacional das escolas estaduais em presídios e penitenciárias no estado do Rio de Janeiro.

Já vimos que, para adentrar numa unidade prisional para exercer a atividade de professor, há uma série de regras, inclusive de segurança. Portanto, a atividade educacional nesses espaços, além da dificuldade já inerente a ela, agora se depara com o advento de uma pandemia. Porém, quando falamos de educação, estamos tratando de um direito humano essencial a todos os indivíduos, sem distinção de sexo, nacionalidade, profissão, etnia, faixa etária, opção política ou religiosa, orientação sexual, meio socioeconômico, nível de escolaridade, condição financeira, de saúde física e mental. Eles têm em comum o reconhecimento do direito à vida com dignidade. Assim, mesmos os homens e mulheres presos têm esse direito.

Portanto, mudar a arquitetura do curso, de maneira que uma parte dessa população pudesse continuar ter acesso ao que consideramos essencial, tornou-se uma busca intensa.

A Constituição Brasileira (1988) apresenta o seu Título II, Direitos e Garantias Fundamentais, subdividido em cinco capítulos. O Artigo 5º e seus incisos trata dos direitos individuais e coletivos, tais como à vida, à igualdade, à dignidade, à segurança, à honra, à liberdade e à propriedade. A partir do Artigo 6º, há os direitos sociais, referentes à educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, segurança, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Temos, em sequência, os direitos de nacionalidade, políticos e aqueles relacionados à existência, organização e à participação em partidos políticos.

Benevides (2007) afirma que a Educação em Direitos Humanos parte de três pontos: é uma educação permanente, continuada e global; está voltada para a mudança cultural e é uma educação em valores, que vai além da transmissão de conhecimentos.

Para a autora, é

[...] a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Isso significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas. (BENEVIDES, 2007, p. 1).

Pensamos que não poderíamos deixar de atender a população vulnerável que se encontrava encarcerada e mais distante de seus direitos. Se a pandemia causava danos desastrosos extramuros, imaginemos o que ocorria no intramuros da prisão?

No artigo, nós distinguimos o **direito à educação**, da **educação para os direitos humanos**. O primeiro é claramente enunciado na Constituição Brasileira, em seu artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Educação para os Direitos Humanos é assim definida por Candau (2007):

1. é indispensável para o desenvolvimento dos direitos humanos; 2) deve articular as categorias da igualdade e da diferença; 3. deve realizar o empoderamento dos atores sociais; 4. é uma filosofia e deve integrar a cultura escolar; 5. está assentada no tripé: a) conhecer e defender direitos; b) respeitar a igualdade de direitos dos outros e c) deve estar comprometida com a defesa dos direitos dos outros. (CANDAU, 2007, p. 61)

No caso da população carcerária, embora o direito à educação seja explicitado na Constituição da República e referendado pela Lei de Execução Penal (1984), ele não chega plenamente a essas pessoas cobertas pela invisibilidade.

Quanto à Educação para os Direitos Humanos, consideramos que ela se apresenta como ação preventiva em relação ao crescimento assustador do número de pessoas privadas de liberdade no Brasil, contribuindo para a construção de indivíduos conscientes do conceito, das nuances, dos direitos e dos deveres constitutivos da cidadania plena e para a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

6.3 Ações da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro para a Educação Prisional, no contexto da pandemia.

A situação provocada pela pandemia da COVID-19 obrigou a uma abordagem emergencial para a educação em prisão. A SEEDUC segue as orientações da UNESCO e começou a elaborar planos e estratégias que possam atender a essa demanda. Neste sentido, uma das atividades foi a criação de um Comitê de Especialistas de vários estados federados para dar suporte à implementação, monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas no combate à pandemia.

Sob o lema Aprendizagem Nunca Para (#LearningNeverStops), proposto pela UNESCO (2020), o Comitê promoveu vários debates online para discutir as alternativas de ofertas educacionais para a Rede estadual.

No mês de junho, uma sessão teve como tema “A inclusão das populações vulneráveis no novo processo educacional”, em que o foco esteve exatamente na educação desenvolvida nos espaços de privação de liberdade.

À luz das categorias e do conteúdo do debate dos especialistas, acompanhado de chat para interação entre os assistentes, estabeleceu-se uma análise das ofertas educacionais da SEEDUC para as unidades prisionais e socioeducativas do Estado do Rio de Janeiro durante a pandemia, contribuindo para o aprimoramento posterior das trilhas de formação humana para os alunos.

No debate, houve a participação de diversos profissionais que atuam com a educação para privados de liberdade no Rio de Janeiro, no Mato Grosso e em Portugal. Destacou-se no evento a fala da professora Fabiana Rodrigues, professora da rede estadual que atuava no Colégio Maria Montessori, localizado na Unidade Prisional Joaquim Ferreira de Souza.

Em sua fala, a professora ressaltou que a educação de jovens e adultos para pessoas privadas de liberdade é um direito previsto na Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Salientou que é um direito humano e a escola é um espaço para potencializar esse direito. A doutora Fabiana divulgou o manifesto “Educação em tempos de pandemia para os sujeitos privados de liberdade no Rio de Janeiro” (Anexo 1 da tese). Elaborado por profissionais que se debruçam sobre a educação em prisão, o manifesto aponta para algumas diretrizes e também faz alguns questionamentos.

Em relação às diretrizes, o manifesto informa que a SEEDUC apresentou soluções calcadas em acordos com a empresa Google, que usaria a plataforma Google Classroom como meio de garantir a oferta de escolarização e a letividade da carga horária em ambiente virtual. O manifesto aponta que duas comunicações internas (a CI SEEDUC/SUGEN SEI nº 22, de 05 de abril de 2020, e a CI SEEDUC/SUGEN SEI nº 26, que divulga o plano de ação pedagógica, de 23 de abril de 2020) objetivaram organizar pedagogicamente a educação remota para a população em situação prisional.

Entretanto, a plataforma não chegou às escolas prisionais. As medidas de afastamento social decorrentes da pandemia só fizeram aumentar o fosso entre o chamado mundo de fora e a realidade dentro dos muros da prisão. A educação que deveria ser ofertada para esses homens e mulheres se apresentou mais uma vez como uma questão secundária e invisibilizada, segundo o manifesto, e não contemplada nos diferentes documentos.

Sinaliza o manifesto, ainda, que a modalidade de Educação de Jovens e Adultos em privação de liberdade só foi aparecer na agenda de atividades da Secretaria após ação pública impetrada pelo Ministério Público da 2ª e da 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de

Proteção à Educação da Capital. A partir disso, a CI SEEDUC/SUGEN SEI nº26, a SEEDUC apresentou um plano pedagógico para esse público e propôs a elaboração de materiais pedagógicos realizados pelos docentes para serem entregues após o retorno das aulas. Fato é que, até a data de escrita deste texto, o material elaborado não chegou aos alunos.

Tivemos, no entanto, antecedentes promissores relativos à educação em privação de liberdade. Vimos que o Plano Estadual de Educação em Prisão do Rio de Janeiro (PEEP) foi elaborado por atores que trabalhavam ou vivenciavam a educação nesses espaços. Reafirmo que chegamos ao ano de 2020 e até o momento ele não foi publicado em Diário Oficial, para que se efetive.

Ainda assim, o PEEP tem a força de documento construído por profissionais que atuavam diretamente na oferta da educação em ambiente de privação de liberdade. Nele, foi levantada a necessidade da elaboração de material didático que atendesse aos anseios dos alunos, visando, desta maneira, a um conteúdo que fosse significativo e que pensasse principalmente na educação para os direitos humanos e no retorno dos presos e das presas ao convívio social, com vistas à inclusão laboral e digital.

Penso que nada era mais apropriado, naquele momento, que o oferecimento no formato a distância de um curso que, além de prepará-los para o mundo do trabalho, poderia servir de alento num período tão difícil da humanidade.

6.4 A transformação da arquitetura dos Cursos do “Programa Virar o Jogo”

Com o recrudescimento da pandemia no mundo e no Brasil, que sinalizava para um número grandioso de infectados e mortos nos meses seguintes ao decreto da Pandemia mundial pela OMS, o IFHT/UERJ buscou diálogo com a FSC no sentido de avançarmos em propostas que pudessem ajudar esses homens e mulheres a terem uma atividade que, além de diminuir a ociosidade que foi aumentada pelo efeito da pandemia para a população privada de liberdade, também pudesse dar formação humana voltada para a sua vida e para o mundo do trabalho.

O debate foi aberto e chegamos a algumas metas para aquele ano. Primeiramente, ficou descartada a possibilidade de as ações formativas ocorrerem de maneira presencial. Outro ponto levantado foi o de que a população carcerária, historicamente muito vulnerável, mais vulnerável ficara. A FSC reafirmou o compromisso com essa população e o IFHT/UERJ

se colocou à disposição para avançar na proposta. O fato foi que, em decisão conjunta, a FSC e o IFHT/UERJ começaram a arquitetura de novas ações a partir do cenário que se descortinava.

A renovação da parceria teve como objetivo dar continuidade às ações propostas no Plano de Trabalho de janeiro a junho de 2020, mas, tendo em vista a atual situação de pandemia mundial, as ações agora deveriam estar à luz do novo cenário. Para isso foram pensadas duas ações.

Uma das ações seria voltada especialmente para os servidores da Fundação, podendo ser extensiva aos gerenciados e colaboradores, constituindo como meta prioritária o fortalecimento institucional da Fundação. Outra ação ficou desenhada com previsão do oferecimento de turma piloto, aos gerenciados da FSC, do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, no formato totalmente virtual, ou autoinstrucional. Essa ação foi dividida em três etapas:

Etapa 1:

- Término da elaboração dos conteúdos do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, que consistia em 135 horas de um Curso de Extensão.
- Inclusão do curso no Sistema de Extensão (SIEXT) da UERJ.
- Preparação do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) do IFHT para o oferecimento dos Módulos e realização da “turma piloto”.
- Produção do formato inicial dos módulos do curso.
- Implementação do material no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) do IFHT.

Etapa 2:

- Realização da aula inaugural do curso, no formato virtual.
- Abertura dos módulos do curso para acesso dos alunos.

Etapa 3:

- Acompanhamento da avaliação dos módulos no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) do IFHT.
- Validação das 135 horas de módulos, disponibilizadas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) do IFHT.

- Certificação: emissão de declarações para os alunos do curso piloto.
- A ação que visava ao fortalecimento institucional da Fundação foi pensada na construção, apresentação e avaliação de Webpalestras Formativas a distância, com carga horária de 4 horas, para os servidores prioritariamente e também para os gerenciados, todas certificadas pelo IFHT.

Quando pensava na nova proposta de desenvolvimento de trabalho com a FSC, observei ali que poderia estar diante de um novo caminho para o desenvolvimento da pesquisa da tese que ora apresento.

O objetivo principal das ações da etapa 3, além de certificar os alunos, seria validar o conteúdo elaborado pela equipe do IFHT/UERJ, considerando as especificidades do público-alvo a quem é destinado. Seria relativa ao conteúdo dos módulos do curso e realizada através de um instrumento de avaliação do material relativamente a quesitos como clareza, linguagem, coerência interna, motivação despertada, entre outros.

Pensei: por que não usar o resultado desta pesquisa para saber da experiência desses alunos gerenciados pela FSC na aprendizagem a distância, em um curso que visa ao retorno deles ao mercado de trabalho? Afinal, o meu objetivo geral da pesquisa era “apresentar, construir e testar o Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo” num primeiro formato piloto.

Na elaboração dos conteúdos, pretendemos facilitar e transformar a relação dos indivíduos privados de liberdade com o trabalho, o que se daria com a cerzadura dos conteúdos teóricos transmitidos com a realidade. Nunca é demais lembrar que a base textual do material didático tem importância fundamental, exercendo quatro funções: referencial, instrumental, ideológica e cultural, além da função documental, justificando-se a necessidade de estudos relativos à concepção e ao desenvolvimento da mesma.

Os módulos que compõem o curso foram todos autoinstrucionais, o que significa que o conteúdo deveria ser autoexplicativo e de fácil aprendizado, com exemplos e indagações que estimulem a motivação de quem aprende. Além disso, a avaliação também teria exercícios breves, com *feedback*, que poderiam ter como função promover e monitorar a aprendizagem dos alunos.

Posteriormente, em outras ofertas do curso, o conteúdo dos módulos passaria por ajustes necessários à implementação final no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem da Fundação Santa Cabrini, com a possibilidade de apresentarem-se propostas outras atividades formativas, se assim fosse pactuado.

A partir do que foi conversado conjuntamente, o Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo foi submetido ao Sistema de Extensão da Uerj, vinculado à Pró- Reitoria de Extensão e Cultura (PR 3), no formato totalmente a distância, com 135 horas. Seu objetivo geral era promover a aprendizagem de conhecimentos básicos que facilitassem o ingresso no mercado de trabalho e teve como objetivo específico conhecer o perfil profissional e a postura do assistente administrativo.

O curso foi pensado em “formato Lego”, conhecido jogo de encaixe de peças para configurar figuras e objetos, ou seja, o aluno cursaria todos os módulos e no final, se vencesse todas as etapas, receberia o certificado com a carga horária completa. Caso ele parasse no meio do caminho ou se quisesse fazer apenas uma parte do curso, receberia o certificado do módulo que fez, com a carga horária relativa. O quadro a seguir mostra a estrutura didática do novo curso:

Quadro 4 – Estrutura didática do conteúdo

Módulos	Carga horária	Ementa
INFORMÁTICA PARA O MUNDO DO TRABALHO	15h	<ul style="list-style-type: none"> - Aspectos básicos e operacionais do uso do computador - Intranet e Internet - Acesso ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem - Windows - Pacote Office – Word - Pacote Office – Excel
ASPECTOS DO MUNDO DO TRABALHO	15h	<ul style="list-style-type: none"> - Mercado de Trabalho – Conceito e evolução histórica, Legislação e Reforma da Previdência - Empreendedorismo – Conceito, tipos e características. - Aspectos da criação e registro de um negócio - Qualificação Profissional – Perfil, Necessidades de aperfeiçoamento profissional, Comportamento Laboral; Processo Admissional - Educação para o Consumo e Educação Financeira
LÍNGUA PORTUGUESA PARA O MUNDO DO TRABALHO (Todas as atividades e material selecionados devem ser relacionados a situações práticas e da vida cotidiana e do trabalho, valorizando a Língua Portuguesa e a Comunicação)	30h	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da Língua Portuguesa e da comunicação no trabalho: Comunicação oral e escrita, variações da norma linguística, organização de ideias, figuras de linguagem - Elementos da comunicação: emissor, receptor, mensagem, ofício, memorando, relatório e outras formas de comunicação, aspectos formais e informais, uso de pronomes - Aspectos formais da Língua Portuguesa: acordo ortográfico, grafia, tempos verbais, concordância verbal e nominal - Coerência e precisão na comunicação: produção textual, interpretação de textos e os principais aspectos da língua portuguesa - O Português no uso das tecnologias: a linguagem nas tecnologias, e-mail, Whatsapp, Facebook, Telegram, intranet

<p>MATEMÁTICA PARA O MUNDO DO TRABALHO</p> <p>(Todas as atividades e material selecionados devem ser relacionados a situações práticas e da vida cotidiana e do trabalho e desenvolver as operações lógicas do pensamento)</p>	30h	<ul style="list-style-type: none"> - Importância da Matemática na vida e no trabalho: resolução de atividades lógico matemáticas (concretas); quatro operações fundamentais; sistema métrico decimal. (2 tempos) - Matemática financeira para o trabalho: regra de três simples e composta, juros e porcentagem. (4 tempos) - Matemática e Internet: dados de pesquisas de mercado, leitura de gráficos, perspectivas (prognósticos) através da leitura de pesquisas (2 tempos)
<p>CIDADANIA, ÉTICA, SUSTENTABILIDADE</p>	15h	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos Básicos da Cidadania: direitos e deveres civis, políticos e sociais; políticas e segurança pública voltada para adolescentes e jovens, cidadania e trabalho; diversidade - Conceitos Básicos de Ética: o que é ética; ética no ambiente de trabalho. - Conceitos Básicos de Sustentabilidade: o que é sustentabilidade; sustentabilidade e o ambiente de trabalho; responsabilidade para administração doméstica e profissional. - Saúde e qualidade de vida: conceito de saúde e importância da prevenção; saúde e doenças mais frequentes; vícios, drogas e responsabilidade pessoal. - Segurança no Trabalho: higiene e conforto no local de trabalho; alimentação do trabalhador; seguridade social; equipamento de proteção individual.
<p>FUNDAMENTOS DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO</p>	30h	<ul style="list-style-type: none"> - Perfil profissional e postura do assistente administrativo: características e qualificação do profissional, exigências da função, aspectos legais. - Aspectos humanos: competição, liderança, hierarquia, relações interpessoais. - Principais atividades profissionais. - Conhecimentos sobre documentos e correspondências; organização laboral; atendimento.
<p>Total</p>	135h	

Fonte: elaborado pelo autor, a partir da estrutura didática do Curso, 2020.

O curso serviu como um grande “guarda-chuva” que, além das competências relacionadas à profissão de assistente administrativo, abordava outros aspectos, com a proposta da formação humana e da educação em direitos humanos. Veja como foi descrito o conteúdo programático em uma das etapas para aprovação do curso. Os três próximos trechos foram parte do texto seu projeto, que foi publicado no SIEXT.

Um dos desafios da Educação no nosso país é chegar àqueles que não tiveram condições de acesso à educação formal no período previsto. Este curso busca atender a essa população, oferecendo uma gama de conhecimentos básicos que facilitem o ingresso no mercado de trabalho. O IFHT pretende fazer a primeira oferta desse curso para os egressos do sistema penitenciário e buscar novos parceiros, de modo que o conteúdo seja oferecido a diversas realidades de público. Dados do último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, de 2016, apresentam um crescimento da população privada de liberdade, em comparação ao relatório de 2014. O Brasil já ocupa a terceira posição nos países que mais encarceram. Assim, torna-se urgente pensar no retorno e na reinserção de homens e mulheres quando se encontram aptos ao convívio social, pensando em seu protagonismo, visando ao mercado de trabalho, à produção, ao serviço, ao provento familiar e à geração de renda. O Instituto Multidisciplinar de

Formação Humana com Tecnologias associa a expertise que acumula, na utilização da mediação tecnológica em processos remotos de formação humana, à missão da Fundação Santa Cabrini, de promover a ocupação produtiva da mão de obra remunerada dos apenados. O Curso Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo tem como proposta reforçar o pensamento crítico e social. Tem como objetivo a autonomia do pensar e reflexão dos temas atuais para reinserção ao mundo social e ao mercado de trabalho. Para desenvolver esses aspectos, será trabalhado o conhecimento do perfil profissional e da postura do assistente administrativo. Valorizaremos a compreensão das características, das exigências e dos aspectos legais da profissão. O curso procurará identificar aspectos humanos ligados à competição, à liderança, à hierarquia e às relações interpessoais. Bem como o conhecimento das principais atividades da profissão de Assistente Administrativo.

A Extensão Universitária da UERJ tem também uma enorme preocupação com a metodologia e com o público-alvo que deverá ser atingido. Nesse caso, o público era formado por jovens ou adultos com o Ensino Fundamental completo. A metodologia foi assim descrita:

Na educação mediada por tecnologias o aluno aprende à distância, com intenso suporte de dispositivos tecnológicos. Nesse caso, os elementos de mediação são as próprias ferramentas do ambiente virtual de ensino e aprendizagem. O curso proposto é de extensão universitária, com carga horária de 135h, desenvolvido no formato a distância, conjugando tecnologias de informação e comunicação na mediação da aprendizagem. Dividido em 18 unidades e 36 aulas, o aluno avançará nas etapas fazendo a leitura do conteúdo e respondendo as questões objetivas ao término de cada aula cumprindo o itinerário formativo. O material didático é elaborado para atender às necessidades de quem estuda sozinho, sob supervisão pedagógica virtual, com uma linguagem específica para motivar a aprendizagem individualizada. A avaliação da aprendizagem na educação mediada por tecnologias tem algumas especificidades. Refere-se ao significado que possuem aspectos como a qualidade do material didático utilizado, que atua intensamente sobre as estratégias cognitivas de construção de conceitos componentes do conteúdo do curso; a facilitação dos aspectos sócio comunicacionais e a utilização das ferramentas tecnológicas; a verificação não apenas do desenvolvimento de competências cognitivas, que fortalecem o corpo teórico que se pretende desenvolver com o curso, mas também das que estão relacionadas, por exemplo, à capacidade investigativa e do “desdobramento” do curso, conduzindo à formação ao longo da vida. Requer a aplicação de multiplicidade de formas e estratégias avaliativas que vão além da verificação da curva de aprendizagem dos alunos, mas de todo o ecossistema formativo estabelecido com o curso. O sistema de avaliação compreende: a aplicação de um instrumento de avaliação do material didático elaborado e a proposta de questões avaliativas, com autocorreção, ao final de cada aula, para que o aluno progrida para a aula seguinte, até completar todas as unidades.

Para completar a proposta, é importante que o curso tenha relação com Ensino, Pesquisa e Extensão, o que para o IFHT não foi difícil ancorar, devido à sua *expertise*

O desenvolvimento humano mediado por tecnologias é estruturante para a agenda da Educação. O tema é tratado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, ODS 4 e considera as questões da necessária ampliação do acesso; da garantia de qualidade das ofertas educacionais; do desenvolvimento de recursos educacionais abertos; e do compromisso com a educação ao longo da vida. Este projeto relaciona-se com as pesquisas em curso no IFHT e conduzidas por variados grupos. Quanto à relação com o Ensino, é de que o IFHT oferece todas as atividades educacionais com mediação tecnológica, em turmas de eletivas universais oferecidas na modalidade híbrida, em ambiente virtual de aprendizagem próprio e com encontros presenciais periódicos. Acreditamos que o lugar ocupado pela Universidade na sociedade insere-se no campo da geração e divulgação do saber e a extensão é instrumento da relação da universidade com a sociedade, contribuindo para a realização do compromisso social da primeira com o entorno que a cerca.

6.5 A produção dos módulos, a avaliação do aluno e do Curso

Para a produção do material didático dos cursos, foi elaborado um arquivo (*template*), Anexo 2, que serviu de guia para a construção dos módulos, levando-se em consideração a carga horária. Se o módulo fosse de 30 horas, como Língua Portuguesa para o mundo do Trabalho, Matemática para o mundo do trabalho ou Fundamentos da Orientação Profissional para Assistente administrativo, o número de aulas do módulo seria seis. Caso o conteúdo fosse de 15 horas, como Informática para o mundo do trabalho, Aspectos do mundo do trabalho ou Cidadania, Ética e Sustentabilidade, as aulas seriam em número de quatro.

Observemos alguns componentes da estrutura de todos os módulos do curso: todos tinham um **Vídeo de introdução** para cada aula, com a apresentação do professor, do conteúdo e do objetivo da aula. Eram utilizados **Glossários**, sob a forma de *Pop Up*, que serviam para dar mais informações, como “Esta palavra, nesta frase, possui o mesmo significado de:” Esse recurso foi utilizado pensando em ampliar o vocabulário dos alunos, de modo que se escrevia uma palavra e, logo em seguida, apresentava-se um sinônimo mais amigo da linguagem popular. Era usado sempre que escolhemos palavras ou termos considerados estranhos ao mundo do aluno.

Outro recurso foi o “**Lembra que já conversamos sobre isso?**”, usado quando um assunto já havia sido abordado anteriormente, para retomada do conteúdo anterior. Sempre que algum assunto já exposto na aula era lembrado posteriormente, o professor deveria indicar onde o assunto foi abordado para que o aluno pudesse retornar e reler.

Eram também apresentadas três **questões de fixação** para cada aula, de múltipla escolha e com gabarito comentado. Havia um vídeo **de conclusão** para cada aula, que voltava aos objetivos propostos, para uma revisão sucinta do que foi visto e uma palavra de incentivo à continuidade do curso. Por fim, havia uma **bibliografia** da disciplina.

Saliento ainda que havia algumas observações que precisavam ser levadas em conta na arquitetura dos módulos. O vídeo de introdução Aula 1 deveria conter informações como a apresentação do professor, a apresentação do objetivo geral do módulo específico da aula, além de uma palavra de incentivo motivacional, para que o aluno desse prosseguimento aos módulos, até concluir o curso.

O vídeo de conclusão, na última aula, deveria conter informações com apontamentos para a navegação remissiva sobre todo conteúdo que foi visto nas aulas anteriores, além de

tratar do objetivo geral novamente e despedir-se dos alunos, incentivando-os a continuarem a estudar, ressaltando a importância da aprendizagem ao longo da vida.

O sistema de avaliação compreendeu a aplicação de um instrumento de avaliação do material didático elaborado e a proposta de questões avaliativas, com autocorreção, ao final de cada aula, para que o aluno progrida para a aula seguinte, até completar toda a disciplina. Quando o aluno completava todas as disciplinas do curso, havia a conclusão integral, com total de 135 horas cursadas.

A certificação foi feita pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UERJ. O aluno poderia receber o certificado por disciplina com a carga horária correspondente a ela ou o certificado com a carga horária total, desde que integralizasse todas as etapas.

Ressaltamos a importância do *template* de construção das disciplinas, que muito facilitou o trabalho dos professores formuladores do material didático do curso. O *template* era apresentado aos professores durante o treinamento feito com a equipe pedagógica, de revisão e de produção do IFHT/UERJ, que orientava a produção dos módulos.

A título de ilustração inseri, no **Anexo 2**, o *template* de um módulo de 30 horas, com seis aulas, como já foi dito. O **Anexo 3** apresenta o *template* em elaboração, no qual é possível observar vários comentários de variados membros da equipe do IFHT. Por fim, há o **Anexo 4**, em que constam as telas do Ambiente Virtual com uma aula pronta. Assim, compreendemos que fica claro o processo de construção dos recursos educacionais.

Acredito ter oferecido ao leitor uma visão da estrutura e da forma como foram arquitetados os recursos educacionais utilizados nos cursos resultantes da parceria entre a FSC e o IFHT / UERJ. Assim, tratarei agora do percurso da pesquisa realizada para consolidar o objetivo desta tese de, além de apresentar a construção do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo, monitorar e avaliá-lo nesse primeiro formato piloto, verificando a sua adequação à população a quem é destinado, os indivíduos privados de liberdade.

7 O PERCURSO DA PESQUISA REALIZADA: A COLETA DOS DADOS

Neste capítulo, apresentarei a metodologia da pesquisa realizada e os seus resultados, a partir de análise do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo, resultado da parceria entre a Fundação Santa Cabrini (FSC) e o Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da UERJ (IFHT/UERJ).

A escolha da metodologia foi feita através de estudos e de reflexões sobre o tema, porque deve haver harmonia entre o problema definido, o objeto escolhido, os objetivos formulados e a metodologia empregada nessa pesquisa.

Uma reflexão presente aqui foi sobre como desenvolver a pesquisa sem que o sujeito se sentisse ameaçado ou desconfortável. Lembro que o público-alvo é composto por pessoas privadas de liberdade que ainda cumpriram pena, em regime aberto ou semiaberto previstos na lei de execução penal.

Relatarei aqui um fato que ocorreu comigo quando lecionava no Colégio Estadual Mario Quintana, na Penitenciária Lemos Brito, no Complexo do Gericinó, no Rio de Janeiro. Sou professor de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e, certo dia, após trabalhar elaboração de texto, apresentei os elementos da narrativa e pedi que os alunos fizessem textos narrativos. Para minha surpresa, um dos alunos veio até mim e disse que a narrativa não poderia ter muita informação pessoal e que temiam, em momentos de fiscalização na cela, que algum texto pudesse ser usado contra eles.

Mais uma vez entendi que estava num lugar onde os códigos de conduta estavam muito distantes daqueles que tinha vivenciado na realidade escolar que passara até ali.

Certa vez, ao propor a dinâmica do telefone sem fio, aquela em que é elaborada uma mensagem e ela deve ser passada, sem que haja a possibilidade de repetir, de ouvido a ouvido até chegar à última pessoa. O último que recebeu deve relatar como a mensagem chegou, no final é feita a comparação com a original. Após a proposta, um aluno disse que não se pode falar no ouvido do outro na prisão porque os guardas não gostavam. Não havia policiais penais nas salas de aulas, porém eles poderiam entrar a qualquer momento na escola e na sala de aula, aliás, as salas ou não tinham portas ou, se existissem, não podiam ser fechadas.

Portanto, reafirmo que a proposta do instrumento de pesquisa precisava ser bem elaborada porque, se não for, poderíamos estar diante do fracasso da pesquisa. O grupo selecionado para responder o questionário vivenciava um momento de privação de liberdade. Todos se encontravam ainda, de algum modo, sob a tutela da Secretaria de Estado de

Administração Penitenciária do estado do Rio de Janeiro (SEAP). Portanto, deveria haver, por parte do pesquisador, a garantia do anonimato da resposta e a segurança do entrevistado de que o sigilo realmente ocorreria. Lembro que é um público em situação de vulnerabilidade e que qualquer denúncia ou deslize praticado pode significar a regressão de regime, já explicado anteriormente nesta tese.

Não optei por entrevistas pelos motivos que passarei a relatar. Segundo Gil (2008), a entrevista pode ser definida como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e faz perguntas. A intenção é a obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista passa ser uma forma de interação social, com a característica especial de estabelecer um diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação. May (2004), aponta para o caráter de interação dos participantes da entrevista:

Os métodos para gerar e manter conversações com pessoas sobre um tópico específico ou um leque de tópicos e as interpretações que os pesquisadores fazem dos dados resultantes, constituem os fundamentos do ato de entrevistar e das entrevistas. As entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas. (MAY, 2004, p. 145).

Como já explicado anteriormente, o ano de 2020 foi marcado pelo reconhecimento de que o mundo vivenciava uma pandemia causada pela disseminação do coronavírus, extremamente contagioso e letal, o que forçou o distanciamento e, em alguns casos, o isolamento social. Dessa maneira, utilizar o instrumento “entrevista” para a coleta de dados, por motivos óbvios, não poderia ocorrer. A entrevista por telefone ou por algum recurso que utilizasse a Internet, também não poderia ser proposta porque o acesso tanto ao telefone como à internet no cárcere é limitado e depende de autorização da segurança. Descartamos, assim, essa possibilidade.

O questionário foi utilizado justamente para coletar os dados necessários para o desenvolvimento da pesquisa. Segundo Gil (2008), podemos dizer que o questionário é uma técnica de investigação que contém um conjunto de questões que são feitas a pessoas com o objetivo de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado.

Decidimos, portanto, utilizar o questionário como instrumento para a obtenção das informações necessárias em resposta às instigações elaboradas a partir da construção do Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo.

Segundo Cervo e Bervian (2002, p. 26): o “método se concretiza como o conjunto das diversas etapas ou passos que devem ser dados para a realização da pesquisa”. Essas etapas são as técnicas de pesquisa que se concretizaram nas etapas mostradas adiante.

Para elaborar o questionário, foi preciso refletir sobre os objetivos da pesquisa e passá-los para questões específicas. Por meio das respostas obtidas das pessoas, poderíamos ter as informações necessárias para testar as hipóteses ou esclarecer o problema da pesquisa.

Segundo Labes (1998), as etapas do questionário podem ser:

- a) pesquisa;
- b) elaboração do questionário;
- c) testagem ou pré-teste;
- d) distribuição e aplicação;
- e) tabulação dos dados;
- f) análise e interpretação dos dados.

Gil (2008) afirma que construir um questionário é estabelecer o diálogo dos objetivos da pesquisa com questões específicas. As respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população envolvida na pesquisa ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa.

[...] A construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário. (GIL, 2008, p. 121).

Outro ponto que foi levado em consideração à escolha do questionário diz respeito ao fato de que ele seria dirigido a pessoas privadas de liberdade, em regime aberto ou semiaberto, que poderiam estar em qualquer lugar do estado do Rio de Janeiro. Gil (2008) enumera essas vantagens e eu as comentarei.

a) A primeira vantagem exposta é que o questionário possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa, já que pode ser enviado pelo correio.

Conforme vimos, as pessoas fizeram o curso no formato totalmente a distância, usando suas mídias para entrar no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. Assim, elas poderiam estar em qualquer lugar do estado do Rio de Janeiro ou mesmo do Brasil, desde que autorizadas pelos instrumentos legais para se distanciarem do estado.

b) Implica menores gastos com pessoal, posto que o questionário não exige o treinamento dos pesquisadores.

O questionário foi apresentado ao final do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, dando aos alunos a liberdade de escolha de fazê-lo ou não.

c) Garante o anonimato das respostas.

Ao iniciar o questionário, aparecia a informação de que o respondente não precisava se identificar, garantindo assim o anonimato.

d) Permite que as pessoas o respondam no momento que julgarem mais conveniente.

O uso das Tecnologias da Informação e Comunicação possibilita justamente que a pessoa possa responder no seu tempo, inclusive de iniciar num momento, parar e retomar mais adiante sem prejuízo do que foi respondido anteriormente e com a possibilidade de revisão das respostas antes de enviar o arquivo definitivamente.

e) Não expõe os pesquisados à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Esse ponto também é relevante porque há, conforme já demostrei, algumas situações específicas que são inerentes a essas pessoas, inclusive devido à situação de privação de liberdade. A proximidade física poderia gerar algum constrangimento entre as partes, caso fosse uma entrevista.

A figura 4 mostra convite feito para que os alunos respondessem o questionário com a garantia do anonimato e de ser facultativo.

Figura 4 – Convite para que o aluno participe da pesquisa

Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Caro aluno do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, seja muito bem-vindo à Universidade do Estado do Rio de Janeiro!

Este curso é uma parceria entre a UERJ e a Fundação Santa Cabrini para ajudar no seu retorno ao mercado de trabalho de maneira mais preparada. Gostaríamos que você respondesse a esse questionário baseado no Curso.

Você verá também que há perguntas pessoais, para que possamos entender a sua vida enquanto esteve preso e, com isso, tenhamos condições de te auxiliar no desenvolvimento de ações para o melhor cumprimento da pena.

Você não precisa assinar o questionário, o que garante o sigilo nas informações.

Caso você concorde em realizar a pesquisa, saiba que ela servirá para organizar novas ofertas de cursos e também poderá servir como pesquisa acadêmica da UERJ.

[Responda as questões...](#)

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

Após a decisão de que o instrumento a ser utilizado seria o questionário, partimos para a elaboração da forma das questões. Em relação à forma, Gil (2008) apresenta três tipos de

questões: fechadas, abertas e dependentes ou relacionadas. As **perguntas abertas** são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas, as pessoas oferecem as próprias respostas.

Para exemplificar, no questionário havia uma pergunta: “Na prisão você teve acesso a quais itens de saúde e higiene?” A resposta era uma sequência em que eles poderiam marcar apenas um, alguns ou todos os itens: papel higiênico; sabonete; pasta de dentes; escova de dentes; médico; medicamentos; psicólogo; banho diário; sabão para lavar roupa; dentista; absorvente. Logo em seguida, perguntava se ele havia tido acesso a algum outro item de saúde e higiene e deixava um espaço para a resposta, caracterizando, dessa maneira, uma resposta aberta.

As **questões fechadas** são aquelas em que se pede aos respondentes que escolham uma alternativa dentre as que são apresentadas numa lista. Um exemplo de questão fechada presente no questionário elaborado foi: “Em relação ao seu gênero, você o declara:”. Em seguida havia as respostas dando alternativas de escolha, limitada a apenas uma: masculino; feminino; não-binário.

Nas **questões dependentes**, em decorrência da resposta dada a uma questão, o indivíduo passa a responder uma ou outra pergunta da sequência. Um exemplo, também utilizando o questionário formulado, é: “Você estudou em escola dentro da prisão?” A resposta para essa questão era fechada (sim ou não), porém se a resposta fosse “Sim”, automaticamente o questionário partia para mais duas questões que eram: “Quanto tempo estudou em escola na prisão?” e “Qual a última série que você estudou na prisão?”, sendo as duas respostas abertas. Se a resposta à pergunta “Você estudou em escola dentro da prisão?” fosse negativa, obviamente, não haveria continuidade. Estamos diante, portanto, de uma questão dependente.

Sintetizando: no questionário elaborado, as **questões fechadas** apresentavam ao respondente um conjunto de alternativas de resposta para que fosse escolhida a que melhor representava a sua situação ou ponto de vista.

Figura 5 – Mostra um exemplo de questão fechada

Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Modo: Anônimo

Nesta primeira etapa, você responderá perguntas ligadas à sua vida pessoal e também relativas ao tempo em que você esteve preso em regime fechado ou semiaberto.

Em relação à sua cor, você a declara *

Amarela
 Branca
 Indígena
 Preta
 Preta

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020

As **questões relacionadas** são aquelas dependentes da resposta dada a outra questão. A partir da resposta positiva da questão a seguir, o aluno seguia para dizer o tempo que estudou na escola em prisão e a última série cursada, conforme figura 6.

Figura 6 – Mostra um exemplo de questão relacionada

Você estudou em escola dentro da prisão? *

Sim
 Não

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020

Nas **questões abertas**, apresentamos a pergunta e deixamos um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta.

Figura 7 – Mostra um exemplo de questão aberta

Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Modo: Anônimo

Agora nos conte um pouco sobre seu tempo de estudo dentro da prisão.

Quanto tempo estudou em escola na prisão? *

Qual a última série que estudou na prisão? *

Este formulário contém campos obrigatórios marcados com *.

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020

Ponto relevante ainda é o de que as questões devem estar condicionadas a fatores da natureza da informação desejada, o nível sociocultural dos interrogados etc. Gil (2008) fala de algumas regras básicas que devem ser observadas com as quais concordo:

- a) devem ser incluídas apenas questões relacionadas ao problema pesquisado;
- b) não devem ser incluídas questões cujas respostas podem ser obtidas de forma mais precisa por outros procedimentos;

- c) devem-se levar em conta as implicações da questão com os procedimentos de tabulação e análise dos dados;
- d) devem ser incluídas apenas as questões que possam ser respondidas sem maiores dificuldades;
- e) devem ser evitadas questões que penetrem na intimidade das pessoas. (GIL, 2008, p. 126).

Por certo que incluir somente questões que sejam relevantes ao problema torna o questionário menos cansativo e também ajuda no momento da tabulação dos resultados. Outro ponto que ressalto é a observação de evitar questões que penetrem na intimidade das pessoas, aspecto muito delicado para a população privada de liberdade.

Por fim, outra preocupação relação à formulação das perguntas relaciona-se ao fato de que o conteúdo da resposta deve ter relação direta ao modo como foi formulada a pergunta. Gil (2008) diz que algumas normas já estão consagradas a esse respeito e assinala:

- a) as perguntas devem ser formuladas de maneira clara, concreta e precisa;
- b) deve-se levar em consideração o sistema de referência do interrogado, bem como o seu nível de informação;
- c) a pergunta deve possibilitar uma única interpretação;
- d) a pergunta não deve sugerir respostas;
- e) as perguntas devem referir-se a uma única ideia de cada vez. (GIL, 2008, p. 126).

Posso dizer, pela minha experiência de ter trabalhado no sistema prisional e por ter acompanhado quase que cotidianamente aquela realidade, que se deve ter cuidado redobrado ao formular uma questão.

A cognição dos indivíduos aprisionados, após anos de reclusão, é muito afetada. As palavras utilizadas, por exemplo, não poderão deixar dúvidas quanto ao seu significado. Importante também é entender que eles têm referências diferentes das nossas. Aqui recordo o episódio que contei sobre a atividade proposta em sala de aula, em que pedi a produção de uma narrativa em primeira pessoa. Ou a dinâmica do telefone sem fio, em que eles disseram que na prisão não se fala ao pé do ouvido. Esse cuidado deve permear um questionário como o que foi elaborado. Não haveria o menor problema na atividade proposta extramuros, porém o fato de estarem presos, e por causa de código estabelecido no cárcere, a narrativa em primeira pessoa ou o falar ao ouvido do outro se torna perigoso. Daí ter dito que há outras referências.

O instrumento foi pensado e construído à luz das preocupações e observações feitas anteriormente neste capítulo. Agora avançaremos mais um pouco no entendimento da estrutura do questionário e dos procedimentos utilizados na coleta de dados da pesquisa.

7.1 A estrutura do instrumento de pesquisa

Quando começamos a construção do questionário, pensamos em alguns blocos que poderiam nos ajudar no entendimento do resultado. O primeiro bloco descreveu o perfil dos alunos gerenciados pela FSC. Iniciamos com a informação de que, naquela etapa, eles iriam responder perguntas ligadas às suas vidas pessoais e também relativas ao tempo em que estiveram presos em regime fechado ou semiaberto. Como já disse anteriormente, os presos ou internados no regime fechado não tiveram acesso ao conteúdo do curso por não terem como entrar na internet.

Em seguida, começamos com as questões e a primeira desse bloco era em relação à cor com que se autodeclararam. Colocamos as alternativas baseadas na definição de cor/'raça' do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): amarela, branca, indígena, parda, preta.

A segunda questão abordava gênero, perguntava como se declaram, apresentando três possibilidades de resposta, masculino, feminino e não binário.

A terceira questão foi elaborada em relação à orientação sexual, para saber como eles se declaram: heterossexual, bissexual, gay, lésbica e transexual.

Finalizando o bloco de perfil dos alunos, uma quarta questão procurava saber a faixa de idade dos participantes naquele momento. A distribuição era feita em faixas etárias, da seguinte maneira:

- 18-21 anos
- 22-25 anos
- 26-31 anos
- 32-40 anos
- 41-50 anos
- 51+ anos

Coloco aqui a imagem que representa como as questões eram apresentadas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

Figura 8 – Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Página inicial / Módulo / Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo / Geral
/ Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo
/ Completar a pesquisa

Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Módulo: Avaliação

Nesta primeira etapa, você responderá perguntas ligadas à sua vida pessoal e também relativas ao tempo em que você esteve preso em regime fechado ou semiaberto.

Em relação a sua raça, você se declara?*

Amarela
 Branca
 Indígena
 Parda
 Preta

Em relação ao seu gênero, você se declara?*

Masculino
 Feminino
 Não binário

Qual é sua orientação sexual?*

Heterossexual
 Bissexual
 Gay
 Lésbica
 Transsexual

Qual é sua faixa de idade hoje?*

18-21 anos
 22-25 anos
 26-31 anos
 32-40 anos
 41-50 anos

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ

O segundo bloco abordava duas questões relevantes no universo prisional, que são a assistência educacional e a assistência à saúde, previstas na Lei de Execução Penal brasileira, já vista nesta tese. Lembro que todos os itens aqui colocados como possíveis respostas foram enumerados com o apoio de Assistente Social, Pedagogo e Psicólogo que atuam na Fundação Santa Cabrini. Houve, por parte dos formuladores das questões, a preocupação de que os itens apresentados estivessem em consonância com o que deveria ser oferecido aos presos e internados, segundo o Sistema Carcerário, e garantidos na Lei.

A primeira questão desse segundo bloco questionava se o preso ou internado teve acesso itens de saúde e higiene, e quais foram. Havia ainda a recomendação de que poderiam marcar quantas fossem necessárias. Os itens foram:

- Papel higiênico
- Sabonete
- Pasta de dente
- Escova de dente
- Médico
- Medicamentos

- Psicólogo
- Banho diário
- Sabão para lavar roupa
- Dentista
- Absorvente

Essa questão também trazia a possibilidade de que dissessem outros itens que não estavam listados, que entendiam fazer parte de saúde e higiene.

A segunda questão desse bloco versava sobre a escolaridade deles no momento da prisão ou internação. Perguntava-se até que ano escolar estudaram antes de ingressar na prisão. As alternativas são estas, colocadas a seguir.

- Nunca havia estudado
- 1º - 3º Ensino Fundamental
- 4º - 5º Ensino Fundamental
- 6º - 7º Ensino Fundamental
- 8º - 9º Ensino Fundamental
- 1º - 2º Ensino Médio
- 3º Ensino Médio
- Iniciou ao Curso superior, mesmo que não tenha concluído

Vejam as questões e a maneira como eram apresentadas no Ambiente Virtual.

Figura 9 – Avaliação do acesso à assistência educacional e assistência à saúde

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

Após responder a essa questão, a pergunta seguinte buscava saber se estudaram em escola dentro da prisão, tendo duas alternativas: Sim ou Não.

Caso o aluno respondesse que não, trilhava o caminho direto para as perguntas do bloco 3. Se a resposta fosse positiva, ele continuaria respondendo a mais duas questões dependentes e abertas ainda do bloco 2, que eram:

- Quanto tempo estudou em escola na prisão?
- Qual a última série que estudou na prisão?

As duas questões ofereciam, cada uma, caixa em branco para que o aluno escrevesse a resposta, como mostram as imagens a seguir.

Figura 10 – Tempo que estudou na prisão

Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Modo: Anônimo

Agora nos conte um pouco sobre seu tempo de estudo dentro da prisão.

Quanto tempo estudou em escola na prisão? *

Qual a última série que estudou na prisão? *

Este formulário contém campos obrigatórios marcados com *.

[Página anterior](#) [Próxima página](#) [Cancelar](#)

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

Encerramos, dessa forma, o segundo bloco.

No terceiro bloco, buscamos avaliar a grade curricular do curso. Como vimos anteriormente, montamos a grade com seis disciplinas, com o conteúdo específico de cada uma e com a preocupação de relacioná-lo ao mundo laboral e à formação humana.

As disciplinas que faziam parte da grade eram: Informática Aplicada ao Mundo Trabalho; Língua Portuguesa Aplicada ao Mundo Trabalho; Cidadania, Ética e Sustentabilidade; Matemática Aplicada ao Mundo do Trabalho; Aspectos do Mundo do Trabalho, Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo. Todas as avaliações foram solicitadas em menções que variavam entre “bom, regular e ruim”, da seguinte forma:

Figura 11 – Avaliação das disciplinas da grade curricular

Avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Modo: Anônimo

Agora, você responderá perguntas relativas ao Curso de Treinamento Profissional de Assistente Administrativo, lembrando que as respostas ajudarão em novas ofertas do curso.

Como você classifica o conteúdo da disciplina "Informática aplicada ao mundo trabalho"?

Bom
 Regular
 Ruim

Como você classifica o conteúdo da disciplina "Língua Portuguesa aplicada ao mundo trabalho"?

Bom
 Regular
 Ruim

Como você classifica o conteúdo da disciplina "Cidadania, ética e sustentabilidade aplicadas ao mundo trabalho"?

Bom
 Regular
 Ruim

Como você classifica o conteúdo da disciplina "Matemática aplicada ao mundo trabalho"?

Bom
 Regular
 Ruim

Como você classifica o conteúdo da disciplina "Aspectos do mundo do trabalho"?

Bom
 Regular
 Ruim

Como você classifica o conteúdo da disciplina "Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo"?

Bom
 Regular
 Ruim

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

Completando o terceiro bloco, perguntamos de quais as disciplinas mais gostaram e menos gostaram e pedimos uma justificativa e/ou comentário sobre as escolhas. Tanto a justificativa como o comentário sugerido, eram opcionais.

Essa foi a primeira imagem apresentada sobre essa questão.

Figura 12 – Avaliação da disciplina de que mais gostou e porque

Das disciplinas abaixo, qual você mais gostou?

Informática aplicada ao mundo trabalho
 Língua Portuguesa aplicada ao mundo trabalho
 Cidadania, ética e sustentabilidade aplicadas ao mundo trabalho
 Matemática aplicada ao mundo trabalho
 Aspectos do mundo do trabalho
 Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo

Justifique (opcional)

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

Esta era a segunda imagem da questão.

Figura 13 – Avaliação da disciplina que menos gostou e justificativa

Das disciplinas abaixo, qual você menos gostou?*

- Informática aplicada ao mundo trabalho
- Língua Portuguesa aplicada ao mundo trabalho
- Cidadania, ética e sustentabilidade aplicadas ao mundo trabalho
- Matemática aplicada ao mundo trabalho
- Aspectos do mundo do trabalho
- Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo

Justifique (opcional)

Se quiser, escreva nas linhas abaixo mais algum comentário

Este formulário contém campos obrigatórios marcados com *.

[Página anterior](#) [Submeter as suas respostas](#) [Cancelar](#)

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

O quarto bloco buscava compreender a amigabilidade do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem. O Ambiente deve ser um espaço no qual o aluno se sinta bem e seguro. Litto (2010), ao discorrer sobre o ensino a distância alerta para o fato de que todo curso deve ser sempre preparado por uma equipe de especialistas, cada um usando seu talento e experiência. Dessa forma, completa o autor, a produção de um produto organizado nos mínimos detalhes consegue obter o êxito planejado. O planejamento, feito com muita antecedência e sem improvisação, possibilita a qualidade e o sucesso do curso a distância. Foi esse cuidado que estabelecemos para a construção do material didático produzido. Já mencionei aqui, inclusive, sobre o treinamento feito com os professores antes do início da produção do material. Diz Litto (2010):

Todas as estratégias convencionais de EAD compartilham da mesma estrutura operacional, começando com uma equipe multidisciplinar, composta por um gerente do curso; um (ou mais) especialista acadêmico na matéria (normalmente chamado de “conteudista”); um especialista em mídia (impressos, vídeo, rádio, televisão); um produtor de som e vídeo; um designer gráfico; um bibliotecário; um programador de software (quando for envolver o computador); e um tutor-chefe (para supervisionar os tutores que dão apoio aos alunos) [...] Se há improvisação, ela ocorre nessa fase de planejamento e produção, não na fase da realização do curso, quando dezenas, centenas ou até dezenas de milhares de alunos e tutores estão engajados nas tarefas apropriadas de aprender e apoiar. Curiosamente, o conteudista tem um papel de

grande importância no planejamento e produção do curso, mas não na sua realização, porque os alunos estão recebendo o conteúdo que aquele profissional planejou através dos textos impressos ou dos vídeos com som e imagem. A experiência mostra que, com a exceção de programas de estudo muito avançados educacionalmente (como doutorado ou pós-doutorado), não há necessidade de ter uma autoridade célebre como conteudista de um curso a distância. É mais eficaz ter um grupo de desconhecidos, competentes (executando um eficiente e exaustivo trabalho de planejamento de levar o aluno à compreensão profunda da matéria) ao invés de ter um personagem famoso e talvez sem o tempo e a paciência para fazer parte de uma equipe multidisciplinar, com uma hierarquia horizontal e não vertical (LITTO, 2010, p. 45-46).

Foi exatamente pensando na qualidade do material produzido que a equipe se organizou, buscando fazer o melhor, de maneira que o resultado se traduzisse numa aprendizagem significativa.

Ainda sobre vantagens do ensino a distância, Litto (2010) alerta para um cuidado que devemos ter com o Ambiente Virtual, que deve ser interativo, amigável, de fácil compreensão e navegação. Ele lembra que, no início da aprendizagem eletrônica (*e-learning*), os alunos tinham muitas dificuldades por causa das inconsistências na navegação e na apresentação da informação. Alertou ainda sobre a descontinuidade entre diferentes áreas funcionais (principalmente quanto ao acesso ao conteúdo do curso, as discussões que ocorriam nos grupos e procedimentos de avaliação dos estudantes).

Havia certa inflexibilidade e uma não “amigabilidade” no sistema, resultado do fato de que se continuava a utilizar no novo sistema o paradigma antigo da sala de aula presencial, com toda a atenção centrada no professor, com design linear e excessivamente restritivo em relação aos procedimentos. Essa não “amigabilidade” do sistema ou do ambiente acaba por afugentar os estudantes, daí a necessidade de fazer um material comprometido com a aprendizagem dos alunos. Diz Litto (2010):

Em algumas plataformas é possível observar a redução significativa da sensação de presença de seres humanos comunicando-se, substituídos por processos essencialmente automatizados (às vezes chamados “a quinta geração da EAD”); outros procuram enfatizar, para o aluno, no ambiente de aprendizagem, a sensação de “conforto” e “aconchego” para o aluno. Hoje existem muitas plataformas, tanto comerciais quanto gratuitas, que seguem os princípios, agora consolidados, de design: fácil de usar, fácil de acessar, flexível e eficaz. (LITTO, 2010, p. 51, grifos do autor).

O autor lembra que, atualmente, as coisas mudaram bastante e muitos problemas do passado não estão mais presentes. Porém, para que o ensino ocorra de maneira amigável, a equipe deve estar bem “azeitada” no propósito. Nesse bloco, relativo à sala de aula virtual, pensamos em três questões, estabelecendo os graus de bom, regular e ruim. Também nelas só havia a possibilidade de marcar uma alternativa. A primeira questão era sobre como avaliavam a "Facilidade de acesso".

A segunda questão perguntava como eles avaliavam o "Suporte Técnico". E por fim, a última pergunta do bloco era a respeito de como avaliavam o "Aspecto Visual" do Ambiente Virtual. Abaixo, a tela que apresenta as perguntas desse terceiro bloco.

Figura 14 – Avaliação da sala de aula virtual “Facilidade de acesso”, “Suporte técnico” e “Aspecto Visual”

Em relação à sala de aula virtual, como você avalia o item "Facilidade de acesso"*

Bom
 Regular
 Ruim

Em relação à sala de aula virtual, como você avalia o item "Suporte Técnico"*

Bom
 Regular
 Ruim

Em relação à sala de aula virtual, como você avalia o item "Aspecto Visual"*

Bom
 Regular
 Ruim

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

O quinto e último bloco versava sobre a análise de recursos educacionais digitais que estavam presentes no Curso. Havia a preocupação de que os objetos de aprendizagem construídos seguissem alguns critérios sobre os quais discorrerei aqui. Deixo claro que, quando me refiro ao recurso educacional digital, coloco-o como um objeto da aprendizagem.

Esses recursos educacionais poderiam também funcionar isoladamente, em outro contexto, de maneira que pudessem ser reutilizados por diferentes usuários. Segundo Wiley (2009), a ideia de objetos de aprendizagem não é exatamente nova e ele considera o seu início, conforme Gerard, em 1969, quando falava sobre pequenos modulares, componentes instrucionais reusáveis e de unidades curriculares, as quais poderiam ser estruturadas em pequenas partes combináveis.

A concepção dos objetos de aprendizagem se popularizou em 1992, quando Wayne Hodgins (2000) utilizou uma explícita comparação deles com o brinquedo LEGO, usado por crianças, metáfora que utilizamos neste texto. Hodgins pretendia trazer o entendimento do que seriam essas “estratégias de aprendizagem” e “blocos de conceitos”. Dessa forma, e com essa perspectiva, os objetos de aprendizagem foram entendidos como as peças desse brinquedo

infantil, que podem ser empilhadas para compor uma nova peça ou remodeladas, para formar um novo objeto.

Esse primeiro curso, feito em parceria entre UERJ e FSC, com a intenção de capacitar os seu gerenciados, tinha a perspectiva de que fosse a base de outros que poderiam ser de interesse da clientela. Com a continuidade do programa desenvolvido em conjunto com o IFHT/UERJ, neste ano de 2021, estamos submetendo mais uma proposta de curso para avaliação no Sistema de Extensão da UERJ: *Treinamento e Qualificação Profissional de Auxiliar de Serviço de Documentação, Informação e Pesquisa*, que têm como base alguns módulos que compõem o Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo, cuja avaliação e adequação encerramos com os resultados desta pesquisa. Dessa forma, o aluno cumpre uma caminhada básica e depois pode trilhar vários caminhos formativos. Estamos diante de um “Modelo Lego”. Essas são as perguntas desse quinto bloco, no Ambiente Virtual.

Figura 15 – Avaliação do recurso “imagem”, “Textos”, “Vídeos” e “Charges”

Como você avalia o recurso
"Imagens"*

Bom
 Regular
 Ruim

Como você avalia o recurso
"Textos"*

Bom
 Regular
 Ruim

Como você avalia o recurso
"Vídeos"*

Bom
 Regular
 Ruim

Como você avalia o recurso
"Charges"*

Bom
 Regular
 Ruim

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

8 O PERCURSO DA PESQUISA REALIZADA: A ANÁLISE DOS DADOS

O Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo foi oferecido na modalidade a distância, nos meses de agosto até dezembro de 2020, no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, tendo por objetivo geral promover a aprendizagem de conhecimentos básicos que facilitem o ingresso no mercado de trabalho e objetivos específicos de promover o conhecimento do perfil profissional e da postura do assistente administrativo e a compreensão das características, as exigências e os aspectos legais da profissão. Todo o Ambiente Virtual foi customizado para que fosse um espaço amigável, com a preocupação de ser autoexplicativo e agradável para desenvolver as atividades propostas.

No plano de trabalho, construído conjuntamente entre a FSC e o IFHT/UERJ, foram disponibilizadas duzentas (200) vagas para a primeira oferta para os gerenciados pela Fundação. A exigência prévia era que os alunos deveriam ter o Ensino Fundamental completo.

O curso proposto, de extensão universitária, com carga horária de 135h, conjugou as tecnologias de informação e comunicação na mediação da aprendizagem. Dividido em 36 aulas, em seis módulos, o aluno avançaria nas etapas fazendo a leitura do conteúdo e respondendo as questões objetivas ao término de cada aula, cumprindo o itinerário formativo. O material didático foi elaborado para atender às necessidades de quem estuda sozinho, sob supervisão pedagógica virtual, com uma linguagem específica para motivar a aprendizagem individualizada.

A avaliação da aprendizagem na educação mediada por tecnologias tem algumas especificidades. Refere-se aos significados, que têm aspectos como a qualidade do material didático utilizado, que atua intensamente sobre as estratégias cognitivas de construção de conceitos componentes do conteúdo do curso; a facilitação dos aspectos sociocomunicacionais e da utilização das ferramentas tecnológicas; a verificação não apenas do desenvolvimento de competências cognitivas, que fortalecem o corpo teórico o qual se pretende desenvolver com o curso, mas também das que estão relacionadas, por exemplo, à capacidade investigativa e ao “desdobramento” do curso, o que conduz à formação ao longo da vida.

Esse processo requer a aplicação de multiplicidade de formas e estratégias avaliativas que vão além da verificação da curva de aprendizagem dos alunos, mas de todo o ecossistema

formativo estabelecido com o curso. O sistema de avaliação compreende, como já dissemos, a aplicação de um instrumento de avaliação do material didático elaborado e a proposta de questões avaliativas, com autocorreção ao final de cada aula, para que o aluno progrida para a aula seguinte, até completar todas as etapas do módulo.

A seleção dos alunos foi feita pela FSC no banco de informação lá existente e também por meio do seu site. Este foi o cartaz de divulgação utilizado:

Figura 16 – Divulgação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Fonte: Fundação Santa Cabrini, 2020 Disponível em: <https://m.facebook.com/fundacaosantacabrini/photos/a.664919120572597/1240246843039819/?type=3&source=48>

A aula inaugural ocorreu no dia 26 de agosto de 2020, dando início ao curso, que teve a certificação em dezembro de 2020, com a cerimônia de entrega das declarações de conclusão.

Figura 17 – Cartaz de divulgação da cerimônia de certificação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

CERIMÔNIA DE ENCERRAMENTO

CERTIFICAÇÃO DO CURSO DE TREINAMENTO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

APRESENTAÇÃO

RONALDO MELO
Professor

DARCY LUIZ MOREIRA
Presidente da Fundação Santa Cabrini

ELOIZA OLIVEIRA
Professora Titular da UERJ e Diretora do IFHT

CLÁUDIA GONÇALVES
Pró-reitora de Extensão e Cultura (PR3) da UERJ

FÁBIO PARAVIDINO
Subsecretário de Estado de Trabalho e Renda (SETRAB)

CEL MARCO AURÉLIO SANTOS
Secretário de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

70 anos UERJ
PR3 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
ifht INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO HUMANA COM TECNOLOGIAS
GOVERNO DO ESTADO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE TRABALHO E RENDA
FUNDAÇÃO SANTA CABRINI

Fonte: Fundação Santa Cabrini, 2020. Disponível em: <https://m.facebook.com/fundacaosantabrini/photos/a.664919120572597/1188363778228126/?type=3&source=48>

Conforme vimos anteriormente, no plano de trabalho foi oferecida a possibilidade de duzentas vagas para os gerenciados pela FSC. Naquele momento, 100 pessoas foram inscritas, após a análise das exigências para o ingresso no curso. Essas pessoas, além da escolaridade mínima exigida pelo IFHT, deveriam ter acesso à internet para poder navegar no ambiente virtual. O acesso ao conteúdo poderia ser feito, inclusive, por meio de celular, na modalidade *mobile learning*.

No relatório feito após o término do Curso, verificou-se que oito alunos não acessaram o ambiente virtual. Dos alunos que o acessaram, 62 terminaram todo o curso, o que já pode demonstrar o interesse do público e também o sucesso da iniciativa.

Os alunos que não completaram a totalidade do curso tiveram direito a receber declarações parciais com o nome das disciplinas e com a carga horária correspondente. Essa informação é relevante, inclusive porque ele pode conseguir a remição da pena pelo estudo, conforme previsto na Lei 12.433 de 2011, acionando a Vara de Execução Penal, buscando a progressão de pena.

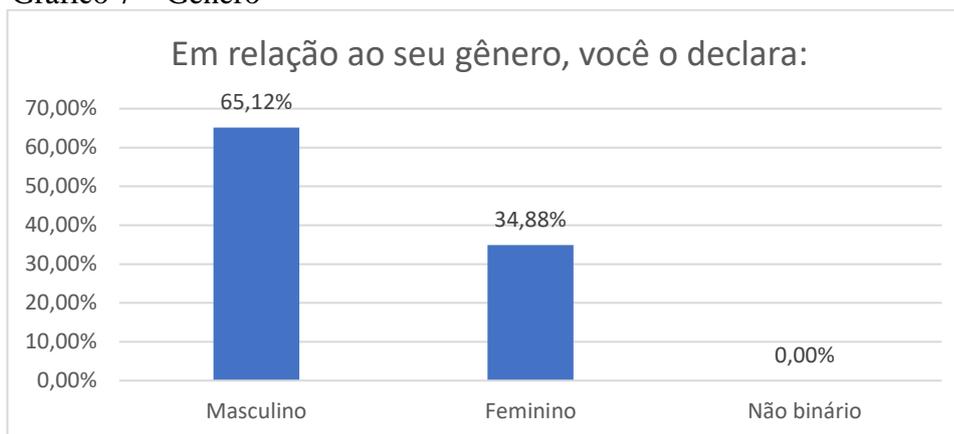
Conforme já foi dito, não havia a obrigação de responder ao questionário, porém, surpreendentemente, do total de 62 alunos concluintes, 43 responderam ao término do curso.

O universo de 43 alunos, embora reduzido quando pensamos na população carcerária fluminense, serviu para compreender aspectos do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional. Em novas ofertas, num cenário sem a pandemia que ainda assola o mundo, será necessário que novas pesquisas se façam pensando no aprimoramento do conteúdo e do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem.

A continuação da análise dos dados será feita com esse número, que corresponde à quantidade de alunos que concluíram e responderam o instrumento de pesquisa, totalizando, para efeito de tabulação, os 100% do universo pesquisado. O primeiro Bloco, relacionado à identificação dos alunos, corresponde aos que concluíram o curso e responderam ao questionário.

A primeira pergunta que iremos tabular aqui é “Em relação ao seu gênero, você o declara”, as alternativas eram as três já citadas. Tivemos 65,12% de homens e 34,88% de mulheres, ou seja, 28 homens e 15 mulheres. Ninguém declarou a opção “não binário”. Talvez isso se explique por ser muito delicada ainda a questão do gênero na sociedade brasileira de maneira geral. Penso que em situação de privação de liberdade, esse tema é tabu. Quando trabalhei numa penitenciária, certa vez, um aluno me disse que muitos deles mantinham relações sexuais e de parcerias, mas o assunto não era comentado. Outra coisa relevante é que o termo “não binário” não esteja no conhecimento deles.

Gráfico 7 – Gênero

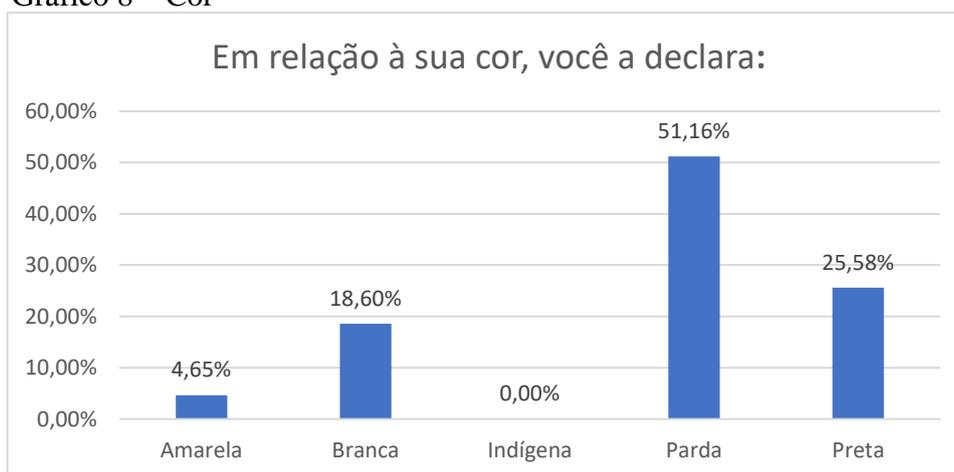


Fonte: elaborado pelo autor, 2020

Em relação à cor, as alternativas eram amarela, branca, indígena, parda e preta, totalizando cinco opções. No universo que respondeu, ninguém se declarou indígena. Duas pessoas, ou seja, 4,65%, declararam-se amarelas. As pessoas que se autodeclararam brancas foram oito, totalizando 18,60%.

Em relação à cor parda, 22 pessoas se declaram assim, assumindo a predominância amostral, com 51,16%. As pessoas pretas totalizaram 11, o percentual de 25,58%. Se somarmos as pessoas que se declararam pardas e pretas, temos um universo de 33 pessoas, totalizando 76,74% do universo.

Gráfico 8 – Cor



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Dados do INFOPEN (2017) em relação à cor ou etnia da população prisional brasileira, informa que 46,2% das pessoas privadas de liberdade no Brasil são de cor/etnia parda, seguido de 35,4% da população carcerária de cor/etnia branca e 17,3% de cor/etnia preta. Somadas, as pessoas presas de cor/etnia preta e parda totalizam 63,6% da população carcerária nacional.

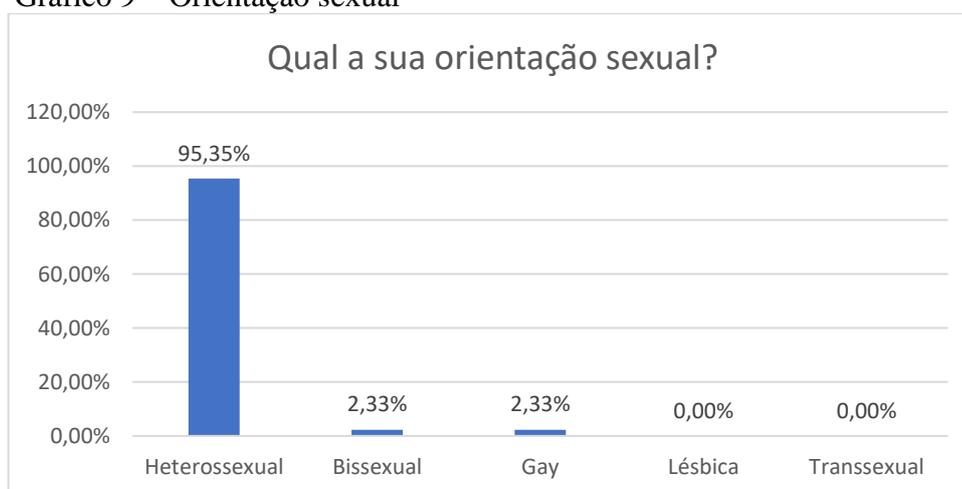
No universo aqui descrito, notamos uma diferença grande, de mais de 13% de pardos e pretos, em relação ao número nacional, o que talvez se explique pelo fato do estado do Rio de Janeiro ter um número elevado de pretos e pardos, o que pode ter relação com o fato de termos sido um porto de desembarque da população escravizada, por ter sido sede do Império Brasileiro e também capital da República até o ano de 1960.

Em relação à especificação da orientação sexual, a esmagadora maioria — 41 pessoas — se declarou heterossexual, atingindo o percentual de 95,35%. Apenas uma pessoa se declarou gay e uma se declarou bissexual, o que corresponde apenas a 4,65%. Nenhuma mulher se declarou lésbica.

Aqui também deixo registrada a dificuldade em relação à orientação sexual e declarar-se lésbica. O presídio feminino, em dia de visitar familiar, é muito mais silencioso e menos frequentado que os masculinos. Eu relaciono isso ao fato de que muitas das mulheres acabam servindo ao crime por imposição de seus companheiros quando estavam em liberdade. Portanto, a maioria delas, quando são presas não recebem visita familiar e muito menos visita íntima.

Como vimos, a família acaba levando alguns itens importantes para a dignidade das pessoas presas. Porém, quando não há essas visitas, os itens também não chegam. Assim, é muito natural que mulheres se associem a outras que gozem de maior prestígio ou que conseguem ter acesso a bens materiais mais raros. A associação sexual acontece no intramuros, porém elas não se declaram lésbicas.

Gráfico 9 – Orientação sexual



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Fechando o bloco que tratou da identificação dos alunos, perguntamos qual a faixa de idade deles atualmente. Separamos as alternativas em seis faixas etárias, da seguinte maneira:

18-21 anos; 22-25 anos; 26-31 anos; 32-40 anos; 41-50 anos; 51+ anos. Essa estratificação também seguiu o critério adotado nos dados registrados no INFOPEN (2017).

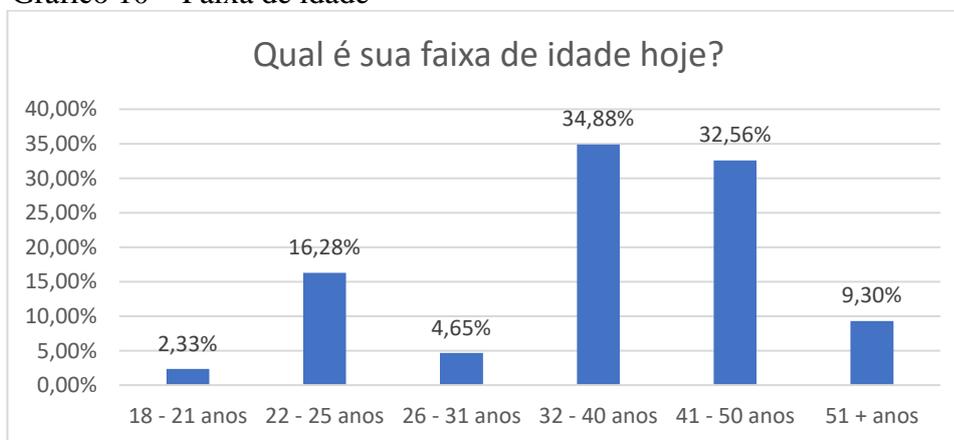
Esclareço ainda que, na Lei nº 12.852/2013, que instituiu o estatuto da juventude e dispôs sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE), em seu Artigo 1º, parágrafo primeiro, esclarece que, para os efeitos da Lei, são consideradas jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos (BRASIL, [2018]). Usarei, portanto, a idade de vinte e nove anos como jovem.

Nas três primeiras faixas de idade, tivemos dez pessoas, totalizando 23,26%; duas pessoas se encontravam na faixa de 26-31 anos, ou seja, na que poderíamos chamar de transição para a idade adulta, segundo a Lei nº 12.852, totalizando 4,65 %.

Nas três outras faixas etárias, entre 32-40 anos; 41-50 anos; 51+ anos tivemos o número de 33 pessoas, em um total de 76,74 % do grupo. Destaco que na faixa etária a partir de 51, quatro pessoas responderam ao questionário. O que pode significar a esperança de, mesmo após os 50 anos, quererem se formar e se qualificar para o mundo do trabalho. É interessante, no mundo extramuros, que muitas pessoas, após alguns anos de idade, dizem que não aprendem mais nada, que não mudarão as suas vidas.

Podemos afirmar que as pessoas que responderam ao questionário encontram-se em idade produtiva, ou seja, o mercado de trabalho pode absorver a sua força. O fato de buscar a qualificação pode significar que ainda sonham com uma vida social firmada na garantia do seu sustento e no trabalho.

Gráfico 10 – Faixa de idade



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Encerro aqui a análise do primeiro bloco do questionário, no qual percebi que há um número expressivo de pessoas que, ao estarem na porta de saída do sistema prisional

brasileiro, após o cumprimento das suas penas, desejam a qualificação profissional. O número de pessoas que se declaram pardas e pretas é enorme, mais de 76% dos entrevistados, o que pode demonstrar uma herança histórica: trata-se de uma população que chegou ao Brasil nos porões dos navios negreiros, viveu o período do Império Brasileiro, assistiu a proclamação da República, porém nunca teve acesso à “Res Public”. Silva (1988) descreve com riqueza de detalhes o ir e vir de negros escravizados pelas ruas do Rio de Janeiro, trabalhando em serviços como vendedores de doces, engraxates, carregadores de fezes etc, vivendo em situação de extrema miséria.

Passados mais de 130 anos da abolição da escravatura e da proclamação da República brasileira, o que se vê é uma população sem emprego e a viver em moradias precárias. O momento pandêmico, em decorrência da Covid 19, expôs mais ainda a fragilidade da segurança alimentar, escolar e da saúde. O governo instaurado no Brasil após o golpe de 2016, que retirou da presidência da República a chefe do executivo, eleita popularmente, abriu a brecha para a chegada da direita ao poder central.

Com isso, as poucas conquistas obtidas nos governos populares, a partir do ano de 2002, foram retiradas da pauta e, muitas delas, extintas ou esvaziadas. Espero que, ao tomar conhecimento dos dados aqui apresentados, como em outros trabalhos, a “elite do atraso”, termo cunhado por Jessé de Souza, compreenda que a falta de um olhar mais sociológico sobre as diferenças aqui apresentadas pode levar a uma convulsão social sem precedentes.

A partir deste ponto do trabalho, analisarei o segundo bloco do questionário, que abordou duas questões relevantes no universo prisional: assistência educacional e assistência à saúde. Foi feita uma primeira pergunta sobre o acesso a itens de saúde em que se enumerava uma série deles, a saber: papel higiênico; sabonete; pasta de dente; escova de dente; médico; medicamentos; psicólogo; banho diário; sabão para lavar roupa; dentista; absorvente.

Antes de prosseguir a análise, quero lembrar que a partir do momento em que a pessoa é presa ou internada e passa fazer parte do sistema prisional brasileiro, alguns direitos são assegurados e cabe ao estado o provimento deles. Aqui, não estamos tratando de vantagens facultativas, mas sim de leis que garantem esses direitos, como a Lei de Execução Penal (LEP), antas vezes citada.

Havia a possibilidade de, no questionário, apontar para itens de saúde não colocados na lista, mas que os alunos entendiam fazer parte dessa categoria. Três itens apareceram: cotonete, ginecologista e xampu.

Separarei, para melhor entendimento, o percentual de frequência dos registros que se repetiram.

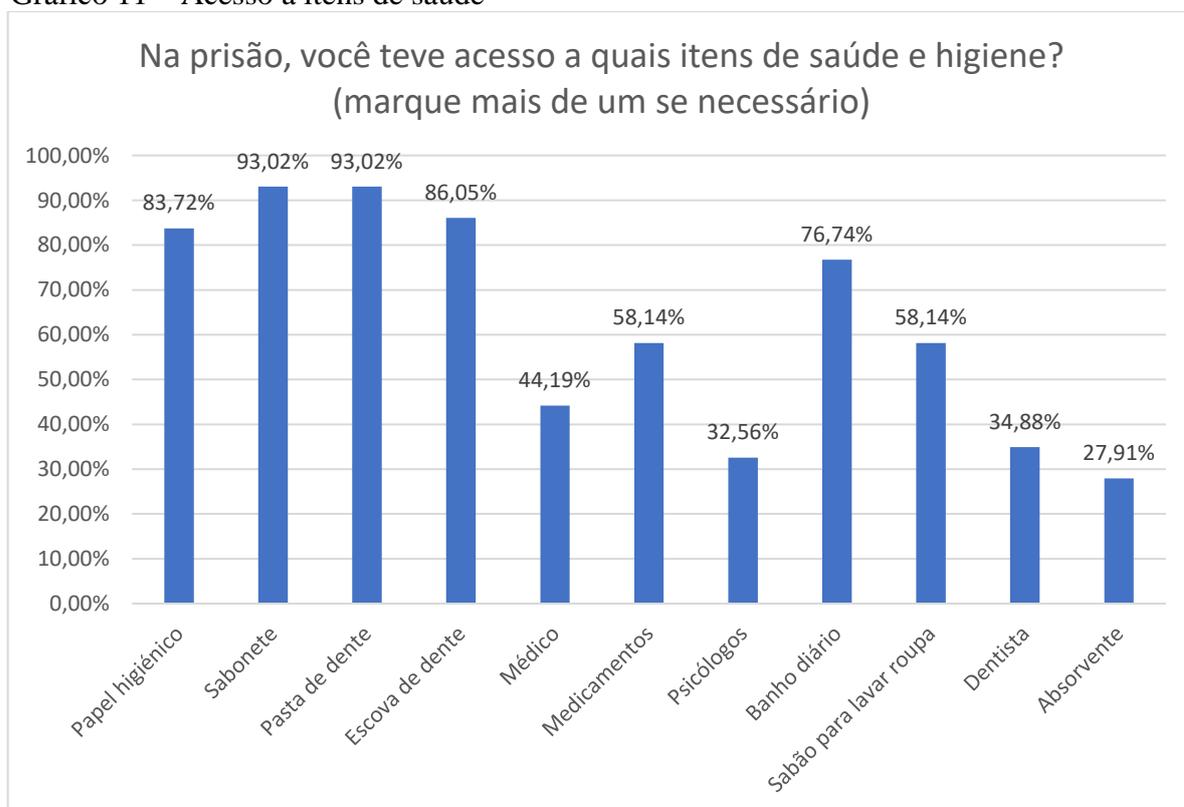
- Dois itens tiveram frequência maior que 90%: sabonete e pasta de dente.
- Dois itens tiveram frequência maior que 83%: escova de dente e papel higiênico.
- O banho diário foi possibilitado para mais de 76% dos entrevistados.
- Medicamentos e sabão para lavar roupas foram citados por 58% deles.
- Absorvente foi mencionado por 12 das 15 mulheres que responderam, totalizando 80% delas.

Itens relacionados, mas que tiveram menos de 50% da frequência:

- Médico com 44%
- Dentista com 34%
- Psicólogo com 32%

Apresentaremos a seguir o gráfico que traz os números totais em relação aos itens marcados pelos alunos respondentes do questionário.

Gráfico 11 – Acesso a itens de saúde



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

Essa primeira questão nos faz refletir se realmente o estado está cumprindo com a sua parte em relação aos itens de saúde e ao acesso a eles pelos presos e internados. Duas

manifestações na questão aberta corroboram essa preocupação: duas pessoas escreveram que só tiveram acesso porque a família levava os itens.

Faço aqui uma pausa para relatar um pouco da minha vivência dentro do sistema prisional. Em várias conversas, à época, pude perceber a escassez de serviços de médico, dentista e de psicólogo. Em certa ocasião, um dos alunos comentou comigo que estava sentindo muita falta das filhas. Segundo seu relato, fazia seis meses que não as via. Ele me disse que sua cabeça estava cada dia pior e que precisava de um médico ou psicólogo, porque ele não estava suportando. Esse aluno sumiu da escola por um tempo.

Eu fazia a chamada sempre e, num determinado dia, outro aluno me disse que ele não retornaria para a escola tão cedo. Perguntei o motivo e fui informado de que estava pela psiquiatria, porque tinha surtado de “saudades”. Segundo ele, os psicólogos “não quiseram saber dele”.

Outro relato que escutei revelava que um aluno tirou os dentes à força, porque não suportava mais de dor e não tinha dentista para atendê-lo.

Portanto, acredito que a sociedade não resolverá o problema da reinserção social de presos e de internados enquanto a lei não prevalecer dentro do Sistema Prisional. Não pode haver privilégios e troca de favores para que a assistência chegue a eles.

Na dissertação de mestrado (MELO, 2013), apontei para os privilégios que ocorriam na galeria dos ditos “evangélicos”. O médico Drauzio Varella também alertava para esse espaço. Relatei que muitos dos alunos diziam que, se levantassem a “mão para Jesus”, passavam a gozar de certos privilégios, como acesso a itens como papel higiênico e sabonete, além da possibilidade de “usar o telefone”, desde que fosse para falar com a família.

Na verdade, essa galeria funcionava como uma vigilância em tempo real feita entre eles mesmos, daí a harmonia e a estabilidade tão presentes nas penitenciárias fluminenses. Não há rebelião, porque qualquer foco de insatisfação é contido antes de explodir a revolta, denunciada antes que se instaure.

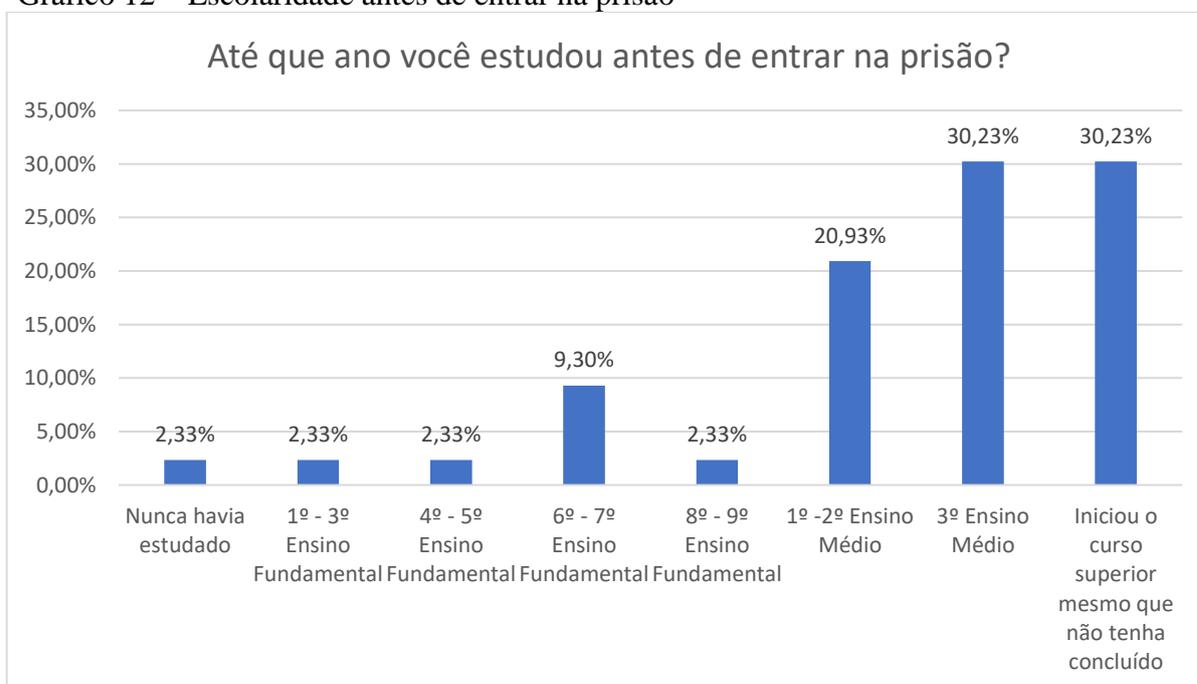
Feitos os parênteses, retomemos a segunda questão desse bloco do questionário, cuja pergunta era: “Até que ano você estudou antes de entrar na prisão?”. Aqui, tentamos compreender sobre a escolaridade dos participantes antes da prisão, além de verificar se houve uma ação educacional do Estado durante o tempo de reclusão. Confesso que me surpreendi, porque o número de pessoas que iniciaram o Ensino Médio foi maior do que aqueles que estudaram até o Ensino Fundamental. Dos 43 alunos que responderam ao questionário, apenas um deles nunca havia estudado, representando 2,33 %. Também apenas

um de cada uma das faixas “de 1º - 3º ano do Ensino Fundamental” e do “4º - 5º ano do Ensino Fundamental”, totalizando 4,66%.

Na faixa de “6º - 7º ano do Ensino Fundamental” e “8º - 9º ano do Ensino Fundamental”, o número de alunos foi, respectivamente, quatro e um, totalizando cinco alunos, percentual de 11,63.

Na outra ponta, percebemos um número elevado de pessoas que, ao menos, iniciaram o Ensino Médio antes da prisão. Os que cursavam até o segundo ano foram nove (20,93 %). Cursando o terceiro ano havia 13, num total de 30,23 %. O mais curioso é que 13 alunos disseram que iniciaram o curso superior, mesmo não tendo concluído, o que corresponde a 30,23 %.

Gráfico 12 – Escolaridade antes de entrar na prisão

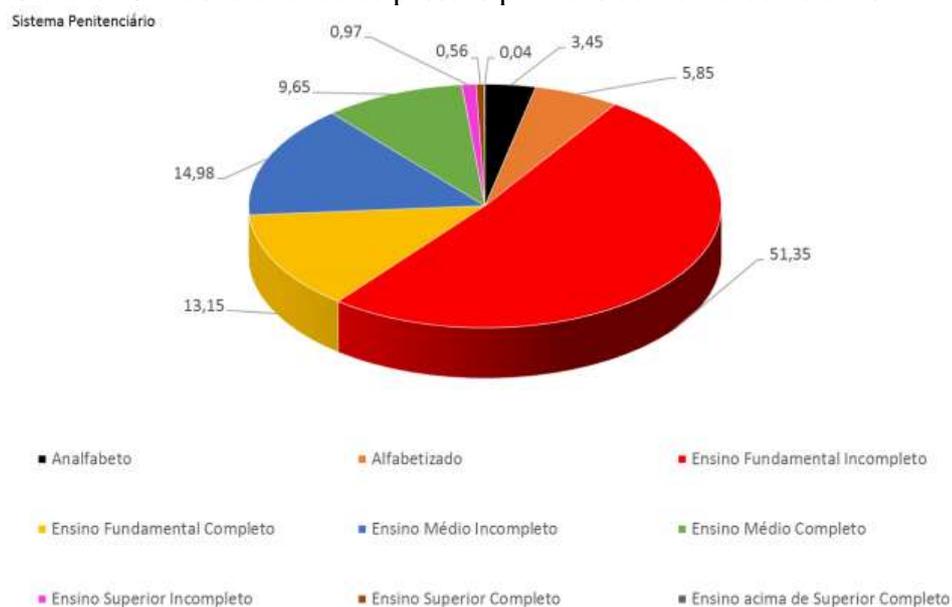


Fonte: elaborado pelo autor, 2020

Quando é feita a comparação com os dados obtidos na amostra do Curso com os dados do INFOPEN (BRASIL, 2019), observamos existir uma inversão dos grupos analisados. Somados os percentuais de pessoas analfabetas, alfabetizadas, com Ensino Fundamental Completo e Incompleto, temos o percentual de 73,80%. Creio que poderia haver um estudo mais aprofundado sobre a inversão detectada aqui.

Os alunos que fizeram o curso já entraram com uma escolaridade alta e também continuaram estudando na prisão. O ideário de que o estudo pode promover a inclusão pode basear o pensamento do grupo. Fica aqui uma reflexão.

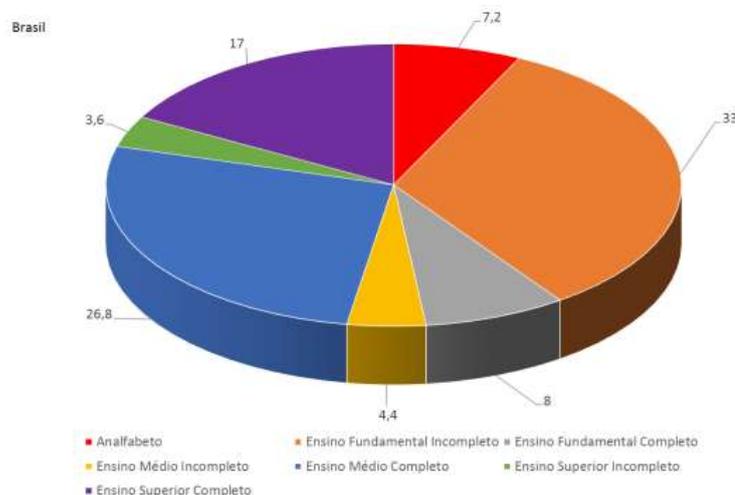
Gráfico 13 – Escolaridade de pessoas privadas de liberdade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, p. 34. Infopen, 2019.

Observemos que, no próximo gráfico, que retrata a escolaridade no Brasil segundo o INFOPEN (2019), 48,2% representam a soma dos que se declaram analfabetos, com Ensino Fundamental Completo e Incompleto, conforme se vê no gráfico:

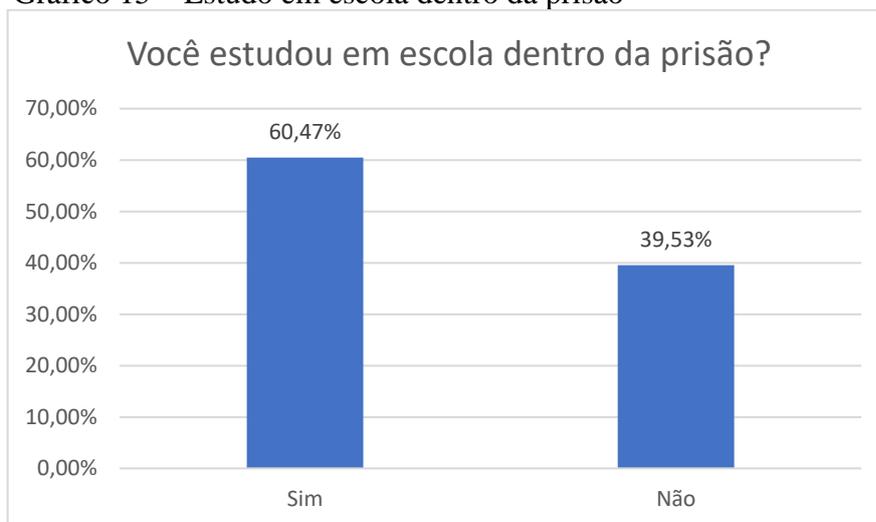
Gráfico 14 – Escolaridade no Brasil



Fonte: Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, p. 34. Infopen, 2019.

Como desdobramento da questão anterior, foi feita a pergunta se eles estudaram em escola dentro da prisão e, em caso de resposta positiva, havia mais dois questionamentos. Das 43 pessoas que responderam, 26 disseram “sim”, totalizando 60,47% e 17 disseram não, 39,53%. Partimos, portanto, para a próxima análise, com o universo de 26 pessoas que estudaram na prisão.

Gráfico 15 – Estudo em escola dentro da prisão



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A primeira questão, dependente da anterior, era: “Quanto tempo estudou em escola na prisão?”. Aqui, temos alguns dados interessantes que podem nos levar a reflexões. Do total de 26 pessoas, podemos afirmar que: cinco estudaram até seis meses; seis estudaram entre seis meses e um ano; 11 estudaram de dois até três anos; um estudou seis anos, totalizando 23 pessoas. Em relação a três delas, não foi possível compreender as respostas, pois não eram claras e foram descartadas, por imprecisão.

Figura 18 – Quanto tempo estudou em escola em prisão

(08.1) Quanto tempo estudou em escola na prisão?

- 1 ANO
- 2 anos
- 2 mês
- 3 anos
- dois anos
- Estudei 1 anos, porém havia muitas vezes que não havia aula.
- 6 meses
- 6 anos
- 2 anos
- 1 ano
- 3 anos
- 2 anos e 06 meses
- 5
- 2 anos
- Três meses
- 2 ano
- 2 anão
- 2 anos aproximadamente
- 5 meses
- Dois anos
- 1 ano
- 111
- Do início até o fim !
- 6 meses
- aproximadamente 6 meses
- 1 ano

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do

IFHT/UERJ, 2020.

O segundo questionamento como desdobramento da pergunta sobre se eles estudaram na prisão era: “Qual a última série que estudou na prisão?”. Nesta parte do questionário, houve uma diversificação grande, com variadas respostas e com muitas imprecisões, conforme se pode verificar na seguinte imagem:

Figura 19 – Qual a última série estudada na prisão

(08.2) Qual a última série que estudou na prisão?

- Não lembro
- Ultimo ano do ensino médio
- Conclusão do Ensino Médio (NOVAMENTE)
- concluí o ensino médio
- 1 série do antigo segundo Grau , hoje o ensino médio.
- 7 ano
- 111
- Terceiro ano de segundo Grau
- 9 ano
- Segundo ano do ensino medio
- 3° série do EM
- 9 serie do ensino fundamental
- 3 medio
- Neja 2
- 3 ano
- Enem
- Terceiro ano ensino médio
- 2
- 7° ano
- 7 série
- Terminei meus estudos fora do sistema,mas mesmo assim quis estudar pra ampliar meus conhecimentos
- segundo grau
- 3 ano
- 2 ano do médio
- 6° e 7°
- 2 série por causa do idioma

Fonte: retirada do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem do IFHT/UERJ, 2020.

Continuando a análise desse bloco de questões, podemos dizer que o total de 60,47% que estudaram na prisão é bem significativo, ainda mais quando juntamos a esse dado a escolaridade anterior à entrada na prisão. Pode ser que a ociosidade, muito presente nas cadeias por falta de atividades, explique esse número. Pode também ser por conta da remição de pena pelo estudo, prevista em Lei conforme já vista nessa tese.

Outro ponto que podemos levar em consideração é que todos os presos e internados no sistema têm um prontuário que é preenchido, no qual há um campo que aborda o bom comportamento, o fato de eles fazerem atividades reintegradoras, como estudar, é avaliado. Dessa maneira, no momento da contagem de tempo para a progressão de regime, tudo isso é levado em consideração pela Vara de Execução Penal. Nota-se, pelo número de pessoas que frequentam a escola em prisão no Rio de Janeiro, que ela é uma atividade concorrida.

Em relação aos 39,53% que não estudaram em escola em prisão, vale aqui o comentário de que a maioria das penitenciárias não possui escolas em suas dependências.

Dados do INFOPEN mostram que há, no Rio de Janeiro, 50 estabelecimentos penais com variadas destinações, porém, deste total, apenas 19 têm escolas.

Outra informação importante é que o acesso à matrícula na escola, embora seja prerrogativa da equipe diretiva e pedagógica, nem sempre ocorre na prática. Isto porque a classificação que diz quem pode e quem não pode estudar, sob a égide de que há “questão de segurança” na liberação do preso, fica com a direção da penitenciária. Na prática, o acesso à escola serve como moeda de troca e, quanto mais dócil for o preso, maior a possibilidade de matricular-se na unidade escolar.

Quadro 5 – Número de estabelecimentos por tipo de destinação originária por UF

Tipo de estabelecimento - originalmente destinado									
UF	Destinado a diversos tipos de regime	Destinado à realização de exames gerais e criminológico	Destinado ao cumprimento de medida de segurança de internação ou tratamento ambulatorial	Destinado ao cumprimento de pena em regime aberto ou de limitação de fim de semana	Destinado ao cumprimento de pena em regime fechado	Destinado ao cumprimento de pena em regime semiaberto	Destinado ao recolhimento de presos provisórios	Outros	Total
AC	1	0	0	1	4	1	1	8	8
AL	0	0	1	0	6	1	2	0	10
AM	2	0	1	1	5	2	7	1	19
AP	2	0	0	0	1	1	3	0	7
BA	8	1	1	1	2	3	4	1	23
CE	1	1	9	3	6	3	193	8	149
DF	1	0	0	0	2	2	1	0	6
ES	4	0	1	0	11	5	13	0	34
GO	19	0	0	3	16	3	61	4	106
MA	24	1	0	2	6	2	9	0	44
MG	37	2	2	2	23	6	157	15	244
MS	2	0	0	1	24	34	2	3	46
MT	4	0	0	0	7	0	39	1	51
PA	0	0	1	0	25	5	14	1	46
PB	7	0	1	1	12	4	51	4	80
PE	1	0	1	0	8	2	66	0	78
PI	1	0	1	0	8	1	3	1	15
PR	0	0	1	0	18	5	7	1	32
RJ	4	0	4	1	15	8	18	0	50
RN	3	0	1	0	6	0	73	8	37
RO	8	1	1	3	13	5	17	2	50
RR	1	0	0	1	0	2	1	1	6
RS	6	0	2	2	76	36	1	2	105
SC	1	0	1	0	8	3	34	2	49
SE	0	0	1	0	2	0	5	1	9
SP	40	0	3	0	59	38	46	2	168
TO	1	0	0	0	1	2	36	0	40
Brazil	177	6	26	22	364	114	754	44	1507

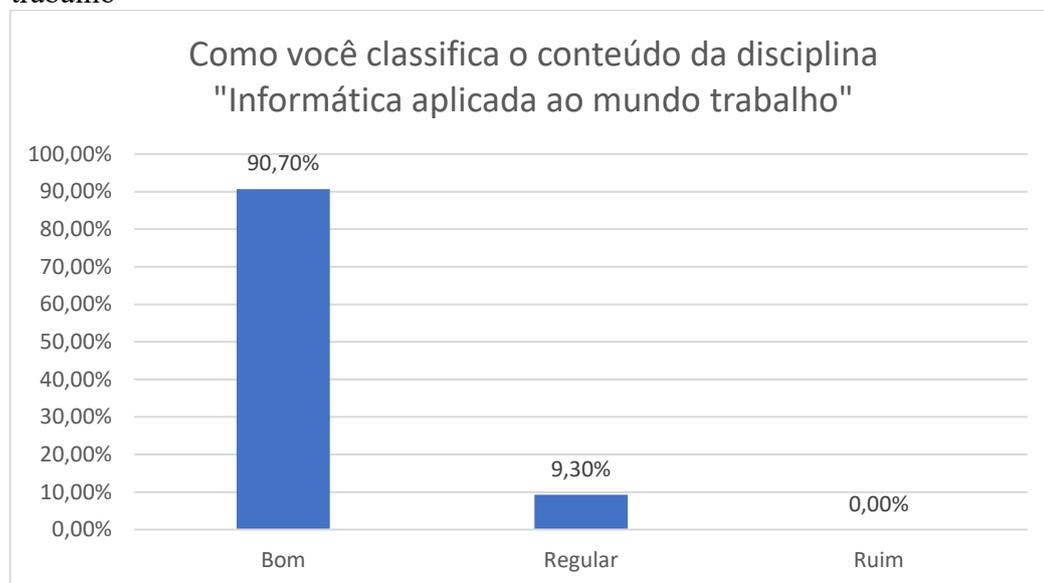
Fonte: Levantamento Nacional de Informações penitenciárias, p. 19. Infopen, 2019.

No terceiro bloco de questões do questionário, buscamos avaliar a grade curricular do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional, montada com seis módulos ou disciplinas com conteúdos específicos de cada uma delas e a partir da preocupação com o mundo laboral e na formação humana dos alunos. As disciplinas que faziam parte da grade foram Informática Aplicada ao Mundo do Trabalho; Língua Portuguesa Aplicada ao Mundo Trabalho; Cidadania, Ética e Sustentabilidade; Matemática Aplicada ao Mundo do Trabalho; Aspectos do Mundo do Trabalho, Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo. Todas as avaliações foram classificadas conforme já vimos, em graus que passavam de bom para regular e ruim.

Descreverei o resultado de cada um dos módulos ou disciplinas e, em seguida, partirei para a análise. O primeiro módulo ou disciplina que entrou no Ambiente Virtual de Ensino e

Aprendizagem foi “Informática Aplicada ao Mundo do Trabalho”. Dos 43 alunos que o avaliaram, 39 atribuíram o grau “bom”, ao passo que quatro pessoas avaliaram como regular, portanto 90,70% e 9,30%, respectivamente. Nenhum aluno avaliou a disciplina como “ruim”.

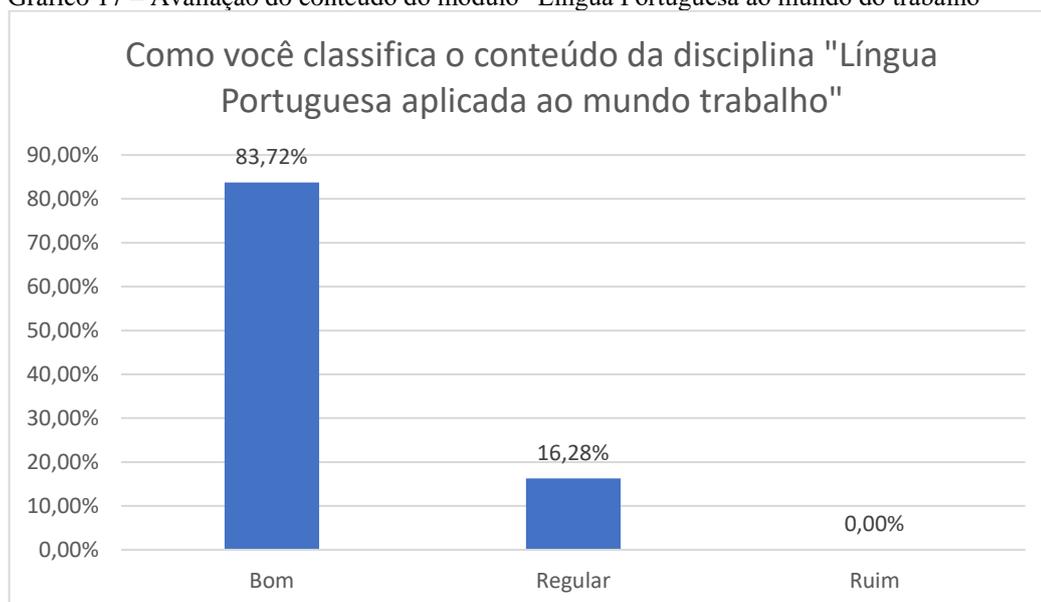
Gráfico 16 – Avaliação do conteúdo do módulo “Informática aplicada ao mundo do trabalho”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

O segundo módulo avaliado foi “Língua Portuguesa Aplicada ao Mundo do Trabalho”. Também nele nenhum aluno o avaliou como “ruim”. Do total de alunos, 83,72% avaliaram com o grau “bom”, correspondendo a 36 participantes. Os outros sete participantes o classificaram como “regular”, representando 16,28%.

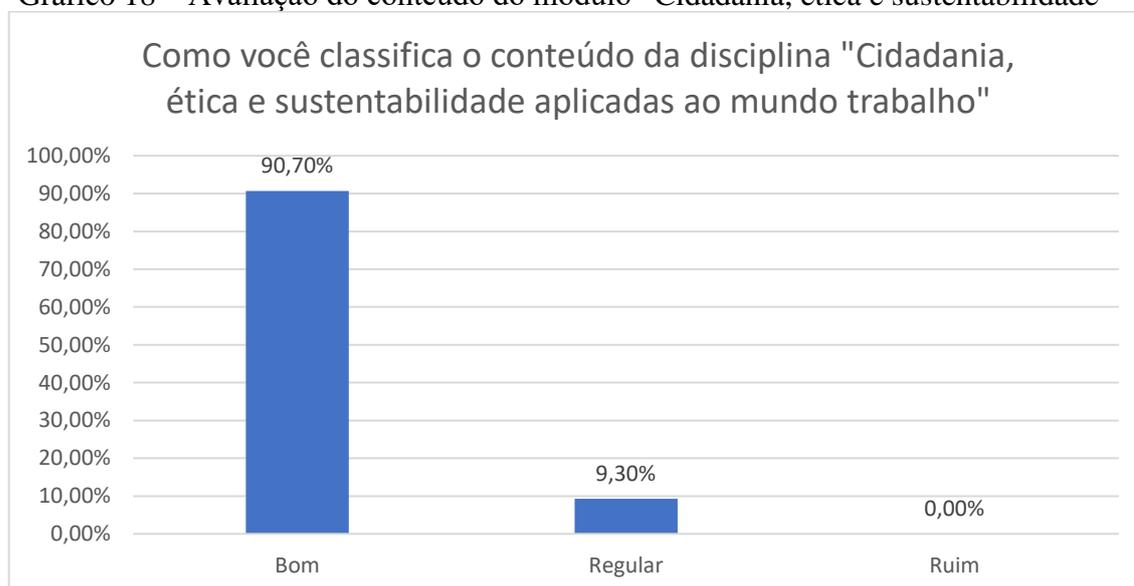
Gráfico 17 – Avaliação do conteúdo do módulo “Língua Portuguesa ao mundo do trabalho”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

O terceiro módulo foi “Cidadania, Ética e Sustentabilidade”, que teve a mesma avaliação do primeiro módulo, “Informática Aplicada ao Mundo do Trabalho”.

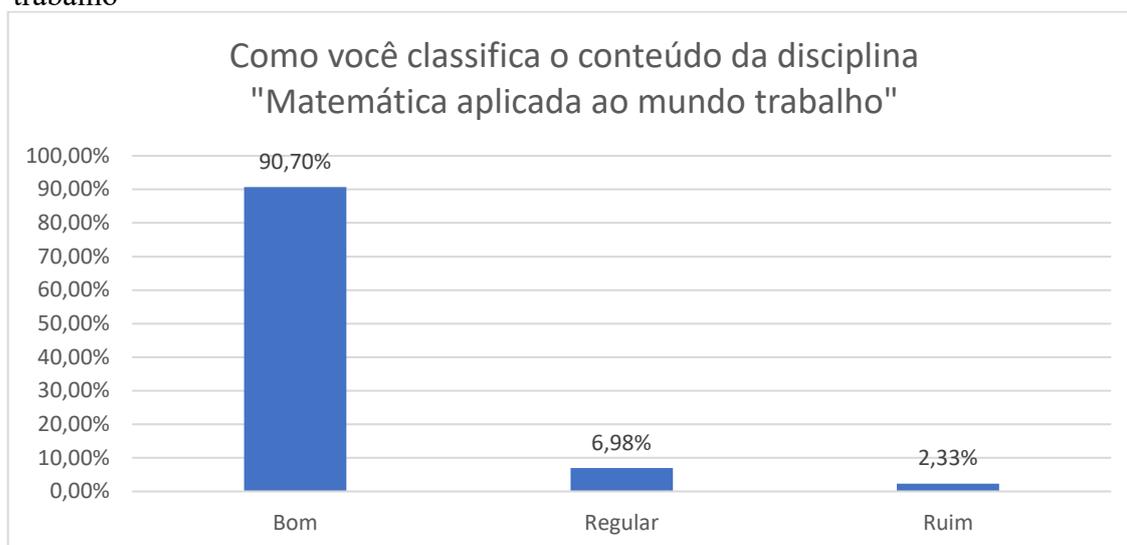
Gráfico 18 – Avaliação do conteúdo do módulo “Cidadania, ética e sustentabilidade”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A seguir, foi iniciado o módulo “Matemática Aplicada ao Mundo do Trabalho” e, pela primeira vez, houve um aluno que atribuiu o grau “ruim”, representando 2,33% do total. Também neste caso a avaliação no grau “bom” foi elevada — 90,70% —, correspondendo a 39. Três pessoas deram o grau regular — 6,98%.

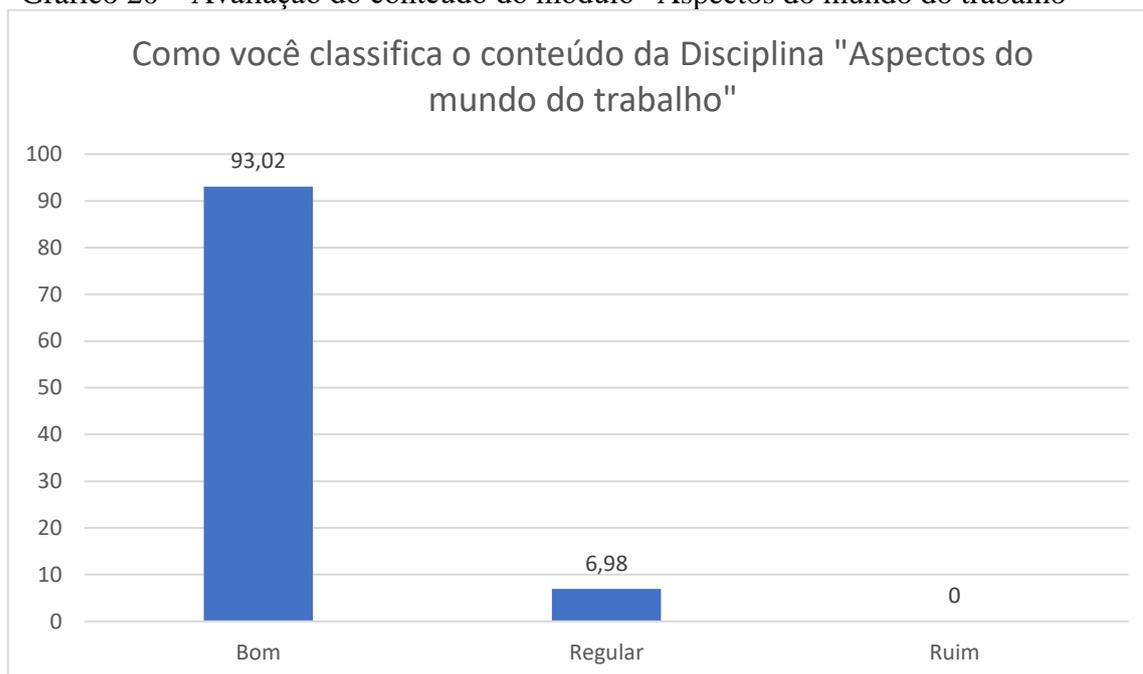
Gráfico 19 – Avaliação do conteúdo do módulo “Matemática aplicada ao mundo do trabalho”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

O quinto e último módulo foi “Aspectos do Mundo do Trabalho”, que obteve resultado exatamente igual a “Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo”. As duas disciplinas não tiveram nenhuma avaliação no grau “ruim”. Além disso, tiveram o melhor desempenho dentre todas as anteriores obtendo o grau “bom” por quarenta participantes, correspondendo a 93,02%. O restante, três pessoas, optaram pelo grau “regular”, correspondendo a 6,98%.

Gráfico 20 – Avaliação do conteúdo do módulo “Aspectos do mundo do trabalho”

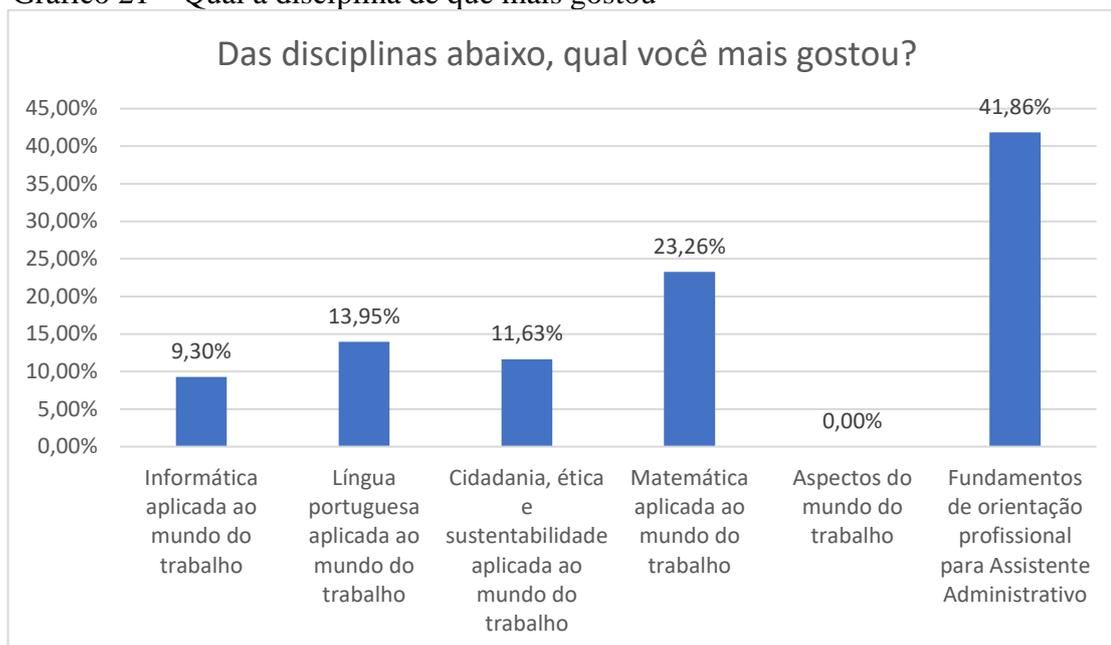


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Pelo que foi visto até aqui, a grade curricular foi muito bem avaliada, o que sugere que o trabalho feito pela equipe do IFHT/UERJ em parceria com a equipe da FSC agradou os alunos do Curso. O fato de não haver nenhum conteúdo de módulo avaliado com menor índice que 83% reafirma a sensação do acerto.

Em continuidade a esse bloco, perguntamos qual módulo mais gostaram e o qual menos gostaram, como oportunidade de apresentarem uma justificativa e/ou um comentário. Do total de 43 alunos, 18 disseram que o módulo de que mais gostaram foi “Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo”, correspondente a 41,86% do universo de respondentes. Em segundo lugar ficou “Matemática Aplicada ao Mundo do Trabalho”, com dez pessoas pensando dessa maneira, ou seja, 23,26%. O terceiro lugar ficou para “Língua Portuguesa Aplicada ao Mundo do Trabalho”, com seis dos participantes, o que correspondeu 13,95%. Em quarto lugar ficou “Cidadania, Ética e Sustentabilidade”, escolha feita por cinco pessoas, 11,63% do total. O módulo “Informática Aplicada ao Mundo do Trabalho” foi escolhido por 9,30% do total, ficou, assim, em quinto lugar. Sem nenhuma manifestação em relação à pergunta, “Aspectos do Mundo do Trabalho” não pontuou. O gráfico mostra a consolidação dos dados.

Gráfico 21 – Qual a disciplina de que mais gostou



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Algumas justificativas foram feitas para as escolhas anteriormente expostas, o que nos ajudou a entender o resultado. Destaquei aqui manifestações dos alunos que podem elucidar a escolha da disciplina “Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo” por 41,86% dos alunos como a que mais gostaram:

“É a base do básico para o conhecimento do curso do qual eu me encontro fazendo, os outros itens são importantes, sim são, mais ter os fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo. É o resumo de todos os outros pontos abordados. Todos se Aplicam ao Viver Assiste Administrativo” (sic)

“Foi de grande oportunidade para quem vai conviver com outros profissionais da área”

“Pelo fato de mostrar quais funções o assistente administrativo pode cumprir.”

“Pq os outros itens disciplinares aprendemos no tempo em que estudamos, agora Orientação profissional de Assistente Administrativo ajuda vc com computadores, Excell, word e etc... ampliando o mercado de trabalho e ajustando modos como se comportar no âmbito laborativo. por isso escolhi esse e gostaria muito de uma vaga nessa área e mostrar meus conhecimentos .”

“porque vai me dar base para exercer um bom trabalho”.

Diante dessas manifestações, é bem provável que o estudo tenha sido significativo para o público-alvo, os dados também apontam para a oportunidade de retornar ao mundo do trabalho.

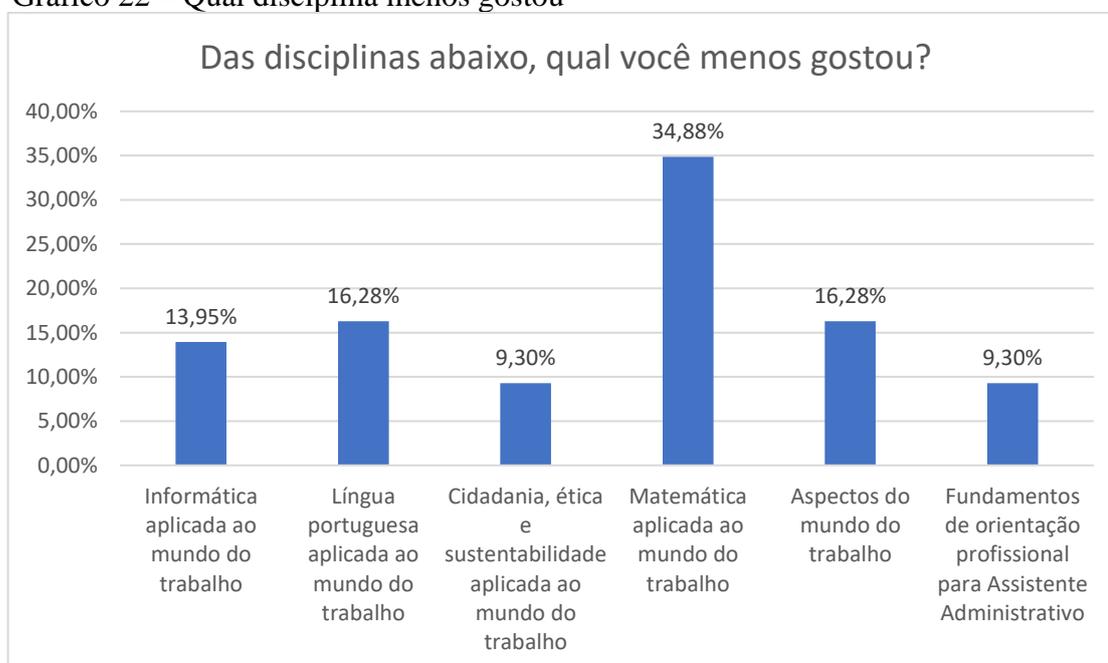
Passemos agora à avaliação do módulo de que eles menos gostaram. É interessante perceber que, no entendimento sobre essa questão, talvez tenhamos que pensar na nossa trajetória escolar, porque a disciplina de que eles menos gostaram foi Matemática e, em seguida, Língua Portuguesa, os dois grandes “bichos papões” do Ensino Fundamental.

Dos 43 alunos que responderam a essa questão, 15 — 34,88% — gostaram menos de “Matemática Aplicada ao Mundo do Trabalho”, que ficou em primeiro lugar.

Em seguida, empatadas e em segundo lugar, estão “Língua Portuguesa Aplicada ao Mundo do Trabalho” e “Aspecto do Mundo do Trabalho”, em que sete pessoas se manifestaram dessa maneira, correspondendo a 16,28%. Em terceiro lugar, com 13,95%, e escolhido por seis pessoas, ficou o módulo “Informática para o Mundo do Trabalho”. Com manifestação de apenas quatro pessoas, — 9,30% cada —, “Cidadania, Ética e Sustentabilidade” e “Fundamentos de Orientação Profissional de Assistente Administrativo” foram os menos citados.

O interessante é que aqui também “Fundamentos de Orientação Profissional de Assistente Administrativo” se destacou positivamente, o que pode corroborar o pensamento quanto à sua importância.

Gráfico 22 – Qual disciplina menos gostou



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Seguem-se algumas manifestações que talvez expliquem o motivo de Matemática e Português terem aparecidos como as menos apreciadas:

“muito longa e desnecessária para assistente administrativo, mas todo os cursos tem essa matéria.”

“Não sou bom em Português”

“estava muito difícil”

“não sou boa em números”

“não sou muito fã de Português”

“... havia muito tempo em que eu não praticava Matemática a fundo”

“pelo fato de não somente ter questões de Matemática, mas sim alguma coisa relacionada à Física”

Finalizando a análise desse bloco, trarei aqui as mensagens que foram depositadas na caixa que solicitava comentários adicionais, porque entendo que a sua leitura, traduz a positividade da oferta do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional para Assistente

Administrativo. Penso também que todo o debruçar-nos sobre a arquitetura pedagógica, todas as reuniões de equipe em busca de conteúdos significativos com vistas a criar condições de ingresso ou reingresso no mercado de trabalho deles foram ações bem dosada. Destaco ainda a utilização de temas atuais, como os trazidos pela Agenda 2030, que aponta para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que fizeram parte do conteúdo.

“todo o curso foi ótimo, abre uma série de oportunidades”

“Agregou em mim ter um pouco mais de conhecimento e aprendizagem. MUITÍSSIMO importante.”

“pra quem está em minha condição é um bom curso”

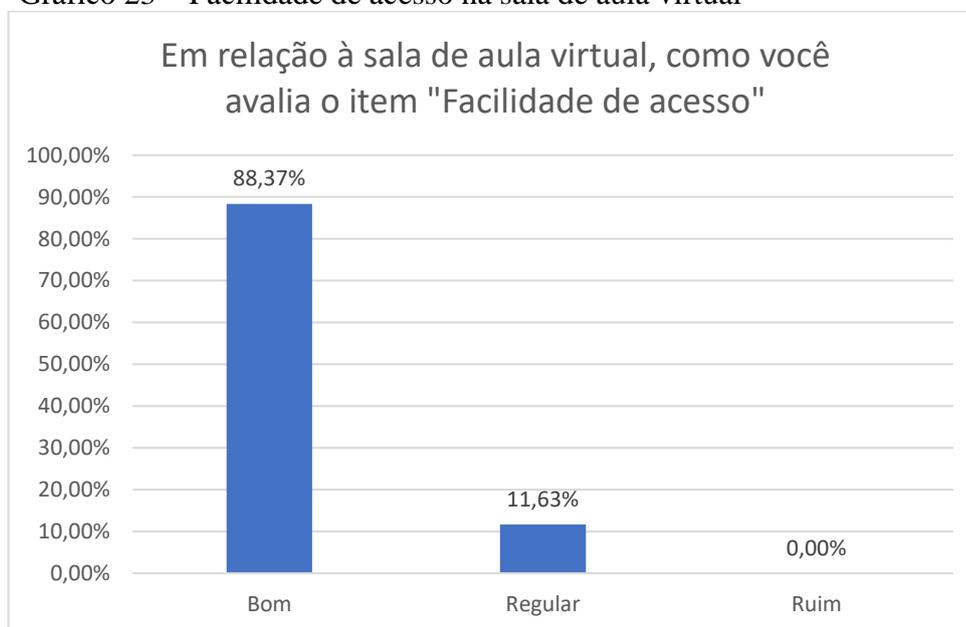
“gostei muito de tudo. O aprendizado foi bom. Os professores são nota 100”

“Que essas portas de cursos nunca fechem e possam ter mais oportunidades como essa.”

O quarto bloco buscava compreender se o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem era acessível com facilidade pelos alunos, trazendo a sensação de “amigabilidade” sobre a qual falei anteriormente. Foram feitas três perguntas, cujas respostas tinham os graus “bom”, “regular” e “ruim”. O número de participantes também foi de 43.

A primeira pergunta foi: “Em relação à sala de aula virtual, como você avalia o item “Facilidade de acesso””. Nenhum aluno classificou a “Facilidade de acesso” como ruim, 88,37%, ou seja, 38 pessoas, disseram que a “Facilidade de acesso” tinha grau “bom”, apenas quatro alunos — 11,63% — deram grau “regular”.

Gráfico 23 – Facilidade de acesso na sala de aula virtual

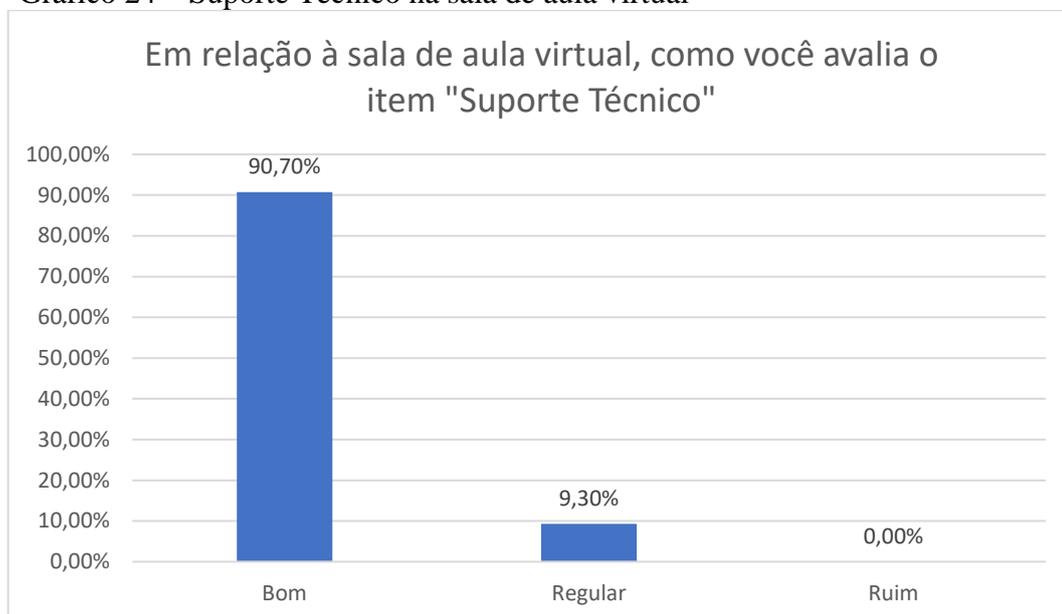


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A segunda e a terceira questões foram, respectivamente: “Em relação à sala de aula virtual, como você avalia o item ‘Suporte Técnico’” e “Em relação à sala de aula virtual, como você avalia o item ‘Aspecto Visual’”. As duas tiveram exatamente o mesmo percentual nas manifestações. Nenhum aluno deu o grau “ruim” para os aspectos “Suporte Técnico” e

Aspecto Visual”. Dos 43 alunos, 39 deram grau “bom”, representando 90,70% das manifestações. Apenas quatro alunos — 9,30% — atribuíram o grau “regular”.

Gráfico 24 – Suporte Técnico na sala de aula virtual



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Gráfico 25 – Aspecto Visual na sala de aula virtual



Fonte: Elaborado pelo autor, 2020.

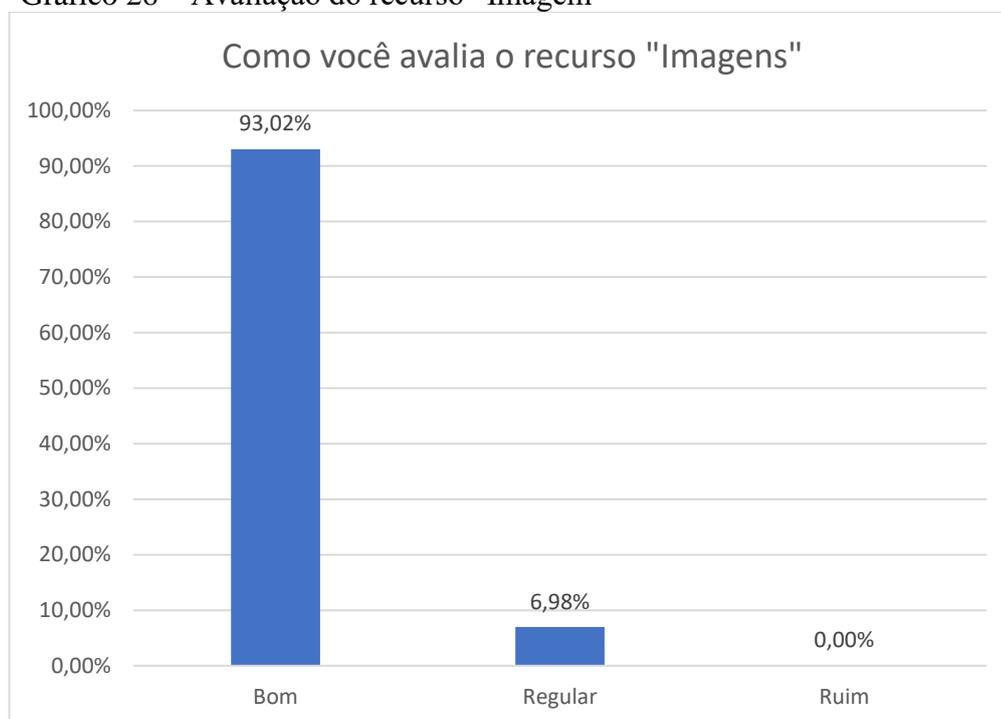
Vale uma explicação, creio, que dá o patamar de excelente para esse item. Foi feito um tutorial, disponibilizado no ambiente, além disso todos os alunos receberam um e-mail do suporte do IFHT/UERJ com o passo a passo de como entrar e navegar no ambiente, uma equipe ficava à disposição para tirar as dúvidas por e-mail. Essas ações certamente

contribuíram para a avaliação positiva. Saliento o trabalho da parceria com a FSC, que, em muitos momentos, intermediou e também buscou sanar as dúvidas de seu gerenciados.

O quinto e último bloco analisava alguns dos recursos educacionais digitais que estavam presentes no curso. A tentativa era de saber se eles foram apropriados para a aprendizagem proposta. Foram feitas quatro questões com quatro tipos de recursos educacionais digitais presentes nas disciplinas do curso. O número total de participantes foi de 43 e também foram atribuídos três graus: “bom”, “regular” e “ruim”.

A primeira questão foi “Como você avalia o recurso ‘Imagens’”. Para essa, não houve nenhuma resposta com o grau ruim. 40 alunos disseram que o recurso “Imagem” foi “bom”, correspondendo a 93,02% do total, somente três alunos — 6,98% — atribuíram o grau regular. Observe o gráfico.

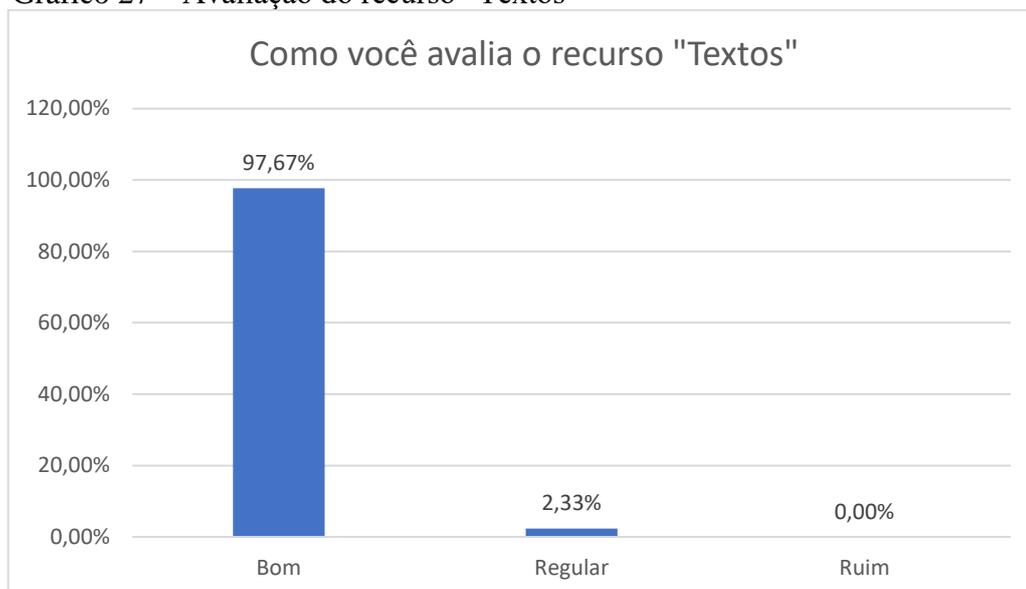
Gráfico 26 – Avaliação do recurso “Imagem”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A segunda questão desse bloco era “Como você avalia o recurso ‘Textos’”. Também aqui não houve nenhuma manifestação correspondendo ao grau “ruim”. 42 pessoas, quase a totalidade, deram o grau “bom” para esse item, chegando a 97,67%. Apenas uma pessoa classificou como “regular”.

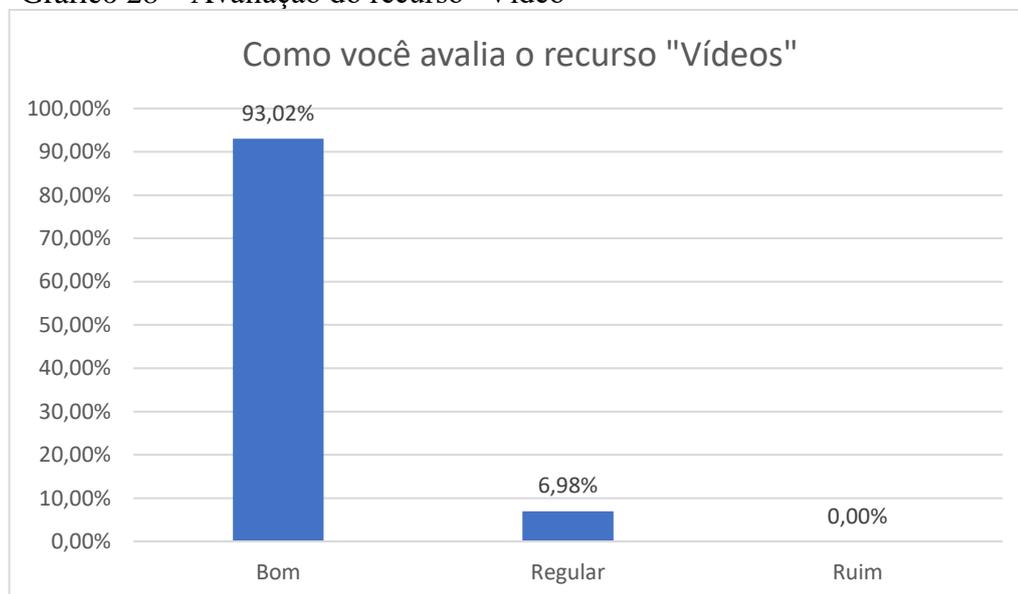
Gráfico 27 – Avaliação do recurso “Textos”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

A terceira questão foi “Como você avalia o recurso ‘Vídeos’”. Nenhuma pessoa se manifestou dando grau “ruim”. 40 pessoas disseram que o recurso “Vídeo” era “bom”, representando 93,02%. Apenas três pessoas deram grau regular — 6,98%.

Gráfico 28 – Avaliação do recurso “Vídeo”

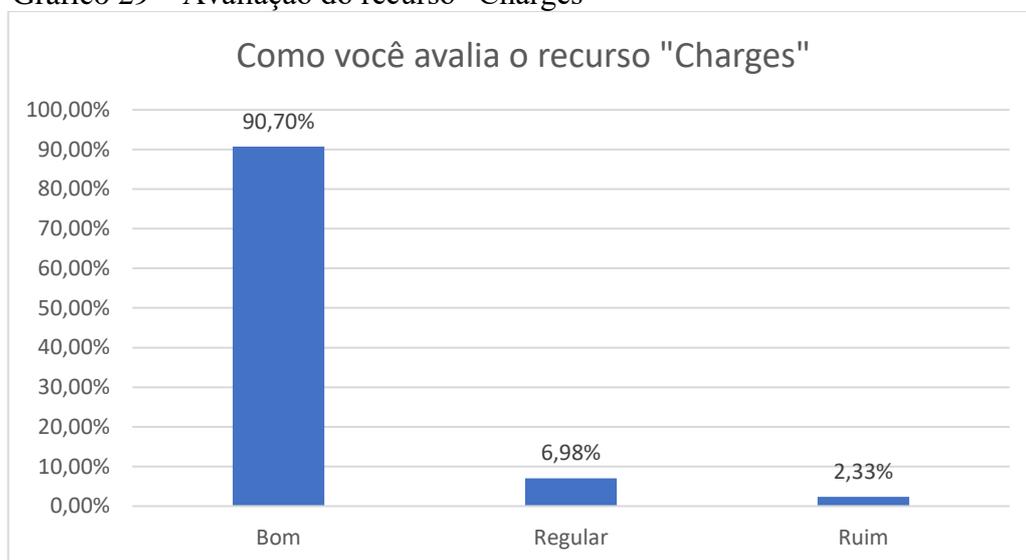


Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Por fim, a quarta e última questão desse bloco foi “Como você avalia o recurso ‘Charges’”. Pela primeira vez nesse bloco um aluno, ou seja, 2,33%, deu grau “ruim” para o recurso “Charge”. Dos outros 42 alunos restantes, apenas três deram o grau “regular”,

portanto 6,98% do universo. Por fim, 39 alunos avaliaram o recurso “Charge” com o grau “bom”, correspondendo 90,70% deles.

Gráfico 29 – Avaliação do recurso “Charges”



Fonte: elaborado pelo autor, 2020.

Considero que, também no aspecto de recurso educacional, a avaliação foi positiva, porque o aluno conseguiu compreender que havia um diálogo pedagógico entre os variados tipos de comunicação. Todos os recursos educacionais são bem-vindos, desde que estabeleçam conectividade com a aprendizagem significativa, ainda mais quando estamos diante de um público tão excluído, como o privado de liberdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese teve como objetivo apresentar, construir e testar o Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo, oferecido pela Fundação Santa Cabrini (FSC), em parceria com o IFHT / UERJ, para as pessoas gerenciadas pela FSC. Esses gerenciados são homens e mulheres que ainda se encontram sob a custódia de estado do Rio de Janeiro porque cumprem pena de privação de liberdade em um dos regimes previstos em Lei. A Fundação tem como missão a organização e a promoção, em bases racionais e produtivas, do trabalho remunerado dos internos e dos presos, visando ao retorno deles ao convívio social em atividade laboral.

Elaborado pedagogicamente pela equipe do Instituto Multidisciplinar de Formação Humana com Tecnologias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IFHT/UER), o Curso é de Extensão Universitária, com carga horária 135 horas. Originalmente, seu formato seria semipresencial, porém foi realizado a distância no segundo semestre do ano de 2020, após a declaração da Organização Mundial da Saúde (OMS), em março daquele ano, de que o mundo vivia uma pandemia do novo Coronavírus. O mesmo entendimento foi reafirmado pelo Governo brasileiro e pelo estado do Rio de Janeiro, onde os alunos do Curso moravam.

Apresentamos o Curso, em reuniões do IFHT com a FSC, mostrando toda a sua arquitetura e organização, que buscava dar a formação para o público-alvo de maneira que o conteúdo pudesse ser significativo, voltado para a formação humana e contribuísse para o ingresso dos indivíduos no mercado de trabalho mais preparados.

Para chegar à proposta de curso apresentada nesta tese, busquei elementos pessoais internos e externos que, creio, puderam ajudar na elaboração. Um deles foi o fato de, como ficou claro, ter trabalhado com pessoas privadas de liberdade em um colégio estadual que funciona na penitenciária Lemos Brito a partir do ano de 2007.

Outro elemento que me fez pensar a arquitetura e os conteúdos foi o fato de vivenciar a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) ofertada para a população privada de liberdade nos colégios. Por isso, na tese, visitei algumas legislações que demonstram que a educação para esse público, além de significativa, deve ser voltada para os direitos humanos, para a formação humana e para o retorno ao convívio social mais ampliado, buscando inclusive a inclusão no mercado laboral.

Como o Curso foi realizado totalmente a distância, discuti a mediação como elemento constitutivo da aprendizagem, em que apresento a visão de alguns teóricos sobre o tema.

Procurei ainda mostrar um “olhar sociológico” sobre a sociedade brasileira tendo como norte alguns conceitos ligados ao subdesenvolvimento, à herança escravista e a uma elite brasileira que prima pelo atraso, uma elite que parece ter orgulho de aprisionar sem querer compreender as diferenças encontradas na sociedade brasileira, composta por sujeitos que não querem entender essas diferenças, principalmente as de cunho econômico e social, porque são frutos de uma sociedade que estabeleceu um grande fosso entre ricos e pobres. Fingem que não veem o quanto essas desigualdades, historicamente demonstradas, nos fazem atingir a triste realidade de nação com a terceira maior população carcerária do mundo.

É sob esse prisma que apresento aqui alguns resultados da pesquisa feita, que foi respondida por 43 pessoas que concluíram o Curso de Treinamento e Capacitação Profissional de Assistente Administrativo. Não houve a obrigatoriedade de responder ao questionário.

Esse primeiro dado, relativo à participação na pesquisa de 43 dos 62 alunos que terminaram o curso, quase 70% do total, mostra um índice satisfatório da participação, ainda maiores por estarmos diante de um público marginalizado, com pouco recurso financeiro, e quase sem acesso a redes de internet.

Outro dado significativo é que o número de alunos inscritos e que começaram o curso foi de 92, dos quais 62 fizeram o percurso na totalidade, isto é, quase 68% concluíram. Isso demonstra a vontade de se capacitar para o mercado de trabalho e buscar novas oportunidades que os restabeleçam ao convívio social com dignidade e cidadania.

Vimos que a maioria dos alunos respondentes ao questionário estavam em idade produtiva. Portanto, é extremamente importante que sejam implementadas políticas públicas que visem ao ingresso desses homens e mulheres no mercado de trabalho. É fundamental que haja ações formativas e educacionais e que ajudem na formação humana deles. Não é possível, após anos de cumprimento de suas penas, que retornem ao Sistema Penitenciário por falta de oportunidades. Lembro aqui que, no Brasil, não há pena de reclusão eterna e nem pena de morte, salvo em período de guerra, conforme previsto na lei. Logo, as pessoas sairão da prisão e precisam ter a garantia de acolhimento do Estado.

Os dados referentes à cor também merecem reflexão. Do total de 43 alunos, 33 declararam-se da cor parda ou preta, num total de 76,74% do universo estudado. Segundo dados do INFOPEN (2019), em relação à cor ou etnia da população prisional brasileira, 46,2% das pessoas privadas de liberdade no Brasil são de cor/etnia parda e 17,3% de cor/etnia preta. Somadas, pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 63,6% da população carcerária nacional. Fica nítido que a herança perversa da escravidão ainda está muito

presente nos dias atuais. Não podemos achar que o número elevado de pardos e pretos no sistema carcerário seja coincidência e que não encontre explicação na História do Brasil.

Além disso, com o golpe ocorrido no ano de 2016, que retirou da presidência da república a presidente eleita pelo voto, o Brasil caminhou para o projeto “Ponte para o Futuro”, do Governo Temer, que afundou mais ainda a sociedade brasileira na pobreza. Na eleição de 2018 e com a chegada da elite nefasta e genocida ao poder central, tendo Jair Bolsonaro como sua representante, numa união da imprensa, do judiciário e de parte dos políticos, chegamos ao ano de 2019 com o Brasil retornando ao mapa mundial da fome. Esses últimos acontecimentos podem aumentar a miséria da população, se não houver organização da sociedade, principalmente das forças organizadas em sindicatos, associação de moradores e partidos políticos progressistas.

Quando abordei o tema relacionado à assistência do preso e do internado, prevista na Lei de Execução Penal (LEP), buscava entender um pouco da oferta dessas garantias. Pude verificar que o Estado não cumpre o seu papel. Alguns alunos se queixaram de que, se não fosse a família levar itens de saúde que deveriam ser de responsabilidade do estado, eles não os teriam. Porém, o que mais nos chamou a atenção foi o fato de que houve o acesso precário à assistência médica, odontológica e psicológica.

O Sistema Penitenciário adocece, silencia e mata. Como deixei claro neste trabalho, vivenciei, quase diariamente, a realidade de prisões fluminenses. Pude testemunhar mortes por doença e assassinato, surtos psicóticos, depressão e tortura. Não é possível continuarmos fechando os olhos para as mazelas que ocorrem em nossas prisões.

Infelizmente, o silêncio das penitenciárias, alardeado pelas administrações e pelo governo estadual, é conseguido por meio de sufocamento e esquecimento, tão comum nas ditaduras.

Aqui, trago uma abordagem que entendo ser positiva. É a oferta educacional nas escolas em ambiente de privação de liberdade, já na minha dissertação de Mestrado, a avaliação positiva da instituição “escola” também foi alta.

Lembro que não há uma autonomia da equipe diretiva e pedagógica da Unidade Escolar para matricular um aluno sem que o seu nome seja aprovado pela direção da penitenciária sob o argumento da “segurança” escolar e dos outros presos. Há também a insuficiência de vagas e escolas dentro das penitenciárias. Como vimos, há no estado do Rio de Janeiro 50 estruturas prisionais e somente 19 colégios.

Positivamente, das 43 pessoas que responderam, 26 disseram que estudaram na penitenciária, totalizando 60,47%. Isso pode se dever à ideia de que a escola ajuda a diminuir

a sensação de ociosidade muito presente nas cadeias por falta de atividades. Pode também ser pelo motivo da remição de pena por meio de estudo, prevista em Lei, conforme já foi visto nessa tese. De qualquer maneira, seria importante espriar ofertas educacionais nesses ambientes, até porque já vimos aqui que, quando ofertado, existe a procura.

Outro ponto relevante é que havia, num primeiro momento, a possibilidade de oferta do curso na modalidade semipresencial. Naquele momento, existia, na arquitetura do curso, a possibilidade de oficinas e uma sala de informática equipada e com acesso à rede. Espero que, após o término da pandemia, com todos vacinados e seguros, possamos ter essa oferta, justamente e também para que aqueles que não têm os recursos adequados e necessários para sua qualificação tenham direito a ela.

A avaliação do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo foi muito positiva em todos os aspectos presentes no questionário. A grade curricular foi muito bem avaliada, o que sugere que o trabalho feito pela equipe do IFHT/UERJ, em parceria com a equipe da FSC, agradou os alunos do Curso.

Destaco a disciplina “Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo”, que foi a selecionada por 18 dos alunos como a de que mais gostaram, correspondendo a 41,86% dos que responderam o questionário, ficando em primeiro lugar dentre todas as outras. Isso demonstra o desejo e a possibilidade de ingresso no mercado de trabalho mais preparados, além da busca pela cidadania. Elucido esse parágrafo com a manifestação dos próprios alunos. Dizem eles:

“É a base do básico para o conhecimento do curso do qual eu me encontro fazendo, os outros itens são importantes, sim são, mais ter os fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo. É o resumo de todos os outros pontos abordados. Todos se Aplicam ao Viver Assiste Administrativo” (sic)

“Foi de grande oportunidade para quem vai conviver com outros profissionais da área”

“Pelo fato de mostrar quais funções o assistente administrativo pode cumprir.”

“Pq os outros itens disciplinares aprendemos no tempo em que estudamos, agora Orientação profissional de Assistente Administrativo ajuda vc com computadores, Excell, word e etc... ampliando o mercado de trabalho e ajustando modos como se comportar no âmbito laborativo. por isso escolhi esse e gostaria muito de uma vaga nessa área e mostrar meus conhecimentos .”

“[...] porque vai me dar base para exercer um bom trabalho”.

Creio que, com essas manifestações, fica claro o quanto a disciplina foi significativa para eles.

Sobre a avaliação do Ambiente Virtual, observou-se que houve facilidade de acessá-lo. O patamar atingido foi de excelência e acredito que isto esteja relacionado ao tutorial que ficou disponível no Ambiente Virtual e porque todos os alunos receberam um e-mail do suporte do IFHT/UERJ com o passo a passo de como entrar e navegar por ele. Além disso, a

disponibilidade de para tirar as dúvidas por e-mail foi outro ponto relevante foi a parceria com a FSC que, em muitos momentos, intermediou e buscou sanar as dúvidas de seus gerenciados. Demonstrou-se que um curso feito com cuidado, zelo e parceria, só tem a colher bons frutos.

Finalizo com a consideração de que, em relação ao aspecto de “Recurso Educacional”, a avaliação foi positiva porque os alunos conseguiram perceber que havia um diálogo pedagógico entre os variados tipos de comunicação. Todos os recursos educacionais podem ser utilizados, mas devemos tomar o cuidado para que eles estabeleçam conectividade com a aprendizagem significativa, ainda mais quando estamos diante de um público tão excluído, como o privado de liberdade.

Termino essa tese com a foto da certificação de parte dos alunos. Foi feita com número reduzidos deles, em virtude do momento histórico do ano de 2020, que nos impõe medidas de isolamento.

Fotografia 3 – Certificação dos alunos do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo



Fonte: Facebook da Santa Cabrini. Disponível em: <https://m.facebook.com/fundacaosantacabrini/photos/a.664919120572597/1190014054729765/?type=3&source=48>

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Eduardo M. de. Entre dois cativeiros: escravidão urbana e sistema prisional no Rio de Janeiro 1790-1821. *In*: MAIA, Clarissa Nunes *et al.* (org.). **História das prisões no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. p. 217-248.

AUSUBEL, David Paul. **Educational psychology**: a cognitive view. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.

BARATTA, Alessandro. Ressocialização ou controle social: uma abordagem crítica da reintegração social do sentenciado. **Portal de e-governo, inclusão digital e sociedade do conhecimento**, Florianópolis, 16 mar. 2011. Disponível em: <https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/ressocializa%C3%A7%C3%A3o-ou-controle-social-uma-abordagem-cr%C3%ADtica-da-%E2%80%9Creintegra%C3%A7%C3%A3o-social%E2%80%9D-do-senten>. Acesso em: 20 jan. 2021.

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em Direitos Humanos: de que se trata? Programa Ética e Cidadania: construindo valores na escola e na sociedade. **MEC**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm. Acesso em: 27 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm. Acesso em: 25 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2019b]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11530.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112433.htm. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.** Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. **Diário Oficial da União:** Brasília, DF, seção 1, ano 151, n. 120A, ed. extra, p. 1-7, jun. 2014c. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2014&jornal=1000&pagina=1&totalArquivos=8>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília, DF: MEC, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010.** Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5142-rceb002-10&Itemid=30192. Acesso em: 20 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº3, de 15 de junho de 2010.** Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=113429>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:** atualização – junho de 2016. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; DEPEN, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2016.pdf/view>. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias:** atualização – junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; DEPEN, 2019. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. *In:* SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et.al* (org.). **Educação em direitos humanos:** fundamentos teóricos-metodológicos. João Pessoa: Ed. UFPB, 2007. p. 399-412.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1987.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

DESEMPREGO no país sobe para 12,7% e atinge 13,4 milhões de pessoas. **UOL**, 30 abr. 2019. Notícias. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/04/30/desemprego-pnad-ibge.htm>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DIAS-TRINDADE, Sara; MOREIRA, J. António. Educação em estabelecimentos prisionais em Portugal: um programa para a inclusão social e digital e desenvolvimento de competências. In: MOREIRA, J. António; CAEIRO, Domingos; DIAS-TRINDADE, Sara (coord.). **Educação, formação e transformação digital em estabelecimentos prisionais**. Lisboa: Universidade Aberta, 2020. *E-book*. Disponível em: https://eg.uc.pt/bitstream/10316/94187/1/EBOOK_FINALpdf.pdf. Acesso em: 20 ago. 2020.

FERNANDES, Florestan. **Significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France: (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 38. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HODGINS, Wayne. The future of learning objects. In: *A E-TECHNOLOGIES IN ENGINEERING EDUCATION: LEARNING OUTCOMES PROVIDING FUTURE POSSIBILITIES*, 2002, Davos. **Proceedings** [...]. Davos: United Engineering Foundation, 2002. Disponível em: <https://dc.engconfintl.org/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=etechnologies> acessado em 25 de janeiro de 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2019**. Brasília, DF: Rio de Janeiro: IPEA; São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

JODELET, Denise (org.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro**. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.bdt.d.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1345. Acesso em: 20 jul. 2020.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes; RODRIGUES, Fabiana; GODINHO, Ana Cláudia. Política nacional de educação nos espaços de privação de liberdade: análise da organização da educação escolar e não escolar nos planos estaduais de educação nas prisões. *In*: SILVA, Maria da Conceição Valença da; PIMENTEL, Elaine. **Educação em prisões**: princípios, políticas públicas e práticas educativas. Curitiba: CRV, 2019.

LABES, Emerson Moisés. **Questionário**: do planejamento à aplicação na pesquisa. Chapecó, SC: Grifos, 1998.

LITTO, Fredric M. **Aprendizagem a distância**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

MAIA, Clarissa Nunes *et al* (org.). **História das prisões no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAIA, Clarissa Nunes *et al*. (org.). **História das prisões no Brasil**: volume 2. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MELO, Ronaldo Silva. **A (im) possibilidade de ressocialização**: representações sociais da ressocialização por meio do estudo da população carcerária masculina no Estado do Rio de Janeiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=6755. Acesso em: 20 abr. 2020.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva G. (org.). **Ensinar e aprender com mediação das tecnologias no tempo de “novas normalidades”**: experiências e reflexões em variados cenários. Curitiba: Bagai, 2021. *E-book*. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1c1_QqGnczp5O02AVBQMKck1SsmUoXKVI/view. Acesso em: 20 abr. 2021.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva G; MELO, Ronaldo Silva. A educação para privados de liberdade no Rio de Janeiro, em época de pandemia: em busca de novas trilhas para a efetivação dos direitos humanos. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS DE COIMBRA, 5., 2020, Coimbra. **Anais [...]**. Jundiaí, SP: Brasília: Brasil: Fibra, 2021. p. 289-301. v. 2. Disponível em: https://a3ec55aa-1c0f-448d-a555-bf0db2483a45.filesusr.com/ugd/8f3de9_f715257e07fc4797acc93d80090249ef.pdf. Acesso em: 30 abr. 2021.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky**: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico. 4. ed. São Paulo: Scipione, 2002

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAMOS, Sérgio. **Tecnologias da Informação e Comunicação**: conceitos básicos. Aveiro: [s. n.], 2008. Disponível em: <https://docplayer.com.br/877920-Tecnologias-da-informacao-e-comunicacao.html>. Acesso em: 17 jan. 2021.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 41.348, de 11 de junho de 2008**. Dispõe sobre a estrutura básica da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: parte 1, Rio de Janeiro, ano 34, n. 105, p. 4-13, jun.

2008. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VDFWV1FrMTZiRVpPUkVsMFRYcFpNMDIETURCU2FsVjVURiZLUms5VZYZUIBWRkY1VW10RmQwMHdTalpOZWswEFRWUlpIVTE2U1RCT2VrRTBUBVku5UFE9PQ==. Acesso em: 20 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 41.425, de 06 de agosto de 2008**. Altera e consolida o estatuto da Fundação Santa Cabrini - FSC, e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro*: parte 1, Rio de Janeiro ano, 34, n. 145, p. 1-2, ago. 2008. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VG10T1JGSIZVWGhPZW1kMFRVvk9SMDVETURCUmFtaEdURIZKTKUxRVVYUIBWVkpFVFZSSk1VMVZWWGROVIZKR1RWUlpIVTE2U1RCUFJGRjRUMEU5UFE9PQ==. Acesso em: 20 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Mínimo 2012: Língua Portuguesa e Literatura**. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2012.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEDUC nº 5151, de 3 de novembro de 2014. Estabelece critérios de classificação em categorias das unidades escolares da rede pública estadual de ensino, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: parte 1, Rio de Janeiro, ano 40, n. 207, p. 22-32, 5 nov. 2014. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VWxSVmVrMUVhRVpTUIUxMFVWVIJNMDVETURCUFZGVjZURIZLUIZKVVdYUk9lbXhFVWtSS1JGRnFRa0pTVIUwd1RWUlpIVTE2U1RWUFZFRjVUa0U5UFE9PQ==. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEDUC nº 5666, de 06 de agosto de 2018. Fixa diretrizes para a implantação das matrizes curriculares para as unidades escolares prisionais da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: parte 1, Rio de Janeiro, ano 44, n. 143, p. 10, 7 ago. 2018. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VFVSQk5VMXFaRWRTUIVWWMFQxVlpOVTIUTURCT1JGVXpURIZKTVZKcVJYUIBWR2hFVG1wT1ExRnJTVEJSTUZsNFRWUlpIVTE2UlhsTmVrMHhUbmM5UFE9PQ==. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Resolução SEEDUC nº 5667, de 10 de agosto de 2018. Fixa diretrizes para a implantação das matrizes curriculares de educação de jovens e adultos no modelo semipresencial para as unidades escolares prisionais da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: parte 1, Rio de Janeiro, ano 44, n. 147, p. 24-26, 13 ago. 2018. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VWtWVmVFMTZWa2RTVvkZGMFRWUm51Vky1TURCUmFrcEVURIJyTUUxVINYUk5la0YzVFhwck1sRiViRVZOYTBWNFRWUlpIVTE2VFhkTIJGa3dUV2M5UFE9PQ==. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. **Plano Estadual de Educação em Prisões**. Rio de Janeiro: SEEDUC, [2021?]. No prelo.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. Termo de Cooperação Técnica SEEDUC nº 02/2011. Oferecimento da Educação Básica aos internos das Unidades Prisionais do Sistema Penitenciário da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Es-

tado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**: parte 1, Rio de Janeiro, ano 37, n. 51, p. 30, ago. 2011. Disponível em: http://www.ioerj.com.br/portal/modules/conteudoonline/mostra_edicao.php?session=VDFSTk5GSIZVWHBTYWXWMFRrUmFRMUpUTURCU1JFcEhURIJuTWs1RVVYUINSVVUwVFRCV1JrNUVsa2RTUkdONIRWUlpIVTE2U1RGT1JGRTFUVkU5UFE9PQ==. Acesso em: 21 abr. 2020.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Fazenda e Controle Geral. **Decreto-Lei nº 360, de 22 de setembro de 1977**. Autoriza a instituição da Fundação Santa Cabrini para organizar e promover o trabalho prisional remunerado. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Fazenda e Controle Geral, 1977. Disponível em: http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/83b1e11a446ce7f7032569ba0082511c/3c4ceb560f3621c683256d830073565e?OpenDocument#_Section1. Acesso em: 13 jul. 2020.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes *et al.* (org.). **História das prisões no Brasil**: volume 1. Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 283-309.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Os porões da república**: a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 13 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. Salvador, v. 7, n. 1, p. 26-43, jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463/9500>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SILVA, Gabriel Santos da; MASSON, Máximo Augusto Campos. Políticas públicas de educação prisional no Brasil: currículo e orientações internacionais. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, Salvador, v. 6, ahead of print, p. 77-101, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/5697>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SILVA, Jorge da. **Violência e racismo no Rio de Janeiro**. 2. ed. Niterói, RJ: EdUFF, 2003.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Negro na rua**: a nova face da escravidão. São Paulo: HUCITEC; Brasília: CNPq, 1988.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso**: da escravidão à lava jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Jessé. O engodo do combate à corrupção ou como imbecilizar pessoas que nasceram inteligentes. In: SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (coord.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente: Boitempo, 2018. p.13-27

SOUZA, Jessé; VALIM, Rafael (coord.). **Resgatar o Brasil**. São Paulo: Contracorrente: Boitempo, 2018.

UNESCO. Aprendizagem nunca para: conte à UNESCO como você está lidando com o fechamento das escolas devido à COVID-19. **Unesco**, Brasília, DF, 9 abr. 2020. Disponível em:

<https://pt.unesco.org/news/aprendizagem-nunca-conte-unesco-como-voce-esta-lidando-com-o-fechamento-das-escolas-devido>. Acesso em: jun. 2020.

VARELLA, Drauzio. **Carcereiros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

WILEY, David. Impediments to learning object reuse and openness as a potential solution. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 8-10, 2009. Disponível em: <https://www.br-ie.org/pub/index.php/rbie/article/view/1022/1016>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ANEXO A – Manifesto educação em tempos de pandemia para os sujeitos privados de liberdade no Rio de Janeiro

**MANIFESTO EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE
PANDEMIA PARA OS SUJEITOS PRIVADOS DE
LIBERDADE NO RIO DE JANEIRO**

Adriana Barbosa – DEGASE/UFF

Ana Uziel - UERJ

Fabiana Rodrigues – SEEDUC-RJ/UFF/Fórum EJA

Jimena de Garay Hernández - UERJ.

Sandra Maciel de Almeida - UFF

Vanusa Maria de Melo - PUC-Rio.

Rio de Janeiro
Maio 2020

Os tempos de excepcionalidade nos convocam a debater e refletir sobre demandas antigas com novas roupagens. A educação em contexto de privação de liberdade apresentou avanços nas políticas públicas educacionais, no entanto, quanto questões curriculares e práticas pedagógicas ainda carecem de discussão.

O distanciamento social torna urgente esse debate e também nos obriga a pensar sobre como garantir o direito à educação, apesar das dificuldades específicas da educação de jovens e adultos em contexto de privação de liberdade. Nesse sentido, esse manifesto apresenta reflexões de profissionais que pesquisam e atuam nesse campo. Destarte, gostaríamos de afirmar que esse grupo acredita numa política de segurança pública que seja humanista e antipunitivista e que, neste momento, todas as ações devam se voltar para o desencarceramento da maior parte das pessoas privadas de liberdade. No entanto, diante de um estado punitivista, nos reunimos para propor ações que minimizem, dentro do possível, os danos causados pelo cárcere.

Em 11 de março, a Organização Mundial de Saúde alertou para a pandemia da COVID - 19 e encaminhou o afastamento social. Mundialmente, o comércio foi fechado, as pessoas passaram a ficar confinadas em suas casas e as escolas estão fechadas, em uma tentativa de conter o alastramento do novo coronavírus.

No Brasil, as determinações não se distanciam das orientações da OMS. Diferentes ordenamentos legais foram produzidos para garantir o afastamento social e, entre eles, encaminhamentos para a educação.

Em 17 de março de 2020, o CNJ publicou a Recomendação Nº 62, apontando a adoção de medidas preventivas de propagação da infecção pela Covid-19 para a justiça penal e socioeducativa. A adoção pelas unidades de privação de liberdade de medidas preventivas visa à preservação da saúde de agentes públicos e das pessoas privadas de liberdade, o que é fundamental.

Nesse sentido, as unidades privadas de liberdade em todo o país adotaram medidas como suspensão de atividades e suspensão de visitas, para evitar aglomerações, compreendendo que a manutenção da saúde das pessoas é essencial para a saúde coletiva.

No mesmo dia 17 de março, o Estado do Rio de Janeiro reconhece a situação de emergência na saúde pública devido à pandemia de COVID-19. No dia seguinte, o Ministério de Educação pública a Portaria nº 343/GM/MEC, que autoriza, em tempos de pandemia da COVID-19,

substituição de aulas presenciais por aulas remotas, mediadas por meios digitais, para as diferentes modalidades da educação básica.

Nesse mesmo dia, 18 de março de 2020, o Conselho Nacional de Educação emitiu nota de esclarecimento com orientações aos sistemas e estabelecimentos de ensino sobre a reorganização das atividades escolares e de aprendizagem. Em 23 de março de 2020, o Conselho Estadual de Educação apresentou a deliberação 376, que orienta as instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do estado do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades estaduais na prevenção e combate à COVID-19.

Diante desse quadro, a Secretaria de Educação do Rio de Janeiro apresenta soluções calcadas em acordos com a empresa Google, possibilitando uso da plataforma Google Classroom como meio de garantir a escolarização e a letividade da carga horária em ambiente virtual. Em duas comunicações internas, CI SEEDUC/SUGEN SEI Nº 22, de 05 de abril de 2020, e CI SEEDUC/SUGEN SEI Nº 26, que divulga o plano de ação pedagógica de 23 de abril de 2020. A SEEDUC procura organizar pedagogicamente a educação remota. Ambos os documentos afirmam que o planejamento dos docentes deve ter como base o currículo básico e a BNCC.

Diferentes textos e notas debatem a letividade dessas atividades, as dificuldades de acesso, problemas tecnológicos e demais questões pertinentes ao momento. Os professores passaram a exercer suas atividades de forma remota, utilizando seus próprios recursos, computadores, celulares, entre outros, para se logarem na plataforma nos dias e horários em que estão lotados no quadro de horários montado em janeiro de 2020.

O acesso e a garantia da educação demarcada pela Constituição Federal de 1988 e ratificada pela Lei 9.394 de 1996, a Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, estão sendo cumpridos? É certo que não, e o debate se centra no acesso às tecnologias por parte dos alunos mais carentes.

O debate é necessário, mas essa realidade nos chama a pensar: como garantir essa educação a uma população que vive em contexto de privação de liberdade que está em isolamento social?

Com todas as demandas da SEEDUC/RJ e com as medidas de isolamento dos privados de liberdade adotadas, a educação para esses sujeitos se apresenta mais uma vez como uma questão secundária e invisibilizada, não contemplada em diferentes documentos, entre eles a deliberação do CEE e a Comunicação Interna da SEEDUC, publicada em 05 de abril de 2020.

O tema EJA em privação de liberdade aparece pela primeira vez na ação pública impetrada pelo Ministério Público da 2ª e da 3ª Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à

Educação da Capital. A partir disso, na CI SEEDUC/SUGEN SEI Nº26, a SEEDUC apresentou um plano pedagógico para esse público: propôs a elaboração de materiais pedagógicos realizados pelos docentes para serem entregues após o retorno das aulas. Conforme o documento:

Recursos didático-pedagógicos estão sendo elaborados por professores e diretores que têm sua lotação na DIESP, os mesmos serão disponibilizados para todas essas unidades escolares, objetivando subsidiar as ações pedagógicas do processo de ensino e aprendizagem, propiciando o alcance dos objetivos propostos para o respectivo módulo de escolaridade em que o aluno se encontra matriculado. (RIO DE JANEIRO, 2020b, p. 21).

No entanto, as questões referente à garantia à educação dos privados de liberdade são mais complexas do que a simples elaboração de uma apostila. Torna-se premente debater outros aspectos inerentes à privação de liberdade.

Qual o significado do total isolamento dos sujeitos privados de liberdade?

O paradigma da prisão e da unidade socioeducativa enquanto instituições totais, ou seja, de fechamento absoluto desses estabelecimentos para interações com o meio, tem sido desconstruído nas últimas décadas, abrindo espaço para uma perspectiva que preza a criação e fortalecimento de porosidades nos muros do encarceramento para a inserção comunitária das pessoas que nelas se encontram. Isso, com o objetivo promover o exercício da cidadania de pessoas em privação de liberdade, na medida do possível numa realidade como essa.

Desse modo, privar as pessoas dos direitos à educação, ao trabalho, à saúde, à convivência familiar, à cultura, ao esporte e ao lazer e a atividades religiosas pode impossibilitar que entendam a importância de conviver em sociedade e de respeitar o bem comum. A ressocialização seria menos dificultada através da apropriada garantia desses direitos, bem como da reflexão sobre esse processo. O aprofundamento desta perspectiva não tem sido simples, diante de uma lógica punitivista que perdura na sociedade e nos sistemas prisional, socioeducativo e de justiça.

No atual contexto, o isolamento absoluto volta a ser uma realidade, diante da necessidade de evitar contágios, o que piora em larga escala em ambientes superlotados como são as unidades socioeducativas e prisionais, em que um vírus como o que nos cerca encontrará condições propícias para proliferar em escala ainda maior. Igualmente, pensamos na importância de garantir que profissionais e colaboradores/as de serviços e projetos nas prisões, bem como familiares de pessoas privadas de liberdade, não se coloquem em risco nos deslocamentos para as unidades. No entanto, a

consequência dessas medidas é violação de direitos, propiciando mais uma vez uma situação de abandono da população em privação de liberdade.

Os efeitos negativos do isolamento social na saúde mental estão evidentes na realidade atual. Desta forma, é possível imaginar as condições de sofrimento que as pessoas privadas de liberdade atravessam. Se o fechamento da prisão é inevitável, por que não pensar em formas de contato virtuais, como estão sendo utilizadas no mundo extramuros. Por que não fomentar a troca de cartas, diminuindo a burocracia, guardando a segurança? Ou mesmo repensar o uso formal do telefone como forma de acesso às famílias?

Uma boa organização dos dados dos familiares, em que se considerem as mudanças constantes de endereço e de números de contato, é fundamental para garantir que a pessoa que se encontra presa possa ter acesso à sua família, receber e dar notícias. Também parece vital que se tenha acesso a informações precisas sobre as pessoas que estão presas, no sentido de minorar o sofrimento de quem está fora, sem notícias.

Qual o papel da educação em privação de liberdade de adolescentes?

Sobre os adolescentes autores de ato infracional, o ECA estabelece que devem cumprir medidas socioeducativas, visando à responsabilização pelo ato praticado. Assim, as medidas socioeducativas apresentam uma natureza jurídico-sancionatória, mas sobretudo o conteúdo é ético-pedagógico, devendo as ações socioeducativas oportunizar condições para que os adolescentes e jovens possam ressignificar o ato infracional cometido e a sua trajetória de vida.

O ECA instaurou no Brasil a Doutrina da Proteção Integral, compreendendo que, apesar de o adolescente privado de liberdade encontrar-se com o seu direito de ir e vir limitados, todos os outros direitos previstos para as crianças e adolescentes lhes são garantidos. Sendo assim, o direito à educação e a profissionalização são fundamentais para que os adolescentes e jovens do sistema socioeducativo consigam romper com os ciclos de violência e exclusão vivenciados, tendo como fundamento principal de educação para os jovens privados de liberdade, uma concepção de educação que promova a autonomia e a emancipação para a vida em liberdade.

Sendo assim, as instituições responsáveis pela execução das medidas socioeducativas devem buscar garantir os direitos fundamentais desses adolescentes. No caso específico da garantia do direito à educação em tempos de pandemia, é preciso ter claro a primazia do direito à vida e à saúde.

Desse modo, o direito à educação deve ser ofertado de acordo com o encaminhado pelo Parecer CNE/CP Nº 5/2020 e das orientações do MEC, levando sempre em consideração o direito de

acesso aos meios digitais, para que acessem as plataformas das escolas em que estão matriculados. Aos adolescentes e jovens com dificuldades para acessar os meios digitais, podem ser garantidas atividades impressas ou por outros meios, de acordo com o nível de desenvolvimento e de escolaridade do socioeducando.

Para que esse direito seja garantido, é necessário atentar para as questões de lotação das unidades, que devem ter seu quantitativo reduzido tanto quanto possível, e de forma alguma ultrapassar o estabelecido pelo SINASE (BRASIL, 2006), que assegura um quantitativo de no máximo 90 adolescentes e jovens nas unidades. Contudo, devemos observar o fato de que, em situações extremas com a que vivemos, tal número pode ser ainda menor, considerando a necessidade de fazer valer a proteção integral e o risco de contágio e proliferação do vírus em unidades muito lotadas.

Ademais, deve ser assegurado o uso de EPIs aos funcionários e socioeducandos, a higienização dos espaços imediatamente após as atividades, com vistas a garantir a segurança de funcionários e internos.

Como a educação pode ter um papel importante e auxiliar na saúde mental dos privados de liberdade?

Entre as recomendações feitas pela FIOCRUZ (2020), em cartilha elaborada com a colaboração de pesquisadores e profissionais de saúde mental, para o cuidado amplo em saúde e atenção psicossocial, no plano de contingenciamento apontando, consta que se deve garantir a comunicação dos internos e internas com suas famílias, advogados e organizações que os acompanham, de forma remota, através do uso de tecnologias.

O argumento utilizado, com o qual concordamos, é que a pena ou medida de privação de liberdade não pode significar incomunicabilidade, pois isso pode levar ao clima de instabilidade, estresse e sofrimento mental. Essas condições agravam o quadro das instituições de privação de liberdade e pode deixá-las suscetíveis a rebeliões, além de violar direitos fundamentais.

Entendemos a escola como uma das organizações com as quais se deve garantir comunicação, uma vez que são muitas as pesquisas que mostram o entendimento dos internos da escola como espaço de afeto, humanidade e até de exercício da liberdade, através, evidentemente, da relação entre as pessoas que dela participam. Assim, a escola não tem um sentido único de lugar de ensino-aprendizagem, por onde circulam conteúdos próprios de um currículo padronizado, mas também é lugar de afeto e acolhimento.

Não se trata de dar à escola um caráter redentor ou alimentarmos a expectativa de que a elaboração de atividades de remotas poderá trazer tranquilidade definitiva aos espaços de privação de liberdade, sobre os quais as notícias desalentadoras chegam a todo instante. Trata-se de entender que uma interação entre sujeitos da educação escolar poderá contribuir para minimizar as condições de precariedade, irritabilidade e solidão relatadas em matérias de jornal.

Se, como sugere Julião (2009, p. 272), a escola é considerada pelos internos como “um oásis dentro do sistema penitenciário”, um local onde conseguem “se sentir livres e respeitados”, não é certamente pela estrutura física que representa, mas pela estrutura humana ali presente, embora saibamos da importância da saída das celas para o ambiente escolar.

Valorizar e evidenciar essas relações humanas que fazem da escola esse local é fundamental e urgente. Ao mesmo tempo, o momento exige trazer à tona a função cidadã da instituição, visto que o mundo inteiro busca se repensar, a ausência de qualquer forma de contato entre educadores e estudantes, significa abrir mão desse aspecto da escola. Nesse sentido, precisamos pensar em como garantir o acesso a atividades educativas nesse momento.

Como oferecer atividades educativas nas escolas em tempos de pandemia e isolamento social?

Essa tem sido uma pergunta constante entre professoras e professores de escolas públicas e privadas. A discussão tem gerado debates, mas também tensões entre educadores e gestores públicos na busca por alternativas à educação presencial. Neste momento de muitas exigências, buscar compreender qual a função docente, é um desafio. Mas e as escolas prisionais?

É importante lembrar que a educação nos espaços de privação de liberdade, embora seja uma realidade no Brasil, ainda não atende a todos os detentos.

Atualmente, o país tem 726.354 pessoas encarceradas, a maioria de homens jovens, negros e com baixa escolaridade, 51,3% desse grupo tem apenas Ensino Fundamental incompleto e, mesmo com um índice de escolaridade tão baixo, somente 10,58% participa de algum tipo de atividade educacional nas prisões. Ou seja, o sistema carcerário não tem sido capaz de reverter esse quadro, garantindo o direito à educação. É desse percentual de 10,58% que tratamos nesse documento, além do quantitativo de adolescentes em medida socioeducativa.

Em tempos considerados “normais”, a grande maioria das pessoas que estão presas não têm acesso à educação, então, como garantir que esse direito seja respeitado em plena pandemia e isolamento social? Acreditamos que medidas que garantam educação aos internos dos sistemas prisional e socioeducativo devam ser pensadas, por ser a escola um dos fios que sustenta o vínculo

dos detentos com suas vidas fora do ambiente carcerário, garantindo, de certa maneira, que as informações circulem de forma mais transparente.

Entendemos a escola como espaço de luta pela democracia, que, entendemos, deve ocorrer de forma colaborativa entre professores e professoras, técnicos administrativos, coordenadores pedagógicos, direção nas demais áreas que se encontram no sistema carcerário.

A educação, em parceria com as áreas da saúde, assistência social, tecnologia e infraestrutura, pode, neste momento, contribuir se atuar como polo de informações, inclusive sobre o coronavírus, e também apoiando os detentos e suas famílias, contribuindo, assim, para o estabelecimento de relações mais democráticas dentro do cárcere.

No caso específico do trabalho docente, somente o diálogo franco, e muitas vezes tenso, entre os profissionais que atuam nas escolas é capaz de auxiliar na busca de caminhos pedagógicos possíveis que atendam às necessidades de cada instituição. Diante das incertezas e limitações impostas pela realidade atual, como a escola localizada na prisão e no DEGASE pode oferecer aprendizagens que sejam úteis para os estudantes?

Um contato inicial com os alunos presos, ainda que por meio de cartas, questionando sobre o que esperam da escola neste momento, talvez seja um bom ponto de partida para a busca de uma solução que atenda também às demandas desses sujeitos. Afinal, eles conhecem melhor o espaço e suas limitações e também as possibilidades de atuação neste momento.

O isolamento social não deve ser considerado um entrave para as discussões sobre as diretrizes e objetivos a serem seguidos pelos profissionais envolvidos. Reuniões entre as equipes docentes e coordenações pedagógicas, através dos meios digitais, em respeito à determinação de isolamento, são necessárias para que as professoras e professores contem com apoio técnico e pedagógico para mobilizarem os saberes docentes necessários à atuação num campo que ainda desconhecem. Nesse momento, é fundamental fomentar a troca entre pares, uma cultura que precisamos tecer dentro e fora das salas de aula, sejam elas presenciais ou não.

A produção de textos e de imagens pode auxiliar na disseminação e circulação de informações dentro e fora dos espaços de privação, com questões que podem fomentar debates, aproximar os estudantes das discussões atuais e ajudá-los a compreender criticamente o que estão vivendo. Como diz Paulo Freire, “Não basta saber ler mecanicamente ‘Eva viu a uva’. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir uvas e quem lucra com esse trabalho.”.

Assim, para que as aulas nas escolas nas prisões e no DEGASE, durante a pandemia, não sirvam somente para atender exigências administrativas, coordenação pedagógica, direção escolar,

professoras, professores e estudantes precisam ter garantido acesso aos materiais pedagógicos e precisam contar, de fato, com os gestores públicos.

A direção escolar precisa que seja garantida a parceria com os gestores das unidades prisionais e socioeducativas com os servidores que atuam diretamente com as pessoas privadas de liberdade. Sem essa atuação conjunta garantida, o trabalho docente fica praticamente inviabilizado.

Para isso, a SEEDUC, em parceria com a SEAP-RJ, deve ouvir gestores escolares e tentar, dentro do possível, atender necessidades, tanto no que se refere ao fornecimento de materiais, quanto na manutenção e fomento ao diálogo entre as diferentes áreas que atuam nas unidades prisionais.

Ademais, Educação não se restringe à escola. E educação escolar não se restringe à sala de aula, no correr de um ano letivo, embora ela seja insubstituível. Atividades complementares como leitura, produção de textos, exercícios de lógica, discussão sobre notícias de jornal são fundamentais para dinamizar os conteúdos formais.

O acesso ao conhecimento, à informação de qualidade é fundamental para a diminuição do sofrimento. Neste sentido, e em meio a tantas *fake news* a que estamos expostos, oferecer informações sobre a covid-19 é, certamente, um ato de cidadania.

Basear-se em cartilhas de instituições idôneas como a Fiocruz, material disponibilizado pela OMS, filtrar informações, desconstruir inverdades podem ser bons caminhos educativos para oferecer neste momento. Analisar reportagens de televisão, eventuais notícias que tenham recebido de formas variadas são ações educativas possíveis, que não requerem muitos recursos e certamente aliviam o sofrimento e promovem saúde mental, pela possibilidade de esclarecer dúvidas e falar sobre o assunto que gera medo e tensão.

Referências:

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL/ CÂMARA NACIONAL DE JUSTIÇA. Recomendação nº 62, 17 mar 2020. *Recomenda aos Tribunais e magistrados a adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo*. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3246>. Acesso em 21 abr 2020.

BRASIL/Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 5/2020. *Reorganização do calendário escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento de carga horária mínima anual, em razão da pandemia de COVID-19*. Súmula publicada no Diário Oficial da União, edição: 83, seção: 1, pg. 63, 04 maio 2020.

BRASIL/MEC. Portaria 343 de 17 de março de 2020. *Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19*. Diário Oficial da União: Seção 1, DF, ano 53, pg 39, 18 mar 2020.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO. Deliberação nº 376 de 23 de março de 2020. *Orienta as Instituições integrantes do Sistema Estadual de Ensino do estado do Rio de Janeiro sobre o desenvolvimento das atividades escolares não presenciais, em caráter de excepcionalidade e temporalidade, enquanto permanecerem as medidas de isolamento previstas pelas autoridades estaduais na prevenção e combate ao Coronavírus – COVID-19*. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Seção 1, Rio de Janeiro, ano 46, n. 55, p.15-16, 25 mar 2020.

FIOCRUZ. Covid-19 e população privada de liberdade. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020. Disponível em: https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/04/cartilha_sistema_prisional.pdf. Acesso em: 15/05/2020.

JULIÃO. Elinaldo Fernandes. *A ressocialização através do estudo e do trabalho no sistema penal brasileiro*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, 2009.

RIO DE JANEIRO. CI SEEDUC/SUGEN SEI Nº22. *Orientações pedagógicas em relação à Plataforma Google for Education e ao conjunto de ferramentas que a compõem, em especial o Google Classroom*. Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comunicação Interna, 05 abr 2020.

RIO DE JANEIRO. CI SEEDUC/SUGEN SEI Nº26. *Divulgação de Plano de Ação Pedagógica*. Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Comunicação Interna, 23 abr 2020.

ANEXO B – Template para elaboração de conteúdo do Curso de Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

DESCRIÇÃO DA DISCIPLINA

Título:

Conteúdo

esta:

Ementa
da disciplina:

Palavras-chave: •
•

Objetivo

Geral:

Objetivos
Específicos:

<i>DESCRIÇÃO DAS AULAS</i>	
Aula 1	Títul o:
	Apres sentaçã Nesta aula breve:
Aula 2	Títul o:
	Apres sentaçã breve:
Aula 3	Títul o:
	Apres sentaçã breve:
Aula 4	Títul o:
	Apres sentaçã breve:
Aula 5	Títul o:
	Apres sentaçã breve:
Aula 6	Títul o:
	Apres sentaçã breve:

ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS:

- **Vídeo de introdução para cada aula**

Apresentação do objetivo da aula.

- **Pop-Up Glossário:** “Esta palavra, nesta frase, possui o mesmo significado de:”

Usar sempre que escolher palavras ou termos que sejam considerados estranhos ao mundo do aluno.

- **Lembra que já conversamos sobre isso?**

Sempre que algum assunto já exposto na aula for lembrado posteriormente, o professor deve indicar onde o assunto foi abordado e indicar para que o aluno possa retornar e reler.

- **Três questões de fixação para cada aula**

Três questões de múltipla escolha com gabarito comentado.

- **Vídeo de conclusão para cada aula**

Voltar nos objetivos da aula, fazer uma revisão sucinta do que foi visto na aula e dar uma palavra de incentivo à continuidade do curso.

- **Bibliografia da disciplina**

OBSERVAÇÃO:

- **Vídeo de Introdução AULA 1 deve conter as seguintes informações:**

- Apresentação do professor
- Apresentação do objetivo geral da disciplina
- Uma palavra de incentivo ao término do curso
- Apresentação do objetivo desta aula

- **Vídeo de Conclusão da ÚLTIMA AULA deve conter as seguintes informações:**

- Navegar sobre todo conteúdo que foi visto nas aulas
- Tratar do objetivo geral novamente
- Despedir-se dos alunos incentivando-os a continuar estudando (ressaltar a importância da aprendizagem ao longo da vida).

AULA 1

Título:

INTRODUÇÃO

<VÍDEO INTRODUÇÃO AULA 1>

CONTEÚDO DA AULA

Conteúdo organizados por títulos numerados.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

<TRÊS EXERCÍCIOS DE MÚLTIPLA ESCOLHA>

CONCLUSÃO

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 1>

AULA 2

Título:

INTRODUÇÃO

<VÍDEO INTRODUÇÃO AULA 2>

CONTEÚDO DA AULA

Conteúdo organizados por títulos numerados.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

<TRÊS EXERCÍCIOS DE MÚLTIPLA ESCOLHA>

CONCLUSÃO

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 2>

AULA 3

Título:

INTRODUÇÃO

<VÍDEO INTRODUÇÃO AULA 3>

CONTEÚDO DA AULA

Conteúdo organizados por títulos numerados.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

<TRÊS EXERCÍCIOS DE MÚLTIPLA ESCOLHA>

CONCLUSÃO

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 3>

AULA 4

Título:

INTRODUÇÃO

<VÍDEO INTRODUÇÃO AULA 4>

CONTEÚDO DA AULA

Conteúdo organizados por títulos numerados.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

<TRÊS EXERCÍCIOS DE MÚLTIPLA ESCOLHA>

CONCLUSÃO

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 4>

AULA 5

Título:

INTRODUÇÃO

<VÍDEO INTRODUÇÃO AULA 5>

CONTEÚDO DA AULA

Conteúdo organizados por títulos numerados.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

<TRÊS EXERCÍCIOS DE MÚLTIPLA ESCOLHA>

CONCLUSÃO

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 5>

AULA 6

Título:

INTRODUÇÃO

<VÍDEO INTRODUÇÃO AULA 6>

CONTEÚDO DA AULA

Conteúdo organizados por títulos numerados.

EXERCÍCIOS DE FIXAÇÃO

<TRÊS EXERCÍCIOS DE MÚLTIPLA ESCOLHA>

CONCLUSÃO

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 6>

BIBLIOGRAFIA DA DISCIPLINA

Bibliografia organizada de acordo com as normas da ABNT

Os Módulos de 15 horas seguiam o mesmo modelo, apenas sendo as aulas em número de quatro.

- organizar os espaços de trabalho;
- assumir rotinas do cotidiano.

Vamos ver quem é e onde pode atuar o Assistente Administrativo? [Assista ao vídeo:](#)

INSERIR VÍDEO

Para resumirmos, vamos nos imaginar assumindo um cargo de assistente administrativo. Para isso, devemos desenvolver habilidades e competências necessárias para desempenhar especificas para função. É fundamental que saibamos adaptar às nossas características pessoais para o bom desenvolvimento das atividades do cargo, ou seja, devemos buscar a qualificação profissional sempre.

Características e habilidades importantes do assistente administrativo que ajudam a manter a harmonia no ambiente de trabalho:

- Ser uma pessoa organizada.
- Ser uma pessoa discreta e reservada.
- Ter domínio da comunicação verbal e da comunicação escrita.
- Reconhecer seu papel profissional dentro da empresa ou organização.
- Compreender as diretrizes da empresa ou organização: regimento, objetivo, missão.
- Cumprir suas funções, tarefas ou serviços com responsabilidade.

Até aqui, apontamos 4 elementos relevantes para a função do assistente administrativo que são necessários para fortalecer nosso perfil profissional. Quais são eles?

- Habilidade:** É ter a capacidade de executar alguma coisa com eficiência, ser hábil, ter aptidão e inteligência para a atividade.
- Competência:** É o resultado de a formação. Os cursos que te permitem exercer determinada tarefa, os cursos de aperfeiçoamento que te preparam para o exercício do cargo ou da função. Ou seja, tudo aquilo que ajuda a você a se preparar no seu próprio ponto de vista pessoal para saber lidar em equipe (relação interpessoal será um tópico mais aprofundado na terceira aula), saber lidar sob o comando de uma ou de diversas chefias, saber lidar com situações inusitadas

Commented [CAC3]: Esser lista

Commented [KCL4]: PRODUÇÃO

Aqui pode ser uma lista com ícones ou ilustrações das tarefas.

Commented [KCL5]: Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=Df8M5b2yG6c>

PRODUÇÃO

Usar apenas a parte selecionada:

Iniciá em: 0:15

Final em: 1:17

Commented [KCL6]: PRODUÇÃO

Essas orientações poderiam ficar em destaque, com as frases grandes, ou em balões de fala com um personagem conversando com o aluno (ilustração).

Commented [I7]: Esta palavra, nesta frase, possui o mesmo significado de: importantes, cruciais

Commented [KCL8]: PRODUÇÃO

Organizar em acordeão.

Commented [I9]: Esta palavra, nesta frase, possui o mesmo significado de: Não esperada

durante a rotina do trabalho, e que ~~se permite~~~~possa~~~~ter~~ o candidato ter domínio do serviço, disponibilidade para aprender novas tarefas e também dominá-las, ~~a partir de então~~.

• **Qualificação profissional:** ~~É tudo que consideramos como~~ São os conhecimentos adquiridos durante a vida escolar. Cursos gerais e escolaridade (Ensino Fundamental, Ensino Médio, informática etc.), cursos e técnicas específicas (Assistente administrativo e ~~técnicas~~ técnicas de secretariado) e a ~~missão~~ experiência profissional. Assim ~~se construímos~~~~constrói~~ ~~nossa~~ ~~uma~~ qualificação profissional ~~adequada~~.

• **Missão da empresa/organização:** Significa a razão ~~pelos~~~~pele~~ qual a empresa (ou a organização) existe, o porquê e para que existe, ~~Assim~~ ~~Neste~~ ~~sentido~~ -elas ~~selecionará~~~~selecionará~~ seus profissionais, ~~selecionará~~ fornecedores e tipos de clientes que irão consumir seus produtos ou serviços e consórcios de ramos produtivos e de mercado.

Área administrativa é a área que conecta as demais áreas de uma empresa, e faz a ponte entre a atividade fim da empresa e a operação. É uma área que sempre ~~tem~~~~tem~~ vagas ~~abertas~~ e que abrange profissionais que estão em busca, inclusive, do primeiro emprego, e também profissionais que já possuem mais qualificação e experiência. Vamos assistir a uma reportagem sobre isso?

<INSERIR VÍDEO>

Commented [KCL10]: [link: https://globoplay.globo.com/v/4882400/](https://globoplay.globo.com/v/4882400/)

<TÍT> 2- Para ser assistente!

Alguns questionamentos são importantes para o desempenho da função de assistente administrativo, ~~como~~, por exemplo:

- Eu domino ~~quais~~~~as~~ atividades que são importantes para ~~o~~ meu cargo de assistente administrativo?
- Será que posso melhorar?
- Como agir, caso pense que posso melhorar?

É muito importante ~~que~~~~você~~~~se~~~~faça~~~~os~~~~seus~~~~próprios~~ questionamentos. Pois ~~este~~ - é um ramo da administração que ~~envolve~~~~muito~~~~sobretudo~~ ~~o~~ ~~perfil~~ ~~do~~ ~~profissional~~.

Commented [CAC11]: Acho que aqui poderia entrar as habilidades que usamos nas outras disciplinas.

Antes de falarmos em perfil profissional, vamos conversar um pouco sobre imagem pessoal e imagem profissional. Possível, para pensarmos no perfil profissional do assistente administrativo, está deve necessário se conhecer.

Que tal refletir?

- Qual é a minha imagem?
- Como eu me vejo e como o(a) como ser humano?

SBOX ATENÇÃO<<INÍCIO>>

Esses Estes assuntos já foram tratados ao longo do nosso curso em várias disciplinas. Quer ver um exemplo? Fizemos reflexões sobre as características pessoais, sobre o caráter, ética e conduta moral, que foram assuntos tratados no módulo Cidadania, Ética e Sustentabilidade.

SBOX ATENÇÃO<<FIM>>

Para atingir nos seus objetivos profissionais, temos que reforçar, positivamente, as mesmas (algumas de nos suas características pessoais como:

- habilidades;
- empatia;
- solidariedade;
- afeto;
- companheirismo;
- maturidade emocional;
- aptidão;
- vocação; e
- competência.

SBOX DICAS<<INÍCIO>>

Devemos eliminar ou diminuir os desvios ou falhas de atuação, buscando a superação a cada dia. Não confesse Confesse o que está errado, bem - é um exercício pessoal que devemos fazer para nos transformarmos em um profissional de ponta, ou seja, ter responsabilidade no ambiente de trabalho. Estas características fazem parte do perfil pessoal e profissional, e refletem positivamente na imagem que construímos junto à

Commented [CAC12]: [link em se aqui fique interessado a respeito do talho novamente](#)

Commented [S13]: [Inserir link para Módulo Cidadania, Ética e Sustentabilidade](#).

Commented [CAC14]: Acho que poderia ser uma lista, mas não necessariamente de cima pra baixo, talvez colocar 4 e 4
Empatia - Maturidade emocional
Solidariedade- aptidão
Afeto - vocação
Companheirismo - competência.

Commented [KCL15R14]: **PRODUÇÃO**
Acho que o Caio quis dizer: palavras organizadas a lado a lado e não por scores simples ou numerados.

- ser organizado;
- ser sigiloso;
- executar os serviços em tempo hábil a fim de não atrasar serviços alheios;
- fornecer informações e documentos imediatos, para que os responsáveis superiores tomem suas decisões;
- resolver problemas de sua esfera e responsabilidade;
- solicitar ajuda da chefia para alguns casos *e em outros*;
- ter proatividade (tomar a iniciativa de fazer) para facilitar o trabalho de amigos ou chefias.

Além disso, também temos que *ter* formação para atuação na área *em*, que estamos trabalhando e aprender a rotina o mais rápido possível, para não ocupar outras pessoas a todo o momento, parando seus serviços, para nos auxiliar *nos*. O chefe imediato passará o que devemos fazer, e caberá a *nos* registrar numa agenda todas *as* informações *orientações* e, com isto, fixar *nos* rotinas e tarefas.

BOX ATENÇÃO INÍCIO

Falamos do uso da agenda, você sabe o que é e por que usar?

AGENDA:

A = Anotação

GE = Geral

N = Na

DA = Data

Então, agenda é entendida como “*a* notação geral na data”, quer dizer, todos os dias e dias das semanas e meses. Realizar relatórios do dia e bem prever nas datas posteriores rotinas a cumprir por você ou *seu* chefe. Nunca fique com registro de memória, use a agenda, ela não falha e serve de comprovação para sua atividade e responsabilidade de serviços.

Commented [CAC20]: Não sei se aqui encaixaria a palavra Cards sem título ou a lista mensal

Commented [KCL21]: **PRODUÇÃO:**
Fazer uma ilustração com as partes da palavra.

documentos		
<ul style="list-style-type: none"> • Prestar informações ao público e responder e-mails. 		

<BOX ATENÇÃO><FIM>

Antes de encerrar esta aula, vamos assistir a [dois](#) vídeos que apresentam rotinas do [profissional](#) assistente administrativo no dia a dia de uma empresa.

Assistente Administrativo – Setor de compras

Assistente Administrativo – Recursos Humanos

Terminamos [a](#) nossa primeira aula do módulo Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo. [Em](#) [essa](#) [capítulo](#) que você tenha gostado. Assista ao vídeo de encerramento e depois vamos aos exercícios de fixação!

<VÍDEO CONCLUSÃO AULA 1>

<TÍT> 4- Exercícios de Fixação

Agora vamos fazer os exercícios de fixação. Aproveite este momento de avaliação também como um aprendizado. Vamos lá!

1- O conceito de assistente administrativo apresentado aqui é:

- Ramo da administração
- Habilidade e Competência
- Pessoa que ajuda, dá suporte a outros profissionais.

Gabarito:

- ERRADA. É a função do assistente [que](#) está ligada ao ramo da administração.
- ERRADA. Faz parte do perfil do profissional da assistência administrativa.
- CORRETA.

Commented [KCL37]: Link: <https://www.youtube.com/watch?v=08M6Bz25Gc>

PRODUÇÃO:

Usar apenas a parte selecionada:
Início em: 1:29
Final em: 7:31

Commented [KCL38]: Link: <https://www.youtube.com/watch?v=08M6Bz25Gc>

PRODUÇÃO:

Usar apenas a parte selecionada:
Início em: 7:36
Final em: 11:30

2- Identifique corretamente o pequeno resumo do conceito de "Missão da Empresa ou organização":

- a) Ter a capacidade de executar alguma coisa com eficiência.
- b) Razão pela qual a empresa ou organização existe.
- c) Transmitir ou receber informações.

Gabarito:

- a) ERRADA. Referência à competência do profissional.
- b) CORRETA.
- c) ERRADA. Parte da rotina do Assistente Administrativo.

3- Fazem parte da estrutura organizacional da empresa ou organização. Marque a alternativa correta:

- a) Fluxograma e Organograma.
- b) Agenda.
- c) Técnica de gestão empresarial.

Gabarito:

- a) CORRETA.
- b) ERRADA. Recurso sobre o controle das atividades do assistente administrativo.
- c) ERRADA. O fluxograma faz parte desta estratégia de gestão.

ANEXO D – Telas de uma aula da Fundamentos de Assistente Administrativo conforme aparece no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem

The screenshot displays the AVA interface for the course "Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo". The user is logged in as "Ronaldo Melo". The breadcrumb trail shows: "Página inicial / Módulos / Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo / Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo / Aula 1 - Você, Assistente Administrativo". A button "Editar o conteúdo desta página" is visible. The lesson title "Aula 1 - Você, Assistente Administrativo" is displayed with a settings icon. Below the title are buttons for "Visualizar", "Editar", "Relatórios", and "Avaliar dissertações". The section "Introdução" features a video player for "Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo" with a play button and a "Assistir no YouTube" link. A "Próximo" button is located below the video. A message states: "Você não verá a barra de progresso porque você pode editar esta lição." Below this is the "MENU DA LIÇÃO" section with a list of items: "Introdução", "1 - Você, Assistente Administrativo", "2 - Para ser assistente", "3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização", "Conclusão", and "Exercícios de Fixação". The footer contains the text: "Você acessou como Ronaldo Melo (log)", "Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo", "Suporte", "Sobre FFI", and "FAQ".

Até aqui, apontamos 4 elementos **relevantes** para a função do assistente administrativo que são necessários para fortalecer nosso perfil profissional. Quais são eles?

👉 Toque nos botões dos cards para ver as informações.

HABILIDADE



COMPETÊNCIA



QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL



MISSÃO DA EMPRESA /
ORGANIZAÇÃO



SAIBA MAIS

Área administrativa é a área que cuida de demais áreas da empresa, e faz o ponto entre a atividade-fim da empresa e a operação. É uma área que sempre tem vagas abertas e que abrange profissionais que estão em busca, inclusive, do primeiro emprego, e também profissionais que já possuem mais qualificação e experiência.

➤ **Quer saber mais sobre essa área?**

[Retornar](#)

[Próximo](#)

Você não está a favor de progresso porque você não está fazendo nada.

MENU DA LIÇÃO

[Introdução](#)

[1 - Você, Assistente Administrativo](#)

[2 - Para ser contratado](#)

[3 - Perfil profissional na indústria e no setor de serviços no de uma organização](#)

[Conclusão](#)

[Exercícios de Fixação](#)

Web access: [como funciona? \(14/01/2023\)](#)
[Introdução e Qualificação Profissional do Assistente Administrativo](#)

Segunda
 14h30 - 15h30
 14/01

4 Perfil do assistente administrativo

Para sabermos do perfil profissional, vamos dar uma olhada nas atividades e nas ações de rotina que geram o trabalho de um assistente administrativo.



Foto: Freepress

O assistente administrativo tem como funções:

- 1. Auxiliar nos rotinas e controle da administração da empresa;
- 2. Organizar arquivos;
- 3. Digitar e revisar documentos;
- 4. Despesar, receber ou protocolar documentos;

Para desenvolver estas atividades, precisamos ter um perfil com as seguintes características:

- | | |
|--|--|
| 1. Ser organizado; | 2. Resolver problemas de sua esfera e responsabilidades; |
| 3. Ser esmero; | 3. Solicitar ajuda do chefe para alguns casos; |
| 3. Fazer as tarefas em tempo total e ter de não atrasar serviços afetos; | 3. Ter proatividade (trazer a iniciativa de fazer) para facilitar o trabalho de empresa ou chefes; |
| 3. Fornecer informações e documentos necessários, para que os superiores possam tomar suas decisões; | |

Além disso, também temos que ter formação para atuação na área em que estamos trabalhando e aprender a lidar o mais rápido possível, para não causar muitos problemas a todo o momento, portanto suas tarefas, para nos auxiliar. O chefe imediato passará o que devemos fazer, e caberá a nós registrar numa agenda todas as orientações e, com isso, fazer nossas rotinas e tarefas.



ATENÇÃO

Palavra do uso da agenda, você sabe o que é e por que usar?



Foto: Freepress

AGENDA

Então, agenda é entendida como "orientação geral no dia", que deve incluir no dia a dia das atividades e tarefas. Realizar rotinas do dia a dia (trazer nos dias anteriores rotinas e cumprir por nós) no seu chefe. Nunca fique com registro de rotina, pois a agenda, não só faz o serviço de organização para sua atividade e responsabilidade de serviços.

A agenda pode ser no formato físico (com caderno) ou no formato digital (utilizando através de aplicativos para computadores, tablets e celulares).

11 Postura do assistente administrativo

Postura é a forma de agir, sempre honesta e com as outras pessoas dentro da empresa. Uma pessoa que respeta todos será respeitada por todos. O bom comportamento reflete a postura de um profissional.

Figuras éticas que são ligadas à postura.

<p>Observar as ordens dadas e cumprir em um tempo hábil.</p>	<p>Seja pontual e assíduo.</p>
<p>Seja firme em todos os assuntos relativos a atividades da empresa.</p>	<p>Trabalhe sempre com a figura pessoal e a aparência. Respeite sua aparência e a imagem de seu trabalho. Este comportamento reflete diretamente nos aspectos humanos da função.</p>
<p>Disponibilize e aprenda sempre novos conhecimentos.</p>	<p>Seja assíduo, cumprindo todos os dias de trabalho e de vida de empresa.</p>
<p>Cuide nos seus assuntos e transmita confiança.</p>	<p>Faça tudo com um compromisso sério. Não se deixe levar por distrações e distrações. Não se deixe levar por distrações e distrações.</p>
<p>Evite usar o telefone ou os equipamentos para uso pessoal, mas se o fizer, evite horas prolongadas e não deixe passar os tempos de espera para os outros.</p>	<p>Use o telefone para falar no trabalho de trabalho, nunca use para assuntos pessoais.</p>

Fonte: *11 - Uma postura ética de trabalho administrativo*.
 Paulo de Fátima

Existem algumas dicas de postura, porém, há muitas outras. Como se que muitas vezes a empresa nos oferece, durante o processo seletivo ou na contratação. Uma dica é a forma de se integrar, que é a etapa em que ficamos dentro da empresa, conhecendo os setores e setores, além disso é que cada área tem de especialidade, suas ferramentas e meios, horas de trabalho, de acordo com o tempo. Atualmente, esta etapa de integração é muito agitada nas empresas.



SAIBA MAIS



Fonte: Freepress

Como profissional de perfil profissional e o qualificado, no mercado de trabalho todo o profissional. Ele deve ter as informações pessoais, no setor e as capacidades, as cargas e as funções desempenhadas na empresa, desenvolvendo um plano pessoal, habilidades, competências e objetivos profissionais.

Uma empresa atenta na avaliação de seu currículo com o currículo, habilidades e cargas pessoais. Muitas vezes o currículo não é o único de perfil de sua empresa, pois com o tempo, as informações e as habilidades, você poderá se destacar, por processos seletivos internos, em caso de substituição de algum outro profissional, e também para outras empresas ou organizações em que deseja participar de um processo seletivo.

Seguem algumas dicas para você ser um currículo melhor.

1. O currículo deve ser revisado de forma clara e objetiva, verificando sempre a dignidade e o nível de concisão.
2. Não envie um currículo ou currículo, pois sua informação poderá ser enviada para outras empresas. Não é de seu interesse, não se deixe levar por distrações e distrações.
3. Sempre aponte os objetivos profissionais, dentro do âmbito das atividades, não se deixe levar por distrações e distrações, mas se deixe levar por distrações e distrações, mas se deixe levar por distrações e distrações.

Anterior

Próximo

Se você não está a bordo de progresso, por favor, clique aqui para voltar ao início.

MENU DA LIGÃO

Início

1 - Introdução

2 - Perfil do assistente

3 - Perfil profissional e suas atividades e rotina de trabalho no setor administrativo

4 - Conclusão

Resumo de Paulo

11 - Uma postura ética de trabalho administrativo

AVA

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

[Página Inicial](#) / [Módulos](#) / [Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#)
/ [Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo](#)
/ [Aula 1 - Você, Assistente Administrativo](#)

Editar o conteúdo desta página

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

[Visualizar](#) [Editar](#) [Relatórios](#) [Avaliar dissertações](#)

3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização

Toda empresa ou organização tem uma estrutura e uma rotina de atividades que levam o nome de organograma, fluxograma e cronograma. Estas estruturas organizacionais fazem parte do setor administrativo e são uma técnica de gestão empresarial. Os assistentes administrativos estão inseridos nestas engrenagens e precisam se adequar dentro da empresa.

Então, vamos entender por que precisamos ter a noção do fluxograma e organograma em nosso cargo?



1

Organograma

É a estrutura da empresa representada por um gráfico que designa todos os funcionários por escala de setores, áreas ou departamentos, começando pelas áreas de comando até a subordinação. Então, nós, assistentes, somos subordinados, temos que saber qual é o nosso departamento e sua subordinação, ou seja, a quem devemos atender diretamente ou indiretamente, conforme a função.



2

Fluxograma

Define a rotina, quem faz, de que forma faz e como fazer, em tempo e regras. O fluxograma é mais operacional. Em poucas palavras, ele indica como começar a fazer tal serviço e como terminar, seguindo todos os trâmites internos e externos da empresa. Neste caso, também afeta nosso perfil profissional, pois muitas vezes transitamos por vários departamentos da organização, quando vamos fazer determinadas tarefas e cumprir funções de apoio ao nosso departamento ou chefe imediato.



3

Cronograma

Tem muito a ver com a gestão de tempo, as estratégias e táticas que vocês estão conhecendo no decorrer deste curso. É uma ferramenta de gestão de pessoas e de trabalho que visa a organização do tempo para a execução de atividades profissionais. Além disso, o cronograma tem a função de antecipar procedimentos, dando a eles importância durante o processo de execução. Visa monitorar, além do tempo, a forma e os procedimentos, pois com o controle, a tarefa deve ser feita com sucesso e para satisfação do setor pertinente, causando o real efeito da rotina controlada e organizada. Por isto, chama-se cronograma.

Você percebeu que a função do assistente administrativo é de extrema necessidade dentro das empresas? O conhecimento da realidade profissional e da administração da empresa ou organização da qual ela faz parte é fundamental para desempenhar seu papel dentro do organograma e do fluxograma. Assim, o assistente administrativo pode desenvolver seus serviços com competência e habilidades, cumprindo todas as regras da empresa, bem como respeitando suas rotinas e metas traçadas.

Vamos destacar as principais atividades, o perfil e o mercado de trabalho do assistente administrativo que vimos ao longo desta aula:

👉 Toque nos botões dos cards para ver as informações.



Terminamos nossa primeira aula do módulo Fundamentos de Orientação Profissional para Assistente Administrativo. Esperamos que você tenha gostado. Assista ao vídeo de encerramento e depois vamos aos exercícios de fixação!

[Anterior](#)

[Próximo](#)

Você não verá a barra de progresso porque você pode editar esta lição.

MENU DA LIÇÃO

Introdução

1 - Você, Assistente Administrativo

2 - Para ser assistente!

3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização

Conclusão

Exercícios de Fixação

Você acessou como [Renata Lima \(log\)](#)

Trabalhando a [Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#)

[Suporte](#)
[Sobre IFMT](#)
[FAQ](#)

AVA Ronaldo Melo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Página inicial / Módulos / Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo
/ Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo
/ Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

[Editar o conteúdo desta página](#)

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

Visualizar Editar Relatórios Avaliar dissertações

Conclusão

Fundamentos de Orientação Profissional aula 1 encerramento



Assistir no YouTube

[Anterior](#) [Próximo](#)

Você não verá a barra de progresso porque você pode editar esta lição. ×

MENU DA LIÇÃO

- Introdução
- 1 - Você, Assistente Administrativo
- 2 - Para ser assistente!
- 3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização
- Conclusão
- Exercícios de Fixação

AVA Ronaldo Melo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Página inicial / Módulos / Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo
/ Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo
/ Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

[Editar o conteúdo desta página](#)

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

Visualizar Editar Relatórios Avaliar dissertações

Exercícios de Fixação

Agora vamos fazer os exercícios de fixação. Aproveite este momento de avaliação também como um aprendizado. Vamos lá!

[Anterior](#) [Começar os exercícios](#)

Você não verá a barra de progresso porque você pode editar esta lição.

MENU DA LIÇÃO

- Introdução
- 1 - Você, Assistente Administrativo
- 2 - Para ser assistente!
- 3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização
- Conclusão
- Exercícios de Fixação

Você acessou como [Ronaldo Melo](#) (Sair)
Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

[Suporte](#)
[Sobre IFHT](#)
[FAQ](#)

AVA

Ronaldo Melo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Página inicial / Módulos / Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo
/ Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo
/ Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

[Editar o conteúdo desta página](#)

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

Visualizar Editar Relatórios Avaliar dissertações

Exercício de Fixação 1

O conceito de assistente administrativo apresentado aqui é:

- Ramo da administração
- Habilidade e Competência
- Pessoa que ajuda, dá suporte a outros profissionais

[Enviar](#)

Você não verá a barra de progresso porque você pode editar esta lição.

MENU DA LIÇÃO

- Introdução
- 1 - Você, Assistente Administrativo
- 2 - Para ser assistente!
- 3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização
- Conclusão
- Exercícios de Fixação

Você acessou como [Ronaldo Melo](#) (Sair)
Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

[Suporte](#)
[Sobre IFHT](#)
[FAQ](#)

AVA Ronaldo Melo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

[Página inicial](#) / [Módulos](#) / [Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#)
/ [Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo](#)
/ [Aula 1 - Você, Assistente Administrativo](#) / [Continuar](#)

[Editar o conteúdo desta página](#)

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

[Visualizar](#) [Editar](#) [Relatórios](#) [Avaliar dissertações](#)

Exercício de Fixação 1

O conceito de assistente administrativo apresentado aqui é:

A sua resposta : Pessoa que ajuda, dá suporte a outros profissionais

CORRETA.

[Continuar](#)

MENU DA LIÇÃO

- Introdução
- [1 - Você, Assistente Administrativo](#)
- 2 - Para ser assistente!
- 3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização
- Conclusão
- Exercícios de Fixação

Você acessou como [Ronaldo Melo](#) (Sair)
[Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#)

[Suporte](#)
[Sobre IFHT](#)
[FAQ](#)

AVA Ronaldo Melo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

[Página inicial](#) / [Módulos](#) / [Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#)
/ [Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo](#)
/ [Aula 1 - Você, Assistente Administrativo](#) / [Continuar](#)

[Editar o conteúdo desta página](#)

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

[Visualizar](#) [Editar](#) [Relatórios](#) [Avaliar dissertações](#)

Exercício de Fixação 2

Identifique corretamente o pequeno resumo do conceito de "Missão da Empresa ou organização":

A sua resposta : Transmitir ou receber informações.

ERRADA. Parte da rotina do assistente administrativo.

[Continuar](#)

MENU DA LIÇÃO

- [Introdução](#)
- [1 - Você, Assistente Administrativo](#)
- [2 - Para ser assistente!](#)
- [3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização](#)
- [Conclusão](#)
- [Exercícios de Fixação](#)

Você acessou como [Ronaldo Melo](#) (Sair)
[Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#)

[Suporte](#)
[Sobre IFHT](#)
[FAQ](#)

AVA

Ronaldo Melo

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

Página inicial / Módulos / Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo / Fundamentos de orientação profissional para Assistente Administrativo / Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

Aula 1 - Você, Assistente Administrativo

Visualizar Editar Relatórios Avaliar dissertações

Você chegou ao fim desta lição

Visualização das notas (apenas para estudantes)

[Ir para Aula 2 - Como ser assistente administrativo](#) [Voltar para Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo](#) [Ver notas](#)

MENU DA LIÇÃO

- Introdução
- 1 - Você, Assistente Administrativo
- 2 - Para ser assistente!
- 3 - Perfil profissional na estrutura e rotina da empresa ou de uma organização
- Conclusão
- Exercícios de Fixação

Você acessou como Ronaldo Melo (Sair)

Treinamento e Qualificação Profissional de Assistente Administrativo

[Suporte](#)
[Sobre IFHT](#)
[FAQ](#)